

LUIZA CASTELLANE

**O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES  
PELA SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES DE  
MINAS GERAIS: EM BUSCA DA INTERSETORIALIDADE?**

Belo Horizonte  
2018

Luiza Castellane

**O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES  
PELA SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES DE  
MINAS GERAIS: EM BUSCA DA INTERSETORIALIDADE?**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Administração Pública.

Orientadora: Ana Paula Salej Gomes

Belo Horizonte  
2018

C348e Castellane, Luiza.  
O enfrentamento à violência contra mulheres pela Subsecretaria de Políticas para Mulheres de Minas Gerais [manuscrito] : em busca da intersectorialidade? / Luiza Castellane. – 2018.  
[12], 105 f. : il.

Monografia de conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2018.

Orientadora: Ana Paula Salej Gomes

Bibliografia: f. 90-97

1. Violência contra as mulheres – Minas Gerais. 2. Política pública – Minas Gerais. 3. Subsecretária de Políticas Públicas para as Mulheres – Minas Gerais. I. Gomes, Ana Paula Salej. II. Título.

CDU 343.4-055.2 (815.1)

Luiza Castellane

O Enfrentamento à Violência contra Mulheres pela Subsecretaria de Política para Mulheres de Minas Gerais: em busca da intersetorialidade?

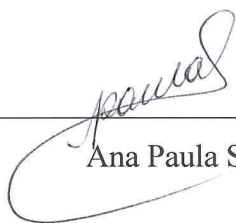
Monografia

Bacharelado em Administração Pública

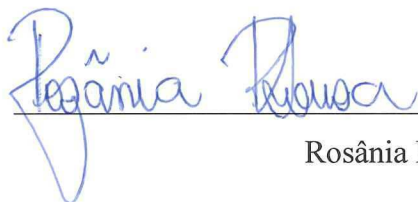
Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho – Fundação João Pinheiro

Administração Pública

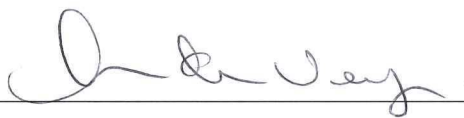
**Aprovação da banca examinadora:**



Ana Paula Salej Gomes (orientadora)



Rosânia Rodrigues de Sousa



Laura da Veiga

Belo Horizonte, MG

2018

Às mulheres fortes da minha vida.

## RESUMO

A violência contra as mulheres vêm se institucionalizando como questão de Estado, dentre outras variáveis, pela intensa mobilização do movimento de mulheres para reivindicação frente a este. Os últimos anos foram perpassados por avanços significativos no que diz respeito da incorporação desta pauta pelas estruturas governamentais. Cita-se a nível nacional criação da Secretaria Especial de Política para Mulheres, vinculado à Presidência da República, a promulgação da Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio. No âmbito de Minas Gerais, a criação da Subsecretaria de Política para Mulheres marca um ganho de status histórico para pasta. É neste contexto que este trabalho se presta a investigar o trabalho da unidade no enfrentamento à violência contra as mulheres. A abordagem a partir da intersectorialidade, por sua vez, se dá a partir do reconhecimento da questão como complexa, da qual emana a necessidade de uma estruturação da resposta governamental a partir de outras diretrizes de governança. Assim, a pergunta a ser respondida é como a SPM organizou sua atuação para o enfrentamento à violência contra as mulheres e se, caso o tenha, em que medida esta organização se pautou por uma abordagem intersectorial da questão. Retoma-se, para respondê-la, a discussão sobre a relação do Estado com as políticas para mulheres, intersectorialidade e os números que materializam este fenômeno no Brasil e em Minas Gerais. A parte empírica deste trabalho, por sua vez, é a descrição da SPM, suas atividades e instâncias relacionadas ao enfrentamento à violência contra as mulheres. Por fim, conclui-se pela intensidade variada das articulações intersectoriais nos fóruns coordenados pela SPM e no seu trabalho como um todo. Algumas iniciativas como o CEAHVIS apresenta um desempenho mais avançado neste aspecto em comparação ao COPEAMPE e o Fórum de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas. No que tange à atuação da SPM para além destas instâncias, identifica-se um esforço para a articulação da pauta com as entidades da sociedade civil organizada e para a dispersão geográfica da política de enfrentamento à violência contra as mulheres, através da articulação com os municípios mineiros. Estes esforços, por sua vez são contextualizados a partir da limitação dos recursos disponíveis para unidade e pela renúncia de poder e autonomia implícita a uma estratégia intersectorial.

Palavras-chave: violência contra mulher; políticas públicas; intersectorialidade.

## ABSTRACT

Violence against women has been institutionalized as a state issue, among other variables, by the intense mobilization of the women's movement. The last years have been marked by significant advances in the incorporation of this agenda by government structures. The creation of the Special Secretariat for Women Policy, linked to the Presidency of the Republic, the promulgation of the Maria da Penha Law and the Law of the Feminicide. In Minas Gerais, the creation of the Undersecretariat of Politics for Women marks a gain of historical status for pulp. It is in this context that this work lends itself to investigating the work of the unit in facing violence against women. The approach from the intersectoriality comes from the recognition of the issue as complex, from which emanates the need for a structured governmental response from other governance guidelines. So the question to be answered is how the SPM organized its action to address violence against women and, if so, to what extent this organization was guided by an intersectoral approach to the issue. The discussion about the State's relationship with the policies for women, intersectoriality, and the numbers that materialize this phenomenon in Brazil and Minas Gerais is taken up again to answer it. The empirical part of this work is the description of the object, the SPM, its activities and instances related to violence against women. Finally, we conclude by the varied intensity of the intersectorial articulations in the forums coordinated by SPM and in their work as a whole. Some initiatives, such as CEAHVIS, are more advanced in this regard when compared to COPEAMPE and the Forum against Violence against Women in the Field, Forest and Waters. With regard to SPM's work beyond these instances, an effort is identified for articulating the agenda with organized civil society entities and for the geographic dispersion of the policy of confronting violence against women through articulation with states's citie. These efforts, in turn, are contextualized from the limitation of available resources to unity and by the renunciation of power and implicit autonomy to an intersectoral strategy.

Key words: violence against women; public policy; intersectoriality.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1: Linha do tempo com marcos das políticas para mulheres do Brasil e Minas Gerais.

Figura 2 – Organograma Subsecretaria de Política para as Mulheres de Minas Gerais.

Figura 3: Municípios mineiros (59) nos quais a SPM esteve presente entre 2015 e 2018.

Quadro 1: Atendimentos realizados no CERNA por período - 2015 até primeiro semestre de 2018.

Quadro 2: Entregas do CEAHVIS entre os anos de 2014 e 2018

Quadro 3: Número de participações em reuniões por integrantes do CEAHVIS por ano e a participação no total de reuniões realizadas entre 2014 e 2018

Quadro 4: Atividades desenvolvidas em 2015 pela SPM no que se refere ao enfrentamento à violência contra mulher.

Quadro 5: Atividades desenvolvidas em 2016 pela SPM no que se refere ao enfrentamento à violência contra mulher.

Quadro 6: Atividades desenvolvidas em 2017 pela SPM no que se refere ao enfrentamento à violência contra mulher.

Quadro 7: Atividades desenvolvidas em 2018 pela SPM no que se refere ao enfrentamento à violência contra mulher.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACADEPOL - Academia de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

AGENDE - Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento

ALMG - Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais

AMB - Articulação da Mulher Brasileira

CAMG - Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais

CAO-DH - Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário

CCFMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

CDDM-MG - Centro de Defesa dos Direitos da Mulher de Minas Gerais

CEAHVIS - Comitê Estadual de Gestão do Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência Sexual

CEDAW - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

CEDCA - Conselho Estadual da Criança e do Adolescente de Minas Gerais

CEM-MG - Conselho Estadual das Mulheres de Minas Gerais

CEPAM - Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres de Minas Gerais

CEPIA - Cidadania, Estudo, Pesquisa,, Informação e Ação

CERNA - Centro Risoleta Neves de Atendimento à Mulher

CF - Constituição Federal do Brasil

CIB-SUS-MG - Comitê Intergestores Bipartite do SUS de Minas Gerais

CID - Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde

CLADEM - Comitê Latino-Americano e do Caribe para Defesa dos Direitos das Mulheres

CNDM - Conselho Nacional do Direito das Mulheres

CNDM - Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres

CNPCP - Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

CNPM - Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

CODS - Coordenadoria Especial de Diversidade Sexual

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COPEAMPE-MG - Comitê de Política Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Estado de Minas Gerais

COSEMS - Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais

CTIG - Comitê da Transversalidade de Gênero  
CUT - Central Única dos Trabalhadores  
DEAM - Delegacia Especializada no Atendimento às Mulheres  
DEPCA - Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente  
DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional  
DPMG - Defensoria Pública de Minas Gerais  
FBPF - Federação Brasileira pelo Progresso Feminino  
FEVCAMG - Fórum Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes de Minas Gerais  
FJP - Fundação João Pinheiro  
GT - Grupo de Trabalho  
IML - Instituto Médico Legal  
LOA - Lei Orçamentária Anual  
MFPA - Movimento Feminino pela Anistia de Minas Gerais  
MPMG - Ministério Público de Minas Gerais  
OAB - Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil  
OEA - Organização dos Estados Americanos  
ONG - Organização Não Governamental  
ONU - Organização das Nações Unidas  
OPM - Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres  
PCMG - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais  
PEAMPE - Política Estadual de Atendimento às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional  
PEPM - Plano Estadual Decenal de Políticas para Mulheres  
PMMG - Polícia Militar de Minas Gerais  
PNPM - Plano Nacional de Políticas para as Mulheres  
PPAG - Plano Plurianual de Ação Governamental  
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira  
PT - Partido dos Trabalhadores  
PUC MINAS - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais  
REDS - Registro de Eventos de Defesa Social  
SEAP/SUAPI - Secretaria de Estado de Administração Prisional de Minas Gerais  
SEDA - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário  
SEDE - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

SEDESE - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais

SEDPAC - Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais

SEDS - Secretaria de Estado de Defesa Social

SEE - Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais

SERVAS - Serviço Voluntário de Assistência Social

SES - Secretaria de Estado de Saúde

SINAM - Sistema Nacional de Atendimento Médico

SPM - Subsecretaria de Política para Mulheres de Minas Gerais

SPM-PR - Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República

SUAT - Superintendência de Políticas de Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres e Articulação Institucional

SUBDH - Subsecretaria de Direitos Humanos de Minas Gerais

SUPEM - Superintendência de Enfrentamento à Violência contra Mulheres

SUS - Sistema Único de Saúde

THEMIS - Assessoria Jurídica

TJMG - Tribunal de Justiça de Minas Gerais

UAITEC - Universidade Aberta Integrada de Minas Gerais

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros

## SUMÁRIO

|       |                                                                                                            |    |
|-------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1     | INTRODUÇÃO .....                                                                                           | 13 |
| 2     | AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES NO BRASIL E EM MINAS GERAIS<br>16                                      |    |
| 2.1   | O Estado e as Políticas Públicas para Mulheres .....                                                       | 16 |
| 2.2   | Marcos da História das Políticas para Mulheres no Brasil .....                                             | 17 |
| 2.2.1 | Avanços nas políticas nacionais de combate à violência contra as<br>mulheres nos anos 2000 .....           | 30 |
| 2.3   | Marcos da História das Políticas para as Mulheres em Minas Gerais.....                                     | 32 |
| 2.4   | A integração das dinâmicas nacionais e estaduais.....                                                      | 36 |
| 3     | A IMPORTÂNCIA DA INTERSETORIALIDADE NO ENFRENTAMENTO À<br>VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES .....               | 41 |
| 3.1   | O que é intersectorialidade? .....                                                                         | 41 |
| 3.2   | A adoção da abordagem intersectorial nas políticas públicas no Brasil.....                                 | 43 |
| 3.3   | A adoção da abordagem intersectorial no combate à violência contra as mulheres ....                        | 44 |
| 3.3.1 | O resultado limitado das políticas .....                                                                   | 45 |
| 4     | O TRABALHO DA SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES NO<br>ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER ..... | 49 |
| 4.1   | Antecedentes e criação SPM .....                                                                           | 50 |
| 4.2   | Estrutura da SPM .....                                                                                     | 52 |
| 4.3   | O Enfrentamento à Violência contra Mulheres na SPM .....                                                   | 54 |
| 4.3.1 | O Centro Risoleta Neves de Atendimento - CERNA .....                                                       | 56 |
| 4.3.2 | Comitê Estadual de Gestão do Atendimento Humanizado às Vítimas de<br>Violência Sexual - CEAHVIS.....       | 63 |

|       |                                                                                                                                                   |    |
|-------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 4.3.3 | Comitê de Política Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Estado – COPEAMPE..... | 71 |
| 4.3.4 | Fórum Estadual do Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas.....                                           | 74 |
| 4.3.5 | Outras Atividades.....                                                                                                                            | 76 |
| 5     | CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                                                                                                                        | 82 |
|       | REFERÊNCIAS.....                                                                                                                                  | 90 |
|       | ANEXOS .....                                                                                                                                      | 98 |

## 1 INTRODUÇÃO

Ao passo que se aclamam as discussões políticas no Brasil, meio a um cenário de crise econômica e instabilidade das instituições que organizam a política nacional, percebe-se que a discussão quanto à desigualdade de gênero no país se fortalece neste contexto. As conquistas do movimento de mulheres no Brasil e em Minas Gerais contextualizam historicamente a emergência desta temática na sociedade brasileira e como uma questão de Estado.

A assimetria de poder implícita nas relações entre homens e mulheres (FARAH, 2004) é materializada por meio da violência contra as mulheres, um fenômeno alarmante e perene na sociedade brasileira. O Brasil é, segundo Waiselfisz (2015), o quinto país em que se mais mata mulheres, ficando atrás somente de El Salvador, Colômbia, Guatemala (três países latino-americanos) e a Rússia. Esta informação é, por si só, um indicador claro da necessidade do Estado se ater à construção de políticas para mitigação deste problema. No Estado de Minas Gerais, por sua vez, 3,6 a cada 100 mil mulheres são vítimas de homicídio, número 0,9 menor que a taxa brasileira e sete municípios mineiros figuram na lista das 100 maiores taxas de homicídio de mulheres no país (IPEA, 2018; WASELFISZ, 2015).

É neste contexto que esta pesquisa se coloca para analisar o trabalho da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres de Minas Gerais (SPM) no enfrentamento à violência contra mulher. A destinação de um organismo público específico para gestão das políticas destinadas às mulheres especificamente é produto de muita luta feminina e, por se constituir como uma conquista simbólica, a análise da atuação desta unidade coloca-se como interessante para o entendimento da relação do Estado com as políticas públicas para mulheres. Buscou-se compreender se e em que medida a SPM conseguiu articular uma estratégia de intervenção intersetorial nas questões relativas ao enfrentamento à violência contra as mulheres. Esta estrutura de governança (VEIGA e BRONZO, 2014) por sua vez, é colocada na missão da unidade como um princípio que a orienta de modo que a pergunta é pertinente. Para além da pertinência da pergunta, este trabalho se justifica pela compreensão da violência contra a mulher como um tema complexo, cujas respostas setoriais e lineares não se constituiriam como uma resposta adequada para resolvê-lo (VEIGA e BRONZO, 2014; BRASIL, 2011; IPEA, 2010). A violência contra a mulher, especificamente, tem uma maior consolidação meio as discussões nacionais sobre a temática quanto sua intersetorialidade, fator que também se relaciona com a justificativa desta abordagem.

Assim o objetivo geral que se coloca para este trabalho é analisar o trabalho da SPM no que tange ao enfrentamento à violência contra as mulheres sob a ótica da intersetorialidade. O objeto de estudo é, por sua vez, essencialmente a SPM ao passo que a pergunta que orienta o trabalho é como a SPM organizou sua atuação para o enfrentamento à violência contra as mulheres e se e em que medida, esta organização se pautou por uma abordagem intersetorial. Os objetivos que derivam deste objetivo geral são: a) discutir a institucionalização de políticas públicas para mulheres e sua relação com a trajetória do movimento feminista em Minas Gerais; b) analisar quanto os fóruns coordenados pela SPM e suas atividades como um todo observam às diretrizes da intersetorialidade, propostas pelo arcabouço teórico apresentado; c) identificar os êxitos e desafios postos para coordenação de uma estratégia de intervenção intersetorial sobre o tema e d) descrever como a SPM atuou nesta temática, de modo a contribuir para o registro do legado desta unidade com status inédito na estrutura organizacional de Minas Gerais.

As das trajetórias do movimento de mulheres do Brasil e de Minas Gerais são apresentadas e a interlocução entre estes são explicitadas. Discute-se a relação destes movimentos com o Estado e o conceito de intersetorialidade de modo a compreender como o fenômeno da violência contra a mulher vem sendo objeto de intervenção da SPM. Esta pesquisa é essencialmente qualitativa, desenvolvida a partir do levantamento e coleta de dados que a subsidiasse. Assim como foram realizadas entrevistas orais não estruturadas com a superintendente de enfrentamento à violência contra as mulheres da SPM, as gestoras dessa unidade e com a coordenadora do equipamento de atendimento às mulheres em situação de violência no âmbito estadual. Para além das entrevistas, a autora se colocou na posição de observadora-participante no contexto de realização de estágio na SPM, mais especificamente na Superintendência de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (SUPEM). Neste contexto, foi possível levantar, coletar e analisar documentos contidos na rede de computadores da subsecretaria que subsidiaram a parte empírica deste trabalho. Por fim, fez-se uma revisão bibliográfica no que tange ao histórico do movimento de mulheres no Brasil e em Minas Gerais, assim como da bibliografia referente à discussão da relação do Estado com as políticas para mulheres e a respeito da abordagem intersetorial. Também foram levantados o referencial bibliográfico referente à parte de quantificação do fenômeno da violência contra a mulher, de modo a dar concretude para o assunto tratado.

Este trabalho está organizado em cinco capítulos. O primeiro é esta introdução, o segundo é uma contextualização da trajetória histórica do movimento de mulheres, suas interlocuções com o Estado em âmbito federal e em Minas Gerais e como estas duas dinâmicas se relacionam. São também destacados alguns marcos desta trajetória que permitem depreender os avanços das políticas para mulheres, especialmente a partir dos anos 2000. O terceiro capítulo, por sua vez, é dedicado a reunir alguns pontos de interlocução entre a discussão sobre intersetorialidade, seu conceito, aplicações e importância como uma estratégia para o enfrentamento à violência contra as mulheres, ao passo que são apresentadas informações quantitativas que apontam para resultados limitados destas políticas. O quarto e penúltimo capítulo constitui a parte empírica deste trabalho, na qual a SPM, assim como seu trabalho no tema em questão, são apresentados e em alguma medida discutidos sob a ótica da intersetorialidade. A última, sétima seção, é destinada às considerações finais, onde a autora discute com mais liberdade os resultados deste trabalho.

## 2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES NO BRASIL E EM MINAS GERAIS

Conhecer a história das políticas públicas para mulheres propicia um melhor entendimento de seus desenhos, recortes, escopos e gargalos hoje. Essa seção começa apresentando algumas considerações sobre os desafios da análise das relações entre gênero e políticas públicas para dedicar-se em seguida a apresentação analítica de acontecimentos que marcaram a história da luta das mulheres brasileiras e mineiras pela inclusão cidadã e pela igualdade de direitos. A análise histórica compreende iniciativas desde o século XIX até os anos 2000, focando a inclusão (mesmo que parcial) das reivindicações das mulheres na agenda nacional e do Estado de Minas Gerais. Essa retrospectiva foi constituída a partir da revisão bibliográfica de trabalhos de autoras que se debruçaram sobre história do movimento feminista e da incorporação de políticas públicas para as mulheres. Essa retrospectiva tem como objetivo subsidiar a análise do trabalho da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres de Minas Gerais (SPM) no enfrentamento à violência contra mulher.

### 2.1 O Estado e as Políticas Públicas para Mulheres

Farah (2004) aponta que a análise das relações entre gênero e políticas públicas deve ser antecedida pela apresentação das definições que a amparam. Nesse sentido são elencados aqui três conceitos. O primeiro deles é o conceito de **políticas públicas**. Há diversas formas de conceber a política pública. A forma aqui adotada é aquela proposta pela própria Farah (2004), que concebe as políticas públicas como um curso de ação do Estado, orientado por determinados objetivos, refletindo ou traduzindo um jogo de interesses (REIS, 1989; SALISBURY, 1995 apud FARAH, 2004). Este conceito atende aos objetivos do trabalho ao focar a ação do Estado com um processo decisório, uma escolha dos governos.

O segundo conceito é o de **gênero**. O termo gênero é aqui compreendido como uma construção histórica e social do feminino e do masculino e das relações sociais entre os sexos, marcadas por uma forte assimetria na distribuição de poder (FARAH, 2004, p. 48). A leitura aponta uma variedade de definições do termo, mas o elemento central de todas elas é a construção social do feminino e do masculino. Por meio de normas, valores, costumes e práticas atribui-se significado às diferenças biológicas entre homem e mulher, constituindo as categorias feminino e masculino como desiguais (BANDEIRA, 2005, p. 8) que se tornam

centrais na análise de políticas públicas quando se deseja entender se “o Estado tem contribuído para modificar este padrão de dominação das mulheres?” Pergunta que orienta o trabalho de Marta Farah (2004), por exemplo.

A terceira definição se refere a o que são **políticas públicas com recorte de gênero**. Mais uma vez adota-se a concepção proposta por Farah (2004) que entende essas políticas como políticas públicas que reconhecem a diferença de gênero e, com base nesse reconhecimento, implementam políticas específicas para mulheres e/ou ações específicas para estas em políticas cujo público-alvo é mais abrangente. Esse trabalho foca especialmente as políticas para as mulheres.

Marcondes, Diniz e Farah (2018) sustentam que vigora uma discussão no meio acadêmico e no amplo universo do movimento feminista quanto à contraposição de políticas gerais com perspectiva de gênero e políticas específicas com um canal político e organizador específico destas. Godinho (2000) critica essa contraposição ao identificar funções distintas para cada um destes modelos de intervenção estatal na desigualdade de gênero. As políticas específicas são, para a autora, um canal político e organizador capaz de alterar a macro estrutura de subordinação das mulheres, enquanto as ações abrangentes tem uma visão geral de mudança. Assim, os organismos políticos e organizadores da política de gênero devem, segundo Godinho (2000), ser responsáveis por garantir uma coerência no quadro das políticas públicas por meio da articulação das políticas específicas com as políticas gerais do Estado, de modo a garantir que as pautas das mulheres tenham um espaço próprio nestas intervenções. Essa visão integradora dessas políticas é aqui priorizada.

## **2.2 Marcos da História das Políticas para Mulheres no Brasil**

No início do século XIX os direitos das mulheres ainda eram muito restritos no Brasil. A primeira iniciativa de ampliação da cidadania das mulheres no país data de 1827. Nesse ano foi promulgada a chamada Lei Geral, primeira legislação sobre o ensino primário pós-independência. Esta lei autorizou a abertura de escolas públicas femininas no país, expandindo as oportunidades intelectuais das mulheres para além das prendas domésticas, ensinadas nos conventos, “escolas” nas casas de professoras ou aulas particulares. Observa-se que a presença feminina no ambiente escolar não lhes garantiu o acesso a todas as áreas do conhecimento, era vedado a elas o ensino de matérias tidas como mais “racionais”, como por exemplo a geometria. No entanto, o currículo incluía disciplinas que reforçavam o papel da

mulher como responsável pelo lar e pelo cuidado, como as “artes do lar” (STAMATTO, 2002). Apesar de suas restrições, esse acesso propiciou o início de uma mobilização em prol desse grupo social. Provenientes das escolas públicas femininas, algumas mulheres tomaram para si o dever de expandir às demais mulheres a oportunidade que haviam auferido. Abriam escolas e publicaram livros, o que, aos moldes da época, era uma subversão ao doméstico (DUARTE, CARMO e LUZ, 2008, p.28).

Neste contexto, o nome de Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885) se destaca por ser a primeira mulher a publicar textos nas mídias de maior circulação. Ela também foi a primeira mulher a publicar um livro sobre o direito das mulheres no Brasil, intitulado “Direito das mulheres e injustiça dos homens”, em 1832. Duarte, Carmo e Luz (2008, p. 28) consideram que nessa obra a autora desconstrói a superioridade masculina e esboça a ideia de gênero como uma construção social. Esta publicação representou à época um elo entre o debate internacional e a realidade brasileira uma vez que se inspirou em obras de escritoras estrangeiras, Olympe de Gouges<sup>1</sup> e Mary Wollstonecraft<sup>2</sup>. O momento histórico simbolizado pela publicação de Nísia Floresta é marcado por mulheres clamando por igualdade de direitos civis básicos, como educação fundamental e direito à propriedade privada e por isto seu texto pode ser considerado “texto fundante do feminismo brasileiro” (DUARTE, CARMO e LUZ, 2008).

Na segunda metade do século XIX o movimento feminista já mostra maior nível de organização das mulheres e de suas reivindicações. Observa-se então a popularização de jornais e revistas feministas no país, como o periódico “O Sexo Feminino”, da mineira Francisca Senhorinha da Mota Diniz, que estimulava as mulheres a conhecerem seus direitos

---

<sup>1</sup> Olympe de Gouges foi a francesa escritora da “Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne” – “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã” em português. Este texto foi publicado em 1791, dois anos após a publicação do texto “Declaração dos direitos dos homens e dos cidadãos” como um resultado da Revolução Francesa. Este, por sua vez, não contemplava as mulheres. A proposta da autora de igualar as mulheres jurídica e legalmente aos homens foi apresentada e rejeitada na Assembleia Nacional da França.

<sup>2</sup> Mary Wollstonecraft foi a escritora inglesa do livro “Vindications of the rights of woman” – “Uma reivindicação pelos direitos da mulher” em português, de 1792, que defendeu neste o direito de educação das mulheres como humanos essenciais para nação, com capacidades intelectuais equiparada às dos homens e merecedoras dos mesmos direitos fundamentais a eles assegurados.

como um primeiro ato emancipatório<sup>3</sup>. Por volta de 1870, organizações femininas se engajavam na luta pela abolição da escravidão<sup>4</sup> que só se concretizou em 1888.

No final do século XIX começam a ser noticiados os casos de mulheres brasileiras prestando curso superior, no entanto, as que se graduavam eram ridicularizadas pela impossibilidade de manter simultaneamente casamento, filhos e carreira. Tal fato evidencia a prevalência da cultura machista patriarcal e a limitação dos avanços produzidos pelo movimento nesse século, que ampliou os direitos de cidadania para mulheres de classe média e alta, mas manteve as pobres nas fábricas e nas “casas de família” sem acesso ao ensino superior. (DUARTE, CARMO e LUZ, 2008, p. 36).

Enquanto Duarte, Carmo e Luz (2008) remetem o início do movimento feminista nacional ao começo do século XIX, a autora Céli Pinto (2003) estabelece o primeiro momento do feminismo brasileiro como sendo o período que se estende do final do século XIX até o ano de 1932. Nesta fase a autora o caracteriza como sendo composto de múltiplos objetivos, manifestações e pretensões. Destaca-se então o movimento sufragista liderado pela bióloga Bertha Lutz<sup>5</sup>. Celi Pinto (2003) caracteriza esse feminismo como um **“feminismo bem comportado”** dado o seu caráter conservador e a ausência de questionamentos quanto à opressão sistêmica das mulheres. Em sua análise, a autora afirma que este não deseja alterar as relações desiguais de gênero, mas obter, por meio da garantia do direito ao voto às mulheres e sua inclusão na cidadania, o bom andamento da sociedade.

Os anos 1920 foram perpassados por situações de conturbação política: fundava-se o Partido Comunista Brasileiro, realizava-se a Semana de Arte Moderna, as revoltas militares e a Coluna Prestes. Esta “ebulição social”, na visão das autoras Bandeira e Melo (2010), favoreceu a fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) em 1922 e proporcionou um ambiente de maior abertura para atuação do movimento sufragista. O sufrágio feminino foi primeiro aprovado no Rio Grande do Norte, em 1927, onde nasceu Nísia Floresta e mais tarde, antes mesmo da sua nacionalização, foi eleita no estado a primeira

---

<sup>3</sup> Após o rompimento com o império português e a proclamação da república, a publicação passou a se chamar “O Quinze de Novembro do Sexo Feminino”, o que evidencia seu caráter progressista.

<sup>4</sup> Dentre elas estavam a “Sociedade de Libertação” do Rio de Janeiro e “Sociedade Redemptora” de São Paulo.

<sup>5</sup> Bertha Lutz foi defensora veementemente do direito ao voto das mulheres, como mostra seu artigo “Somos filhos de tais mulheres”, publicado em 1918.

prefeita da América do Sul – Alzira Soriano, em 1929. A conquista do voto em um dos estados da república motivou a mobilização das mulheres brasileiras para sua nacionalização e reivindicação ao acesso ao curso superior e ao mercado de trabalho. Este momento é caracterizado por Céli Pinto (2003) como “**feminismo menos comportado**”, evidenciando uma ação mais questionadora do movimento de mulheres em relação ao *status quo* ao inserir suas demandas nas pautas do movimento anarquista e do Partido Comunista. Em 1932, Getúlio Vargas incorporou a mulher no Código Eleitoral em igualdade de direito aos homens autorizando que elas votassem pela primeira vez em 1934, na eleição dos representantes do legislativo. Nesta ocasião, a primeira deputada federal, Carlota Pereira de Queiroz é eleita, mas o golpe militar-político de 1937 a impede de terminar o mandato (DUARTE, CARMO e LUZ, 2008).

O Estado Novo, além de determinar o fim da democracia até 1945, implicou em alguns retrocessos no que tange à igualdade entre homens e mulheres. Às mulheres é vedada a prática de esportes considerados “incompatíveis com as condições femininas” pelo Decreto n. 3199 e a conquista do voto é abafada, assim como a atuação da FBPF e outras associações de mulheres.

O fim do Estado novo em 1945 marca o início de 19 anos de democracia. Neste período, em 1962, o “Estatuto da Mulher Casada” é sancionado, autorizando, dentre outras coisas, a mulher casada a trabalhar ou receber herança sem a autorização do marido e, em caso de separação, requerer a guarda dos filhos (BRASIL, 1962). Apesar dos avanços promovidos por essa legislação quanto aos direitos das mulheres casadas, a questão da violência ainda fica velada.

A democracia é novamente interrompida com o golpe militar de 1964 e em 1968, durante a ditadura, começa o que Céli Pinto (2003) chama de “**feminismo mal comportado**”. Neste momento, o movimento começa a ser construído por um grupo de mulheres mais heterogêneo, provenientes de grupos sociais mais diversos (intelectuais, anarquistas, líderes operárias) e como consequência, seus debates e reivindicações também se tornam mais amplos. A discussão quanto a dominação masculina e a reivindicação do direito a educação, sexualidade, divórcio (PINTO, 2003) são incorporadas, caracterizando o nascimento do “novo feminismo”.

Nos anos 70, as mulheres exiladas pela ditadura militar influenciaram o movimento feminista brasileiro ao exportarem a efervescência política, revolução dos costumes e renovação cultural da Europa e dos Estados Unidos para o Brasil. Este “novo feminismo” se caracteriza pela apropriação de tais influências de forma quase privada, comportamental, materializada pelo enfrentamento de alguns tabus (PINTO, 2003). Na esfera pública acontecem, por sua vez, encontros e congressos que reivindicam e dão a visibilidade para temática das mulheres. Neste contexto, aumenta-se a percepção quanto à desigualdade entre homens e mulheres e das discriminações sofridas pelas últimas e o período 1975-1985 é declarado como Decênio Internacional da Mulher (DUARTE, CARMO e LUZ, 2008).

O 8 de março<sup>6</sup> é instituído como Dia Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975, declarado o Ano Internacional da Mulher. Estes eventos marcam a entrada da pauta das mulheres tanto na agenda internacional, quanto na do Brasil. O marco é a realização no Rio de Janeiro do evento “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira” por entidades da sociedade civil. Ao mesmo tempo em que se reivindicava igualdade e fim da discriminação contra as mulheres, lutava-se contra a ditadura militar e a censura e pela redemocratização do país, anistia e melhores condições de vida (PINTO, 2003).

Juntamente das questões políticas, discutia-se no âmbito das organizações e movimentos feministas, temas relacionados à sexualidade e ao direito ao aborto. Possivelmente uma das motivações para inclusão do planejamento familiar e controle da natalidade no âmbito das políticas públicas teria a ver com a incorporação destas discussões (DUARTE, CARMO e LUZ, 2008). Esta inclusão acontece por meio do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), publicado pelo Ministério da Saúde em 1984, que se organizava em três eixos: planejamento familiar, sexualidade e aborto (PINTO, 2003).

---

<sup>6</sup> A origem da data de 8 de março como o Dia Internacional da Mulher remete a alguns eventos importantes da história da luta das mulheres sem haver consenso sobre qual teria motivado sua instituição. Um dos eventos que possivelmente motivaram a escolha foi um incêndio em uma fábrica têxtil em Nova Iorque em 1911 quando 130 operárias morreram, a despeito de ter ocorrido em 25 de março. O ocorrido foi antecedido por vários protestos nos Estados Unidos e na Europa quanto às más condições de trabalho das mulheres, o que gerou ainda mais revolta. Em 8 de março de 1917, na Rússia, quase 100 mil operárias foram às ruas protestar quanto às más condições de trabalho, a fome e a participação russa na guerra – protesto o qual ficou conhecido como “Pão e paz”, sendo estas as principais histórias que explicam a data. (NADAL, 2018)

Em 1979 aconteceu a reforma partidária, que dividiu a oposição à ditadura militar em vários partidos e, naturalmente, o movimento feminista também se dividiu. Esta divisão é um ponto importante para analisar a relação que se estabeleceria entre o movimento feminista e a democratização. Segundo Farah (2004) as mudanças nessa relação estavam se processando desde que se estabeleceu uma agenda de reforma no começo dos anos 70. As mulheres se colocaram presentes na constituição desta agenda baseada nas necessidades gerais de democratização, ampliação do acesso a serviços públicos e dos resultados das políticas públicas, relacionados diretamente à qualidade de vida. A democratização, especificamente, implicava a necessidade de incluir novos atores nas decisões e novos segmentos como beneficiários de políticas públicas. Deste modo, as propostas de descentralização e participação da sociedade civil na formulação e implementação das políticas públicas foram priorizadas a despeito de certos embates com visões liberais-conservadoras que as viam como um obstáculo para eficiência e efetividade da ação estatal. Esta agenda, na perspectiva de Farah (2004), significou uma expansão do movimento de reforma para além do regime político, mas no modo de agir do Estado<sup>7</sup>. A participação de mulheres no movimento de redemocratização as constituiu como sujeito coletivo, cujas reivindicações tornavam públicos temas até então confinados à esfera privada, como o direito a creche, saúde da mulher, sexualidade, contracepção e violência contra mulher (SARTI, 1988; GIFFIN, 1991; e SOUZA-LOBO, 1991 apud FARAH, 2004). É neste período também que mulheres de setores específicos de organização civil passaram a dar visibilidade às suas questões, como as mulheres negras e lésbicas (BANDEIRA e MELO, 2010).

No começo dos anos 80, com a distensão do regime autoritário, é concedida a anistia para alguns brasileiros exilados que trazem para o Brasil ideias de “políticas de corpo mais descontraídas e de elevação da autoestima” (DUARTE, CARMO e LUZ, 2008). A criação de novos partidos marca o debate pela retomada da democracia, pelo fim do regime militar e pelo estabelecimento políticas públicas mais justas. Nesse contexto, assim como no restante

---

<sup>7</sup> Durante as épocas mais “duras” da ditadura militar, o modelo de ação estatal se caracterizava pela centralização decisória e financeira na esfera federal, fragmentação institucional, gestão financeira das políticas sociais (o que implicava no restrito acesso aos serviços públicos), atuação setorial, penetração da estrutura estatal por interesses privados, lógicas clientelistas na condução de políticas públicas, verticalização da tomada de decisão, gestão e burocratização, exclusão da sociedade civil dos processos decisórios, opacidade e impermeabilidade das políticas e das agências estatais ao cidadão e ausência de controle social e avaliação (FARAH, 2004).

do mundo, as mulheres brasileiras fortalecem sua disposição para refletir sobre as diversas formas de opressão as quais são submetidas. Céli Pinto (2003) analisa este período sob a perspectiva da participação das mulheres e de como o movimento feminista participou da redemocratização. A autora afirma que esse foi um período marcado pela intensificação dos movimentos de mulheres e de suas agendas, o que resultou nas primeiras experiências do feminismo no aparelho do Estado.

Criam-se os primeiros conselhos estaduais dos direitos da mulher em Minas Gerais e São Paulo em 1983 e posteriormente, em 1985, o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) é criado<sup>8</sup>. O Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) é então vinculado ao Ministério da Justiça com o objetivo de promover, em âmbito nacional, políticas que visem eliminar a discriminação da mulher e garantir liberdade, igualdade de direitos e participação nas atividades econômicas, políticas e culturais do país. O CNDM também detinha um Fundo Especial de Direitos da Mulher, o que garantia os recursos necessários para suas atividades. Em 86, o Conselho convocou o Encontro Nacional da Mulher e Constituinte para concretizar os resultados da campanha “Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher”, realizada por todo país (BANDEIRA e MELO, 2010).

Nos espaços de diálogo entre o Estado e a sociedade, os Conselhos, as feministas iniciam o processo de luta pela participação na formulação de políticas públicas, sobretudo na área de violência (BANDEIRA e MELO, 2010). As Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, as DEAMs, surgem nesta década, mais especificamente a partir de 85, como uma resposta governamental à violência contra a mulher evidenciada pelo movimento feminista. Podemos dizer que as DEAMs representam o início da institucionalização de uma política pública de combate à violência contra as mulheres. Como pode ser observado nos dias atuais, estas movimentações “não resolveram” a questão da violência contra mulher, mas representaram avanços à medida que a mulher começou a ser reconhecida como vítima de violências específicas (PINTO, 2003).

Nesta década, 1980, também foi observado o surgimento do “**feminismo acadêmico**”, nome dado ao movimento de criação de centros acadêmicos e núcleos de pesquisas que se

---

<sup>8</sup> A respeito da criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, tem-se que a demanda emana do Seminário Mulher e Política, realizado em São Paulo em 84. Em 85, Tancredo Neves assume a presidência da república e atende à demanda apresentada por aquelas mulheres.

debruçavam sobre a temática da mulher (PINTO; 2003). Professoras e alunas de universidades institucionalizavam seus estudos sobre a condição da mulher como forma de legitimar a temática no meio acadêmico. Segundo Farah (2004), é, neste movimento de consolidação dos estudos de gênero no Brasil, que se fortalece o movimento feminista, a despeito da perspectiva de gênero nas políticas públicas, ser, segundo a autora, um tema ainda pouco explorado no país.

Durante a Assembleia Constituinte, a despeito das divergências, o movimento feminista se organizou com a participação de vinte e seis deputadas federais de modo a garantir os direitos das mulheres na nova constituição. Esta mobilização, chamada de “lobby do batom” é um dos exemplos citados por Alvarez (2000) do relacionamento entre movimento feminista com o Estado, observado em situações que se desenrolaram nos anos 80, quando a onda de redemocratização pela qual passou o Brasil, suscitou a percepção que haveria mais abertura à pauta da equidade de gênero, obrigando o movimento a repensar sua relação com o Estado. Segundo Farah (2004), superada a resistência inicial à colaboração com o Estado, as propostas que emanam do movimento feminista no que tange às políticas públicas passaram a contemplar a ideia da articulação de ações governamentais e não-governamentais para formulação das políticas. As mulheres passam a demandar que fossem incluídas como beneficiárias das políticas e como “atores” que participam de sua formulação, implementação e controle.

A Constituição Federal de 1988 ficou reconhecida como a constituição-cidadã por marcar a transição democrática e a institucionalização dos direitos humanos no país. No que tange às mulheres, a Constituição de 1988: assegura a igualdade entre sexos; proíbe a discriminação no mundo do trabalho por sexo (inclusive proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização); protege a mulher no mercado de trabalho por meio de incentivos específicos; garante às mulheres em situação de privação de liberdade o direito de permanecer com seus filhos durante o período de amamentação; institui a maternidade como direito social (licença maternidade); garante o título de domínio e a concessão de uso de imóveis rurais a mulheres em virtude de reforma agrária, independente do estado civil; concebe o

planejamento familiar como uma livre decisão do casal; e estabelece como dever do Estado coibir a violência no âmbito das relações familiares<sup>9</sup> (DUARTE, CARMO e LUZ, 2008).

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu condições para que o Brasil se tornasse signatário de documentos internacionais com força de lei, alterando a inserção do país no cenário internacional no que tange a luta pelos direitos das mulheres. A presença do Brasil como signatário de documentos internacionais de defesa e promoção dos direitos das mulheres, respaldava as demandas dos movimentos brasileiros de mulheres para implementação dos avanços obtidos no âmbito internacional e no âmbito nacional<sup>10</sup>.

O Conselho Nacional de Direitos das Mulheres é desmontado em 1990, na gestão Fernando Collor de Melo. Segundo Céli Pinto (2003) nos anos 90 dois fenômenos marcam o pensamento e o movimento feminista. Primeiro, o pensamento feminista é dissociado do movimento em si e, segundo, o movimento feminista é “profissionalizado”, devido ao surgimento de entidades do terceiro setor que atuam em prol da temática. Este movimento é observado em outras áreas e temáticas no Brasil neste mesmo período, de modo que este surgimento de Organizações Não Governamentais (ONGs), assim como dos movimentos sociais, é uma forma de pressionar o Estado e instrumentalizar demandas identificadas pela sociedade civil (PINTO, 2006). Isto porque tais demandas advêm de temas que não são devidamente objeto da atuação dos partidos políticos tradicionais, que são, como o Estado, pressionados para repensar seus projetos políticos de acordo com atuação destes "novos atores sociais" (PINTO, 2006). Para exemplificar o surgimento de ONGs, Céli Pinto (2003) a autora cita o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CCFMEA), as Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (AGENDE), a Articulação da Mulher Brasileira (AMB), a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos (conhecida como Rede Saúde); Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA); Assessoria Jurídica (THEMIS); Comitê Latino-Americano e do Caribe para Defesa dos Direitos das Mulheres (CLADEM), dentre outros. Céli Pinto (2003) ressalta que, atuação destas organizações é limitada pela a

---

<sup>9</sup> Artigo 226 da CF, parágrafo 8º.

<sup>10</sup> Destaca-se aqui algumas convenções específicas sobre a temática da violência contra as mulheres elencadas por Duarte, Carmo e Luz (2008): a Declaração de Direitos Humanos de Viena (1993); a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra Mulher (1994) e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979).

necessidade de se submeterem a uma agenda internacional, como condição ao recebimento de recursos e institucionalização, fato que traz a tona uma nova forma do “feminismo bem comportado” característico do final do século XIX (PINTO, 2003).

Tatau Godinho (2000) aponta que a Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, em 1995, passa a influenciar a agenda brasileira relacionada a partir de então. A agenda elencada é composta de dez diretrizes, sendo estas: violência, saúde, meninas e adolescentes, geração de emprego e renda, educação, trabalho, infraestrutura urbana e habitação, questão agrária, incorporação da perspectiva de gênero por toda a política pública (transversalidade) e acesso ao poder político e empoderamento (FARAH, 2004).

O Conselho Nacional de Direitos das Mulheres foi reativado em 1996 pela gestão de Fernando Henrique Cardoso, no entanto, sem a autonomia administrativa e financeira anterior de forma que parte expressiva dos recursos passou a vir de agências internacionais. Na virada do século, é marcada pelo fortalecimento das agenda das mulheres nas organizações sindicais. Em 2000, a organização da primeira Marcha das Margaridas<sup>11</sup> é um marco nesse sentido. O ato se dá em memória do assassinato da líder sindical rural Margarida Alves, que se tornou simbólica na luta das mulheres por melhores condições de vida. A partir daquele ano, a marcha passou a ocorrer anualmente (BANDEIRA e MELO, 2010) e implicou na criação de espaços específicos para construção e execução de políticas públicas para mulheres do campo. Essa, dentre outras ações, estimulam a mobilização governamental em torno da temática, expressa na criação, em 2002, da Secretaria de Estado de Direitos da Mulher, vinculada ao Ministério da Justiça. A Secretaria, no entanto, não teve regulamentadas suas competências e sua estrutura, não chegando a ter uma atuação efetiva tendo em vista a troca de gestão no ano seguinte.

Os anos 2000 foram marcados por vários avanços nas políticas para as mulheres. Ainda em 2003, em sua primeira gestão, Lula criou a Secretaria Especial de Política para Mulheres (SPM/PR) vinculada à Presidência da República. Fato que representou um grande salto no que se refere à institucionalização da temática das mulheres, dado que a secretaria detinha status de ministério e orçamento para propor políticas para as mulheres (BANDEIRA

---

<sup>11</sup> A Marcha foi organizada por: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Central Única dos Trabalhadores (CUT); e várias outras entidades sindicais e feministas.

e MELO, 2010). Segundo Bandeira e Melo (2010) seus objetivos eram, por sua vez, eliminar qualquer forma de discriminação ou desigualdade de gênero e raça/etnia e a consolidar os direitos humanos e cidadania das mulheres. Desta forma, a atuação da SPM/PR pautou pela garantia da igualdade de condições entre homens e mulheres, propondo estratégias para o desenvolvimento de políticas para as mulheres. Sua criação tem caráter simbólico e implicações práticas uma vez que legitima a elaboração e implementação de políticas públicas para mulheres no Estado e contribui para garantia da perspectiva de gênero nas demais estruturas governamentais (BANDEIRA e MELO, 2010).

Já na sua gênese, a proposta de atuação da SPM/PR encara a transversalidade como um princípio, definindo-o de forma prática como a incorporação da “perspectiva de gênero e raça nas ações desenvolvidas por todos os órgãos do governo federal” (BANDEIRA; MELO, 2010, p. 38). Essa determinação orienta a atuação da unidade no sentido de incorporar a perspectiva de gênero e raça nas ações desenvolvidas por todos os órgãos do governo federal.

Para consecução dos seus objetivos, a SPM/PR, juntamente ao CNDM, convocou quatro **Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres (CNPM)**. Estas conferências tiveram como característica um processo amplamente participativo e democrático (MARCONDES, DINIZ e FARAH, 2018). Na **1ª CNPM**, em 2004, foram aprovados os princípios e diretrizes da Política Nacional para as Mulheres. Uma vez sistematizadas as resoluções das conferências, estas eram consolidadas internamente pela SPM/PR e se inicia um processo amplo de pactuação dos objetivos, metas, linhas de ação e ações contidas nos PNPMs junto aos demais órgãos e ministérios cuja atuação se relacionava com as resoluções. Este processo considera o caráter transversal e complexo da implementação dos PNPM uma vez que há algumas ações cuja implementação e execução estão a cargo da SPM/PR (BRASIL, 2013). No I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) é publicado em 2004, forma definidos os eixos estratégicos da ação da política para mulheres no Brasil. A **2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**, em 2007, teve como objetivo a avaliação da implementação do I PNPM e revisá-lo, de modo a garantir a renovação do plano. Um ano após a II CNPM, é lançado o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que incorpora mais ações em comparação ao I PNPM e as distribuí agora em onze eixos (BANDEIRA e MELO, 2010).

Um acontecimento histórico a ser destacado no período entre a 2ª e a 3ª CNPMs foi a vitória de Dilma Rousseff no segundo turno das eleições presidenciais de 2010. Primeira

mulher a tornar-se presidente do Brasil, ela altera de forma simbólica o histórico de baixa participação de mulheres nos quadros ministeriais e do alto escalão governamental no geral (MARCONDES, DINIZ e FARAH, 2018). Em 2011 acontece a **3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres** da qual o resultado é o III PNPM, no qual fica reforçado o enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia e à violência contra as mulheres do campo e da floresta.

O cenário político e econômico se deteriora muito entre a 3ª e a 4ª CNPMs. A SPM perde o status de ministério na mudança administrativa promovida logo ao início do segundo mandato de Dilma Rousseff, que diminuiu o número de ministérios para tentar aplacar as críticas ao seu governo. A reforma fundiu as secretarias da mulher, da igualdade racial e dos direitos humanos em um único ministério, o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, tendo como comando a até então ministra da Secretaria da Igualdade Racial, Nilma Lino Gomes. A Ministra Eleonora Menicucci tornou-se vice secretária.

Em abril de 2016, a Câmara dos Deputados aprova o prosseguimento do pedido de impeachment da presidenta em meio um cenário de conturbação política instaurado por diversas denúncias de corrupção contra gestores do PT. Foi nesse contexto que a 4ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres foi organizada. Essa conferência se caracterizou pela realização de consultas nacionais de grupos cuja expressão é minorada nos processos convencionais de participação, por se constituírem minorias – como transexuais, ciganas, mulheres deficientes, indígenas, quilombolas e jovens (ONU MULHERES, 2016). O último dia da 4ª Conferência, 12 de maio de 2016, coincidiu com a sessão do Senado Federal que afastou Dilma Rousseff da Presidência por 180 dias, enquanto ocorreria o julgamento da aceitação do pedido de impeachment.

A conclusão do processo de impedimento contra a presidenta Dilma Rousseff, em 2016, culminou com a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e transferência dessas temáticas para o Ministério da Justiça, que teve “e Cidadania” adicionado à sua designação. Em 2017 foi criado o Ministério dos Direitos Humanos, ao qual a Secretaria Nacional de Política para as Mulheres passou a ser subordinada. Fica evidente a perda de status e a mudança na condução da política para mulheres no nível federal. Os princípios e planos elaborados a partir das conferências caem em um limbo institucional que característico da estratégia de desmonte das conquistas dos movimentos das mulheres do período 2003-2015. As ações estatais em prol das mulheres

tornam-se mais pontuais e fragmentadas. Além disso, projetos de lei conservadores e que buscam minar as conquistas das mulheres, principalmente ligadas aos direitos sexuais e reprodutivos e à noção de gênero tramitam pelo Senado. Esses dois movimentos, observados por Sonia Alvarez (2000) em outros países da região na segunda metade da década de 1990, atingem o Brasil vinte anos mais tarde evidenciando o retrocesso pelo qual vem passando as políticas públicas para as mulheres no Brasil nessa segunda metade da década de 2010.

Em 2018, no contexto de eleições presidenciais, as mulheres voltaram a manifestar nas ruas, contrárias ao candidato Jair Bolsonaro. Organizados por meio das redes sociais, manifestações por todo o Brasil reuniram centenas de milhares de apoiadoras (EL PAÍS, 2018). Destaca-se que esta mobilização das mulheres teve as redes sociais como principal espaço de organização e mobilização, em um movimento suprapartidário, apoiado por sindicatos e organizações sociais diversas e atribuído à sociedade civil.

A rejeição das mulheres ao candidato, eleito presidente em 28/10/2018, se sustenta, dentre outras razões, em seus posicionamentos públicos que desconsideram os direitos humanos, denotam machismo<sup>12</sup> e sexismo<sup>13</sup> e exalam conservadorismo a respeito de liberdades individuais, especialmente quanto a questão da orientação sexual e do gênero. Apontam para a possibilidade de mais os retrocessos na política se consideradas as análises de de Sonia E. Alvarez (2000). Esses novos retrocessos se dariam pela interpretação de “patologias sociais” como problemas dos indivíduos. Por meio desta visão, situações que sempre estiveram ali passam a ser enquadradas como uma espécie de “anormalidade social ou aberração moral que tem que ser combatida” (ALVAREZ, 2000, p.11). Considerar a violência contra as mulheres como uma expressão de uma condição patológica da psique individual do agressor ou enquadrar da violência sexual e doméstica como “intrafamiliar” são formas de ignorar as relações centrais de desigualdade de poder entre gêneros e as visões feministas

---

<sup>12</sup> O machismo é um sistema ideológico composto de representações simbólicas, comportamentos, práticas de uma sociedade que reforçam a exploração, dominação e sujeição das mulheres em relação dos homens para manutenção de uma ordem social sexista. Este sistema oferece modelos de identidade para o feminino e o masculino sustentado por argumentos biológicos e individuais que justifica e legitima lugares sociais de maior privilégio e reconhecimento aos homens (BORGES, 2015).

<sup>13</sup> O sexismo se manifesta em avaliações negativas e atos discriminatórios dirigidos às mulheres, se manifestando institucionalmente ou nas relações interpessoais. Este é um instrumento do patriarcado para garantir percepções que desvalorizam o sexo feminino que são incorporadas por instrumentos legais, médicos e sociais que as normatizam (FERREIRA, 2004).

sobre as causas e os remédios para suprimi-las, incorporando o que a autora denomina “visão familista”.

### 2.2.1 Avanços nas políticas nacionais de combate à violência contra as mulheres nos anos 2000

A partir de 2003 as políticas de combate à violência contra as mulheres ganham uma centralidade inédita no conjunto de política para as mulheres. Pautada pela plataforma definida em Beijing (1995) no que tange ao tema violência contra as mulheres, estabelece-se como a diretriz a criação de programas que atendam mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, de atenção integral (jurídica, psicológica e médica) e criação de abrigos. Também é colocada a necessidade de formulação de políticas articuladas entre assistência social e segurança pública, incluindo aplicação de medidas repressivas e preventivas mais efetivas (FARAH, 2004). O **I PNPM** inaugura uma fase ao estabelecer a violência contra as mulheres como um de seus quatro eixos da ação (autonomia e igualdade no mundo do trabalho e cidadania, educação inclusiva e não sexista, saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos e enfrentamento à violência contra as mulheres).

Em 2006, aprova-se a **Lei Maria da Penha**, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e tipifica as violências sofridas por estas. Vale destacar que esta lei foi promulgada em alusão à história de Maria da Penha, mulher cearense que sofria constantes agressões do marido, cujo ápice foi um tiro de espingarda que a deixou paraplégica, em 83, e uma segunda tentativa de assassinato por eletrocussão. Após ir à justiça e encontrar lacunas que permitiam a liberdade ao agressor, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) é acionada em 98 e em 2002, condena o Estado Brasileiro por omissão e negligência. O Brasil é então pressionado a reformular suas leis e políticas sobre violência doméstica. Esta lei foi considerada pelo Relatório Global do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) como uma das três mais avançadas para o enfrentamento à violência contra as mulheres no mundo (DUARTE, CARMO e LUZ, 2008). Dentre as respostas do governo federal destacam-se também: o lançamento do “Ligue 180”, que começa a funcionar em 2006 como um canal de denúncia das mulheres quanto às violências sofridas (BANDEIRA, 2009).

Em 2007 foi criada a **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**, na qual se estabelece os princípios, diretrizes, objetivos, ações e prioridades para

enfrentamento à violência. No ano seguinte cria-se o **Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres** como parte da Agenda Social do Governo Federal.

O Pacto é um acordo federativo entre os três entes federados para planejar ações que consolidem a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, por meio da implementação de políticas públicas integradas em todo o território nacional. (BRASIL, 2011). Ele contempla cinco eixos: 1) a garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha, 2) a ampliação e o fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência, 3) a garantia de segurança cidadã e acesso à justiça, 4) a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres e 5) a garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos. Para viabilizar a execução, o monitoramento e a avaliação das ações do pacto nos diversos níveis de governo, o documento prevê a atuação articulada entre as OPMs<sup>14</sup> (Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres), os conselhos e as câmaras técnicas (compostas de gestoras, representantes dos três poderes, Ministério Público e sociedade civil). Estas câmaras devem observar o princípio da intersetorialidade, por meio da presença de representações diversas e na definição de ações incluindo os vários atores sociais envolvidos no enfrentamento do problema (BRASIL, 2018).

A despeito dos avanços institucionais, aspectos culturais ainda operam, especialmente por meio de discursos de culpabilização das vítimas de violência. Com o intuito de questionar esse processo de culpabilização da vítima de violência, assim como de reivindicar a igualdade de gênero e a libertação feminina quanto os papéis sociais impostos a elas, em 2011, o movimento feminista ganha maior visibilidade do público geral, quando as mulheres brasileiras aderem à chamada “Marcha das Vadias”. Movimento internacional que nasce no Canadá em resposta a publicização da fala de um policial canadense que atribuiu a violência sexual contra mulheres às suas vestimentas de “vadias”. O movimento evidenciou os desafios culturais que cruzam a luta contra a violência contra as mulheres evidenciando os limites das políticas praticadas.

---

<sup>14</sup> OPMs, os “organismos de políticas para mulheres”, é a denominação adotada para referir-se às unidades de coordenação de políticas públicas para mulheres e para a igualdade de gênero, em todos os entes federados.

Em 2015 é promulgada pela presidenta Dilma Rousseff da **Lei do Feminicídio** (Lei número 13.104, de 09/03/2015), um importante marco para persecução criminal dos casos envolvendo o assassinato de mulheres. O homicídio é qualificado como feminicídio quando é motivado por questões de gênero, ou seja, o assassino mata por razões da condição do sexo feminino, como na hipótese de violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição da mulher (BRASIL, 2015). A lei, ao qualificar o feminicídio como hediondo, imputa ao suspeito/condenado: maiores prazos de prisão temporária; perda do direito a liberdade provisória; inadmissibilidade de fiança; perda do direito a indulto, anistia ou graça; cumprimento da pena em regime fechado com maiores prazos para progressão para regimes de privação de liberdade mais “leves, assim como para conseguir o livramento condicional”, em comparação a crimes não hediondos, sendo que em casos de condenado reincidente em crime hediondo o mesmo perde tal direito (CNJ, 2018).

Ainda no ano de 2015, o dia 15 de novembro é instituído pela Assembleia Geral das Nações Unidas como “**Dia Internacional da Eliminação da Violência contra as Mulheres**”. Esta data foi escolhida em memória ao acontecido em 1960, quando as três irmãs Mirabal, dominicanas e ativistas, foram assassinadas a mando do ditador Rafael Trujillo. Esta data também marca o início do período da campanha internacional “**16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres**”, que vai até o dia 10 de dezembro, o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Para além do fim da violência, a campanha também se presta a reforçar a questão da defesa e garantia dos direitos humanos para as mulheres. No Brasil, especialmente, a campanha começa no dia 20 de novembro, o Dia Nacional da Consciência Negra, como uma forma de reconhecimento da opressão e discriminação históricas que sofreram e sofrem esta população, de modo que as mulheres negras brasileiras são as principais vítimas da violência contra mulher (WASELFISZ, 2015).

Essas iniciativas em seu conjunto definem um marco para atuação do movimento feminista e dos governos contra a violência contra as mulheres que subsidia as análises realizadas ao longo deste trabalho.

### **2.3 Marcos da História das Políticas para as Mulheres em Minas Gerais**

No caso de Minas Gerais, os marcos apontados na literatura datam primordialmente do período mais recente, especialmente após o golpe de 1964. A única referência anterior identificada foi o periódico “O Sexo Feminino”, da mineira Francisca Senhorinha da Mota

Diniz, já citado anteriormente. O movimento de mulheres em Minas Gerais foi fortalecido durante da ditadura militar na luta em prol da anistia. Esta luta, em um primeiro momento, reunia mães, filhas, esposas e irmãs que buscavam seus familiares desaparecidos e defendiam os direitos dos presos pelo regime. Entretanto, este movimento logo se ampliou e politizou, passando a envolver diversos setores da sociedade (DUARTE, CARMO e LUZ, 2008).

Duarte, Carmo e Luz (2008) afirmam que o engajamento das mulheres mineiras no Movimento de Luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita culminou na criação do Movimento Feminino pela Anistia de Minas Gerais (MFPA) em 1975 que atuava vinculado ao Conselho Brasileiro de Anistia de Minas Gerais. As trezentas integrantes do MFPA atuavam especificamente na luta pela anistia e no combate à discriminação e a opressão de gênero, o colocando como um dos mais atuantes e numerosos do país. A ampliação e a politização do movimento de mulheres no em Minas Gerais continuaram a aprofundar-se nos anos 80, assim como apontado na apresentação anterior do cenário nacional.

Em meio a este contexto político movimentado, ainda no ano de 1980, em Minas Gerais, dois assassinatos de mulheres por seus marido e ex-marido, em um espaço de tempo de duas semanas, desencadearam uma reação dos movimentos de mulheres locais. As mulheres da capital, que até então se organizavam de forma dispersa, reuniram-se em uma manifestação sob o slogan: “quem ama não mata”, no dia 18 de agosto daquele ano. Duarte, Carmo e Luz (2008) relatam que o movimento teve grande adesão, inclusive da mídia, que alinhou seu discurso à defesa da vida das mulheres. Essa mobilização proporcionou avanços na política de combate à violência contra as mulheres, colocando Minas Gerais dentre os estados pioneiros em ações dessa natureza.

Segundo Duarte, Carmo e Luz (2008), esse contexto resultou na criação do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM-MG) em 1980. Ele seria uma resposta ao clamor corporificado no ato das mulheres para que as autoridades governamentais implementassem políticas públicas em sua defesa. As exigências foram seccionadas em duas frentes de ação do governo: o combate à violência contra as mulheres e as políticas salariais isonômicas entre gêneros. Em 1982 foi inaugurado oficialmente “SOS Mulher”<sup>15</sup>, nome sob o qual o CDDM-

---

<sup>15</sup> Esse serviço funcionou na Faculdade de Direito da UFMG e seu Departamento de Assistência Jurídica, com o qual fora celebrado um convênio.

MG passou a ser conhecido e se consolidou como um serviço de atendimento e orientação a casos de violência contra a mulher.

Segundo Duarte, Carmo e Luz (2008) foi por meio do acolhimento realizado no âmbito deste serviço, que as mulheres atendidas, majoritariamente de baixa renda, tornaram-se visibilizadas política e socialmente. A operacionalização deste atendimento evidenciou para as mulheres do CDDM que a violência precisava de uma abordagem mais específica. A vivência das mulheres advindas do movimento feminista no aparelho estatal permitiu a percepção da revitimização institucional sofrida pelas mulheres, explicitando a violência a qual também eram submetidas mesmo quando se relacionando com o Estado. Ou seja, a interação do estado e com sociedade ainda não fora capaz de proporcionar os avanços imaginados na política pública, pois, como afirma Ávila (2001,p.17, apud DUARTE, CARMO e LUZ, 2008, p. 89):

A esfera pública tanto na dimensão do Estado, como em outros planos onde também se processam os conflitos políticos, ainda se constitui como um espaço social onde as desigualdades de gênero, de classe e de raça estão presentes. As diversidades de sujeitos políticos, como parte do contexto atual da democracia, revelam opressões e abusos de poder que já estavam naturalizados nas estruturas da sociedade brasileira.

Em 1984, ou seja, três anos depois do ato organizado pelas mulheres, o governador Tancredo Neves institucionaliza a ação do governo estadual em prol das políticas para as mulheres com a criação do Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais, ou CEM/MG, nome pelo qual hoje é conhecido. A criação do CEM/MG significou o fim do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher que também deu origem a uma importante instituição de enfrentamento à violência contra mulher em Minas Gerais,

Em 1985, foi criada a primeira Delegacia Especial de Atendimento às Mulheres do Estado de Minas Gerais, outro como resultado do clamor social do movimento que eclodiu em 80. A reivindicação por uma delegacia especial para atender especificamente a mulheres se justifica por ser um fenômeno cujos determinantes históricos e sociais são distintos dos que culminam na violência sofrida pela população geral. (DUARTE, CARMO e LUZ, 2008). A criação gradual de novas DEAMs dispersas no território mineiro e a sua paulatina estruturação permitiram que estas delegacias se consolidassem como um espaço de referência

para as mulheres onde, a despeito dos inúmeros desafios que ainda enfrentam e procuram dar um atendimento mais acolhedor e humanizado em comparação às delegacias comuns. Hoje a escuta da mulher que procura o atendimento da DEAM é feito exclusivamente por mulheres, o que cria um ambiente propício para elas tenham coragem de registrar as ocorrências e relatá-las de forma adequada, sem que sejam culpabilizadas ou intimidadas (DUARTE, CARMO e LUZ, 2008).

Entre 1985 e 1986 as mulheres mineiras também se mobilizaram para contribuir com a constituinte. As propostas relativas à temática da mulher foram apuradas por meio de reuniões abertas e encontros regionais com mulheres no estado de Minas Gerais, por vezes intermediadas pelo CEM. Uma vez compiladas estas propostas eram encaminhadas aos constituintes eleitos e ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte. O que aponta uma participação efetiva das mulheres mineiras no já citado “lobby do batom”. Não identificamos na literatura grandes marcos do movimento nos anos 1990. Ao contrário do observado nos anos 2000.

Já em 2004, destaca-se a criação do Centro Risoleta Neves de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência (CERNA), subordinado ao CEM-MG. O contexto de sua criação, marcado pela percepção do aumento da violência doméstica e familiar contra a mulher e a ausência de uma lei específica defendê-las, motivou o CEM reforçar a ação do estado no combate a violência contra as mulheres. A transferência do atendimento às vítimas de violência contra a mulher para o CERNA significou mudança de endereço e crescimento da equipe, que passou a ser composta por dois advogados e duas advogadas possibilitando um atendimento melhor qualificado. Duarte, Carmo e Luz (2008) consideram que o CERNA adota uma prática feminista que permite à mulher o rompimento do silêncio que garante a perenidade da violência e da opressão. Sua importância é reiterada pela promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006. Esta lei passa a orientar as políticas e atendimentos das mulheres em situação de violência no próprio CERNA (DUARTE, CARMO e LUZ, 2008).

Apesar de Minas ser pioneira na criação do CEM e na implementação de órgãos estaduais de atendimento à mulher vítima de violência, o mesmo pioneirismo não se deu no que diz respeito a atribuição da responsabilidade pela temática a um órgão do primeiro escalão do governo estadual. Até o final deste trabalho em (dezembro de 2018) os espaços reservados a formulação e implementação de políticas para as mulheres no governo estadual tiveram um status secundário, se não inferior. A Coordenadoria Especial de Políticas Públicas

para Mulheres (CEPAM), criada em 2007, foi a primeira unidade específica para gestão de políticas para mulheres no âmbito do Poder Executivo de Minas Gerais. Órgão de terceiro escalão, a CEPAM era subordinada Subsecretaria de Direitos Humanos (SUBDH) da Secretaria de Estado Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese). Esta unidade funcionou de 2007 a 2014, quanto a SUBDH e a CEPAM foram extintas na ocasião da criação de uma secretaria específica para a pasta dos direitos humanos e de uma subsecretaria de políticas para mulheres na gestão estadual 2015-2018 (GUIMARÃES, 2017).

O trabalho da CEPAM estruturou-se em torno de algumas propostas do governo federal. Em 2008, por exemplo, o estado se tornou signatário do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres aderindo aos seus eixos, (BRASIL, 2011a). O alinhamento com as políticas federais possibilitava o acesso a fontes de financiamento federais. Observa-se que a celebração de convênios com a SPM no nível nacional, possibilitou o acesso a recursos para as ações da CEPAM em Minas.

Em 2013 foi instituído o Comitê Estadual de Gestão do Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência Sexual de Minas Gerais (Decreto 46.242 de 2013). Em dezembro de 2014, ao final da gestão Antônio Anastasia, foi publicado o Plano Estadual de Política para as Mulheres do Estado de Minas Gerais.

Na nova gestão, 2015-2018, cria-se em março/2015 a Subsecretaria de Política para as Mulheres, na Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SPM/SEDPAC-MG). A estrutura da SPM-MG e suas ações específicas no combate à violência contra a mulher serão detalhadas em uma seção específica. Elas consistem no principal objeto de análise dessa pesquisa.

## **2.4 A integração das dinâmicas nacionais e estaduais**

A seção mostra que as pautas provenientes do movimento feminista foram, paulatinamente, incorporadas ao Estado de modo a garantir a cidadania às mulheres e a supressão da violência contra elas. A forma que se dá esta incorporação, a origem destas demandas e o escopo definido para as políticas afetas às mulheres, compõem uma pauta de discussões relevante.

A ampliação da cidadania se dá a partir das reivindicações para participação em espaços: as escolas, as organizações políticas, as eleições, as universidades... A despeito de

algumas conquistas, concepções machistas e patriarcais continuavam permear a cultura e as instituições nacionais. Por vezes, o movimento de mulheres foi enquadrado pelas delimitações de “até onde se podia chegar”, da ordem em vigor, o que Céli Pinto (2003) associou ao “bom comportamento”. O “mau comportamento” do movimento feminista é associado aos momentos de conturbação política e social, onde o que está posto é questionado e há maior heterogenização da oposição ao Estado, uma referência aqui ao período de ditadura militar (1964-1984). O “mau comportamento” possibilitou ao longo da história a ampliação do escopo das reivindicações das mulheres, marcada pela pulverização de temáticas e grupos específicos afetos.

A efervescência do movimento feminista também esteve muitas vezes relacionada ao contexto internacional, onde as ondas de pensamentos mais progressistas influenciavam as mulheres brasileiras mesmo quando estas se encontravam em regimes ultraconservadores. A organização das mulheres internacionalmente também influenciou na formação da agenda do Estado no que tange às políticas para mulheres e na pressão para agir sobre estas problemáticas. Apesar de tornar-se signatário de documentos internacionais com força de lei no tocante às mulheres, a institucionalização destas políticas foi limitada pelo caráter pouco prático de alguns destes atos, o que é reforçado pela baixa institucionalização, orçamento, diálogo com o movimento feminista e boicote de setores conservadores da sociedade brasileira que fazem, muitas vezes, que as políticas para mulheres desenvolvidas pelo Estado não reflita as pautas propostas pelo feminismo.

O percurso da política de enfrentamento à violência contra as mulheres avança ao final da ditadura, muito pela tangibilidade do problema, que é a materialização e concretização de uma série de estruturas construídas e reforçadas nas instituições brasileiras que oprimem, exploram e dominam as mulheres. Esta colocação não almeja de forma alguma diminuir a importância da mobilização das mulheres. As mineiras, por exemplo, frente à ocorrência de dois feminicídios num prazo de duas semanas, em 1980, uniram suas vertentes e criaram por meio da pressão e organização popular o Centro de Defesa dos Direitos das Mulheres, que se tornou mais tarde, em 1983, o CEM-MG. Em 1985 inaugura-se a primeira Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher e fica evidenciada a visão que vigorava a respeito da violência contra a mulher como uma questão exclusivamente de segurança pública e de justiça. Assim, o pioneirismo da institucionalização das pautas relacionadas à violência contra as mulheres se coloca apoiado por uma validação, um enquadramento, como consenso geral,

por valores humanos básicos. Ao passo que a percepção deste fenômeno como resultado de uma série de violações nos espaços privados e públicos é desqualificada, de modo que se tratam majoritariamente, somente seus resultados concretos.

Identificam-se tanto progressos e como retrocessos o enfrentamento à desigualdade entre homens e mulheres no Brasil e em Minas Gerais nos mais de 200 anos revisados. Como progresso, destaca-se a criação de mecanismos nacionais para as mulheres onde antes não havia, apoiados sobre a igualdade legal conferida às mulheres em relação aos homens pela Constituição Federal de 1988. Entretanto, fatores como o pouco ou nenhum recurso financeiro, a ausência de pessoal qualificado, a baixo poder efetivo dentro da máquina pública e a pouca interlocução com o movimento de mulheres relativiza o progresso das políticas públicas nos plano nacional e no plano estadual.

Com a criação da SPM/PR em 2003, tem-se um grande esforço despendido para a organização das CNPM e das demandas delas emanadas nos PNPM, na Política de Nacional de Enfrentamento à Violência e outros documentos cujo processo de formulação garantiu a participação popular e a representatividade das mulheres em suas pluralidades. Nestes espaços é reconhecido o caráter intersetorial da violência contra a mulher e ações são sugeridas levando isso em consideração. O Pacto formulado a partir desta política busca concretizar seus eixos por meio da articulação de uma estratégia intersetorial com os demais entes federados, o que se relaciona e é executado pelas OPMs do Estado de Minas Gerais. A institucionalização das políticas de enfrentamento à violência é reforçada em âmbito nacional pela criação de fóruns, promulgação de leis (Maria da Penha, em 2006, e Feminicídio, em 2015) e formulação de planos. Em Minas Gerais, a estruturação de um equipamento de atendimento às mulheres em situação de violência (2007), a criação da unidade específica para políticas para mulheres (2007), a criação de fóruns intersetoriais para organização de políticas (CEAHVIS, em 2013, e COPEAMPE, em 2016 e o Fórum Estadual do Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas ainda não decretado) e seu posterior ganho de status e reorientação para uma visão integral destas políticas, com a criação da SPM (2015).

A partir da narração anterior podemos construir uma linha de tempo com os marcos das políticas públicas para as mulheres no Brasil e em Minas Gerais. A análise da mesma deixa evidente que, apesar do pioneirismo de Minas na década de 1980, o governo estadual, a partir dos anos 2000, trabalhou pautado pelas políticas nacionais até 2015. A interrupção do governo Dilma em 2016 não significou uma interrupção das ações no âmbito Estadual, mas

com certeza significou um desafio adicional, especialmente, na ausência de obter apoio financeiro federal para a concretização da agenda mineira.

Localizando a discussão em 2018, tem-se que um grande desafio está posto para o movimento feminista. A eleição de um candidato à Presidência da República que desconsidera e deturpa os direitos humanos e as reivindicações das mulheres sinaliza a possibilidade de mais retrocessos na política para mulheres. A visão conservadora defendida e representada por este concebe este tema no âmbito da assistência social, como pela interpretação de “patologias sociais” como problemas dos indivíduos e de segurança pública truncada e desconsidera a contextualização dos fenômenos sociais e a humanização do seu enfrentamento. A defesa da “família” também é um discurso conservador que, sob a égide de uma harmonização social, ignora as relações centrais de desigualdade de poder entre gêneros e as visões feministas sobre as causas e os remédios para combatê-las. Sendo assim, tem-se a ameaça de captura e incorporação deturpada da reivindicações de mulheres por meio de desenhos em total descompasso com a proposta do movimento social. Entretanto, as recentes mobilizações das mulheres em oposição ao candidato, suas ideias e simbolismos indica que estas estão novamente dispostas unirem-se novamente, para além de suas divergências, em prol do impedimento ao desmantelamento e deturpação das políticas para mulheres formuladas e executadas pelo Estado.

**Figura 1: Linha do tempo com marcos das políticas para mulheres do Brasil e Minas Gerais.**



Fonte: SPM/SEDPAC.

Sobre as políticas de combate à violência contra mulher, os marcos aqui observados reiteram observações anteriores de Farah (2004) quanto a existência de uma ação local nesse sentido, que extrapola a agenda ‘nacional’ ligada à questão de gênero. A ampliação do papel dos governos subnacionais se deu mediante a incorporação de novos temas a serem geridos por eles, incluindo a questão de gênero, mas também por indução do governo federal, por meio da formulação de programas, diretrizes e normas.

A presença dos atores locais foi inclusive mais sentida no âmbito das ações de combate à violência contra a mulher (FARAH, 2004). Por vezes, a incorporação das mulheres nas pautas do Estado não se inspira no feminismo, de forma que a ação estatal se coloca como uma variável que reforça a desigualdade de gênero que deveria ser objeto de combate. Portanto, os macros desafios que se colocam à participação das políticas estatais segundo Tatau Godinho (2000) continuam a se colocar. São: a) garantir que o Estado desenvolva políticas que incidam efetivamente sobre a desigualdade estrutural entre homens e mulheres; b) tornar o Estado um agente de construção da igualdade na sociedade geral e não apenas das mulheres; c) incidir sobre a democratização do Estado. É no sentido de pensar esses desafios que se dará a recuperação do tema da intersetorialidade no capítulo seguinte.

### **3 A IMPORTÂNCIA DA INTERSETORIALIDADE NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES**

A análise do trabalho da Subsecretaria de Política para as Mulheres da SEDPAC-MG no que tange ao enfrentamento à violência contra as mulheres sob a ótica da intersectorialidade foi estabelecida como objetivo geral deste trabalho. Para elucidar esta escolha é importante apresentar o conceito de intersectorialidade, assim como há de serem apresentadas algumas perspectivas sobre a adoção desta abordagem ou estratégia de gestão de políticas públicas. Essa seção situa estas questões, assim como procura evidenciar o motivo pelo qual se considera que a intersectorialidade é um fator importante na formulação e na implementação de políticas públicas de combate à violência contra a mulher.

#### **3.1 O que é intersectorialidade?**

A intersectorialidade consiste em uma estratégia de intervenção em problemas complexos pautada na integração de ações entre diversos órgãos públicos, não só na execução, mas também ao planejamento, execução, monitoramento e avaliação, como afirmam Laura da Veiga e Carla Bronzo (2014, p. 600-601). As autoras apontam que, por meio da implementação de políticas públicas intersectoriais, o Estado busca enfrentar o desafio de fazer com que a multidimensionalidade de questões complexas seja absorvida por sua estrutura organizacional que, em geral, se caracteriza como verticalizada e compartimentada.

A sua adoção deve ser pautada em pelo menos quatro fatores. Primeiramente, destaca-se a integralidade como perspectiva priorizada para o enfrentamento do problema. No que tange à estrutura organizacional, destaca-se que a intersectorialidade se pauta na matricialidade. Esta é considerada pelas autoras como uma forma de organização mais interessante para estratégias intersectoriais em comparação com estruturas intermediárias, já que as últimas não detém poder suficiente de direção, o que diminui sua capacidade de ação. Além de se pautar em uma estrutura matricial, a implementação de uma gestão intersectorial requer que a atuação dos atores seja efetiva e não retórica, para garantir maior aderência às decisões (BRUGUÉ, 1998 apud VEIGA; BRONZO, 2012). Por fim, há de se considerar também o papel “catalisador” da autoridade política na garantia do que o envolvimento real, e não apenas retórico, dos setores (GRAU, 2005 apud VEIGA; BRONZO, 2012).

Nesse sentido, Veiga e Bronzo (2012) propõem que a intersectorialidade seja uma estratégia de organização e gestão de projetos sociais pensada ao longo do processo de política pública: 1) formulação; 2) execução; e 3) monitoramento e avaliação da política. Desta forma, o planejamento estratégico se daria de forma intersectorial para garantir a consistência dos objetivos gerais a serem atingidos, o alinhamento das estratégias e a redução de sobreposições. Contudo, há dificuldades para a formulação, planejamento e gestão, pois são feitos de forma setorial. Junqueira (2004) faz a ressalva de que os arranjos intersectoriais não objetivam substituir especialidades técnicas de cada setor, mas perpassá-los, instaurando mudanças e reposicionamentos nas práticas. Para isso é essencial a construção de capacidades institucionais e de gestão para minimizar conflitos e problemas de implementação. Veiga e Bronzo (2012) concluem que a intersectorialidade teoricamente depende de alta governabilidade, governança e legitimidade política da autoridade pública.

A necessidade implícita à gestão intersectorial de subverter o modo tradicional de ação e organização do Estado constitui a maior dificuldade de torná-la uma prática comum e bem executada. Apesar disso, os esforços empreendidos para tentar aplicá-la denotam a percepção de que as políticas públicas não podem mais se desenvolver de forma desarticulada quando há uma real pretensão de solucioná-las (BRONZO e VEIGA, 2007).

Como fazer se estes fatores descolam-se um pouco da realidade de uma democracia multipartidária em uma sociedade complexa, desigual e com múltiplos interesses a serem representados? Segundo as autoras isso não impede que a perspectiva intersectorial seja adotada. Elas afirmam que é possível se trabalhar com concepções de intersectorialidade menos exigentes, mantendo sempre em vista que a intersectorialidade é um meio para alcance de um fim e não um fim em si mesma. Essa postulação é importante para a concretização do objetivo deste trabalho. A partir da mesma, as autoras (2014) sugerem um contínuo para posicionar as iniciativas de gestão intersectorial. Em um dos seus extremos, com menor intensidade, localizam-se iniciativas nas quais se adote a articulação e coordenação de estruturas setoriais pré-existentes e, no outro, conformações de arranjos organizacionais com forte articulação entre os atores e recomposição de dinâmicas, processos e políticas setoriais. Nesse último extremo a intersectorialidade seria mais intensa, a transversalidade se concretiza por meio novos fluxos e instâncias de cooperação.

### **3.2 A adoção da abordagem intersetorial nas políticas públicas no Brasil**

Segundo Junqueira (1998) é da relação do direito à dignidade e qualidade de vida e do direito à saúde, previstos na Constituição Federal de 1988, que emana a necessidade de se articular dimensões e setores para que os direitos se efetivem em uma sociedade marcada por sérias questões de gênero e de raça, dentre outras. Questões estas, debatidas há tempos nos movimentos sociais e na academia, mas recentemente incorporadas à agenda governamental (IPEA, 2010). Assim, a intersetorialidade vem sendo colocada como uma abordagem para gestão de políticas públicas no Brasil nas últimas décadas, em especial políticas sociais (MARCONDES; SANDIM; DINIZ, 2017).

O primeiro exemplo de adoção dessa concepção, identificado na revisão bibliográfica realizada ao longo dessa pesquisa, é a constituição do Sistema Único de Saúde, o SUS. Na década de 1990, sua estruturação prevê a criação de comissões intersetoriais para articulação de políticas e programas, de modo a extrapolar os limites de suas próprias atuações e abrangências. Marcondes, Sadim e Diniz (2017) citam a interação com as políticas de saneamento, alimentação e nutrição (Lei nº 8.080, 1990), representadas no âmbito destas comissões, com o intuito de produzir condições mais adequadas para garantia ao direito à saúde. Os autores consideram que ainda podem ser citadas, a título de exemplo, iniciativas que incorporaram em suas diretrizes a intersetorialidade:

- O Programa Bolsa Família - integrando ações da saúde, educação e assistência social;
- O Programa Brasil sem Miséria - adotando um conceito de pobreza multidimensional;
- O Sistema Único da Assistência Social - integrando saúde, educação e previdência social; e,
- O Plano Nacional de Educação - integrando saúde, assistência social, direitos humanos e família.

Estratégias intersetoriais também são identificadas em políticas de proteção social conduzidas pelos governos subnacionais. Uma destas iniciativas é explorada por Veiga e Bronzo (2014), que investigam se e em que medida tem-se efetivado a estratégia intersetorial de gestão do programa municipal “BH Cidadania”, de Belo Horizonte. Para isso, observa-se a adesão e conexão entre os setores envolvidos, no caso principalmente educação, saúde e

assistência social, assim como suas respectivas contribuições para enfrentar o problema da exclusão social e da vulnerabilidade.

### **3.3 A adoção da abordagem intersetorial no combate à violência contra as mulheres**

A adoção da abordagem intersetorial no combate à violência contra as mulheres se ampara na própria natureza multicausal da violência e na sua complexidade. Assis (2010) compreende a violência como um fenômeno social de natureza multicausal proveniente da interação de diversos fatores cujas origens são individual, relacional, comunitária e estrutural. A multicausalidade, portanto, estaria relacionada a dinâmicas geradas em vários *locus* de formação e interação humana. Alguns autores como Bronfenbrenner (1996 apud ASSIS, 2010) identificam aspectos relativos ao indivíduo e suas características, suas relações pessoais, comunitárias e sociais, de forma mais ampla que influenciariam na possibilidade da pessoa ser vítima ou autora de violências. Stelko-Pereira (2010) ainda contribui para discussão ao afirmar que as formas assumidas pela violência são múltiplas e dependem de aspectos históricos e culturais para seu entendimento como tal. Destaca-se também o caráter cíclico de violência, se alternam momentos de paz, acumulação de tensão e explosão, como aponta a psicóloga americana Lenore Walker (2009, apud BRASIL, 2018). Deste modo, a violência vai sendo teoricamente construída como um problema complexo, de origem multicausal. Essa caracterização sinaliza a necessidade de inovações para o enfrentamento efetivo da questão.

Em 2016, a taxa brasileira de homicídio de mulheres foi 4,5 a cada 100 mil mulheres, que representou um crescimento de 6,4% em relação a 2006. O número de mulheres negras vítimas de homicídio é 71% maior que de mulheres não negras. Já em Minas Gerais, 3,6 a cada 100 mil mulheres foram vítimas de homicídio, uma taxa 8,9% menor do que a registrada em 2006. O número de mulheres negras vítimas de homicídio no estado é, por sua vez, 44% maior do que mulheres não negras (IPEA, 2018). Dados sobre violência posicionam o Brasil como o quinto país em que se mais mata mulheres, ficando atrás somente de El Salvador, Colômbia, Guatemala (três países latino-americanos) e a Rússia. Os indicadores brasileiros demonstraram a necessidade de o país adotar políticas para mitigação deste problema (Waiselfisz, 2015).

A caracterização do problema da violência contra mulher como tal se sustenta sobre raízes histórico-culturais e no fato deste fenômeno ser permeado por questões étnico-raciais,

de classe e de geração (BRASIL, 2011). Estas questões constituem aspectos que agravam o problema, ao mesmo tempo em que, por vezes, o tornam invisível. Os diagnósticos para redação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres em 2007 registram o caráter multidimensional da temática. Esta perspectiva advém dos entendimentos, demandas e proposições que emanaram das Conferências Nacionais de Política para Mulheres I e II, as quais reconhecem que as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres extrapolam às áreas da segurança e assistência social, mas buscam envolver diferentes setores do Estado (BRASIL, 2011). A partir das conferências nacionais e das construções coletivas dos planos nacionais de políticas para mulheres, a temática do enfrentamento à violência contra as mulheres foi legitimada e consolidada como um eixo intersetorial e prioritário no que tange às políticas para mulheres (BRASIL, 2011). Seguindo esta linha, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulher estabelece a abordagem intersetorial e multidimensional como a forma de governança a ser adotada (BRASIL, 2011).

A atuação conjunta para o enfrentamento da violência contra as mulheres envolve diversos setores, tais como: saúde, educação, assistência social, segurança pública, cultura, justiça, comunicação, direitos humanos, turismo, dentre outros. Todos seriam implicados na estrutura de governança que se defende para dar conta do problema (BRASIL, 2011). Entretanto, ressalta-se que a intersetorialidade não se limita pela articulação de ações ou pela comunicação entre setores, devendo ser uma estratégia integradora de ações (Bronzo e Veiga, 2007).

### 3.3.1 O resultado limitado das políticas

Se olharmos os números em uma perspectiva histórica será que eles mostram redução na violência contra as mulheres? Waiselfisz (2015) faz dois recortes temporais para analisar o impacto da Lei Maria da Penha no número registrado de homicídio de mulheres. No período entre 1980 a 2006, a taxa de homicídios a cada 100 mil de mulheres cresceu em média 2,5% ao ano. Já no período entre 2006 a 2013 esta taxa cresceu em média de 1,7% ao ano, ou seja, cresceu em um ritmo menos acelerado. O trabalho de Waiselfisz (2015) permitiu identificar sete cidades mineiras na lista dos cem municípios com as maiores taxas médias de homicídio de mulheres entre 2009 e 2013. Estes são: Buritizeiro (6º), Conceição das Alagoas (17º) São Joaquim de Bicas (45º), Nanuque (55º) Itambacuri (67º) Itaobim (75º) e Três Marias (86º). Destas cidades, Buritizeiro e São Joaquim de Bicas receberam intervenções diretas da

Subsecretaria de Políticas para Mulheres de Minas Gerais por meio de viagens para capacitação de agentes públicos e atendimento e sensibilização de mulheres.

O autor estima<sup>16</sup> que o número mulheres vítimas de feminicídio no Brasil no ano de 2013 seria de 4.762, sendo que 50,3% destes teriam sido perpetrados por um familiar da mulher e que 33,2% seriam perpetrados pelos parceiros das vítimas. Ou seja, em 2013 teriam ocorrido no Brasil sete feminicídios por dia cujo autor foi um familiar e quatro feminicídios por dia cujo autor foi parceiro da vítima. Os registros do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) também permitem identificar a relação da vítima com o agressor. Nesse caso observa-se que quando a análise não se limita a homicídios/feminicídios, o “cônjuge” é identificado como o principal agressor (22,5% dos casos), seguido de violências por “desconhecidos” e “autoprovocadas” (ambas 13% dos casos) e “irmão” (9,9%). No que tange ao local de ocorrência, outro aspecto identificado pelo Sinan, tem-se que 71,9% dos casos de violência contra mulheres ocorrem na residência (WAISELFISZ, 2015).

Com relação ao estupro, crime que materializa a violência sexual, os casos notificados no Brasil em 2016 totalizam 49.497, 3.926 destes aconteceram em Minas Gerais, o equivalente a 7,9% do total nacional. Entretanto, como este crime é largamente subnotificado sabe-se que este número não traduz de fato a dimensão do problema. Estima-se que nos Estados Unidos a taxa de subnotificação é de 85% dos casos. Aplicando essa taxa ao Brasil, com um ajuste para cima por questões histórico-culturais, estima-se que sejam de 300 a 500 mil estupros a cada ano. Considerando a violência sexual como um todo, o número chegaria a 1,35 milhões de mulheres violentadas, usando a proxy das capitais do nordeste (IPEA, 2018).

A preocupação com a integridade e a dos filhos, laços afetivos, questões patrimoniais, culpa pela situação ou esperança de melhora, são alguns aspectos que motivam a não notificação. Para reduzir a subnotificação, o poder público criou e divulgou campanhas que

---

<sup>16</sup> A metodologia utilizada calcula o número de feminicídios ao considerar que este crime se relaciona à violência doméstica e familiar e ao menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Este segundo ponto, entretanto, é impossível de ser verificado por ausência de informações, enquanto o primeiro será considerado a partir dos registros do Sinan, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação do SUS, considerando-o uma *proxy* (uma variável que atua no lugar de uma variável não observável ou não mensurável para descobrir um resultado provável (ex.: analisar a produção de caminhões para estimar a produção total da economia) (ANÁLISE ECONÔMICA CONSULTORIA, 2017) para estimativa do quantitativo de feminicídios perpetrados por um familiar ou um parceiro da vítima. . Isso se valida ao passo que o Sinan registra os tipos de violência (relacionadas à violência doméstica e familiar) que poderiam ter levado à morte da mulher, que posteriormente seria registrado como agressão intencional que levou à morte da vítima.

estimulam a denúncia ou a busca por algum tipo de atendimento via serviço público e, além de buscar garantir o acesso às redes de atendimento na Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulher (BRASIL, 2011). O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2018) identificou que, em 2016, existiam 443 Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, o que equivalia a 0,4 delegacias a cada 100 mil mulheres. Em Minas Gerais, 50 DEAMs foram contabilizadas, o que correspondeu a 0,5 delegacias a cada 100 mil mulheres. Nestes equipamentos do Estado de Minas Gerais, em 2016, foram registrados 1257,6 casos de violência contra mulher a cada 100 mil mulheres (BRASIL, 2018).

Neste contexto, constata-se o crescimento no registro de agravos contra mulheres. O serviço do “Ligue 180”, por sua vez, desde sua criação já realizou 5,97 milhões de atendimentos. No ano de 2016, 1,13 milhões de atendimentos foram realizados sendo que destes 53,7% foram para prestação de informações e 24,0% para encaminhamento para outros serviços, como Polícia Militar, Civil ou Disque 100 (da Secretaria Especial de Direitos Humanos) e 12,4% foram relatos de violência. Por meio deste serviço, houve predominância nos relatos de violência física, seguida de violência psicológica, moral, patrimonial, sexual, cárcere privado e tráfico de pessoas. No balanço parcial referente ao primeiro semestre de 2018, divulgado pelo Ministério de Direitos Humanos, o setor havia computado 72.839 denúncias. Neste período também houve prevalência dos casos denunciados de violência física, psicológica, sexual, moral, cárcere privado, violência patrimonial, dentre outras, nesta ordem (BRASIL, 2018). Considera-se que, a despeito de um possível aumento nos casos de violência, esta informação pode significar a redução da subnotificação dos registros. Outro fato que se observa é que a composição dos registros de agravos por tipo de violência tem mantido regularidade no que tange às proporções. A maioria absoluta dos registros continua sendo relativa à violência física, seguido da psicológica/moral, sexual e patrimonial (BRASIL, 2018).

O SUS por sua vez, é também uma porta de entrada para mulheres vítimas de violência, de modo que os registros provenientes destes atendimentos médicos também são utilizados para mensurar este fenômeno. O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) identifica que em Minas Gerais, a cada 10 mil pessoas, 25,5 mulheres foram atendidas no SUS e classificadas como vítimas de violência, enquanto a taxa para homens é de 12,9. Estes valores foram maiores no estado se comparadas à média nacional, onde 14,2 mulheres e 7,8 homens foram atendidos e classificados no âmbito do SUS como vítimas de violência, o

que posicionou Minas Gerais no quinto lugar no ordenamento das unidades federativas por taxa de atendimento de mulheres vítimas de violência (WAISELFISZ, 2015).

Sob o olhar desta perspectiva quantitativa percebe-se que a realidade brasileira e mineira continua a ser caracterizada por altos índices das violências contra as mulheres a despeito da implementação de política orientadas pela intersetorialidade. Coloca-se, portanto, a questão quanto a forma com a intersetorialidade tem sido incorporada nas políticas públicas no Brasil e em Minas Gerais. O capítulo 4 será dedicado à análise do caso mineiro no período de 2015-2018 a partir dos elementos teóricos aqui apresentados durante a conceitualização da intersetorialidade.

#### **4 O TRABALHO DA SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER**

A existência de um organismo específico para gestão das políticas para mulheres no Governo do Estado de Minas é produto de muita luta do movimento de mulheres. Entretanto, na incorporação das demandas provenientes do movimento feminista é comum o Estado alterar ou aplicar parcialmente os projetos idealizados. Portanto, olhar para as ações da Subsecretaria de Políticas para Mulheres (SPM) da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC) consiste em um esforço para o entendimento de como a violência contra a mulher foi incorporada pela gestão 2015-2018 do Governo de Minas Gerais. Esta seção aborda os desafios enfrentados por este órgão no planejamento e na execução da política relacionada para a área. Sempre que possível, são apontados os esforços de incorporação de uma gestão intersetorial. Também é destacada a relação entre a agenda nacional de políticas para mulheres e as ações da SPM, evidenciando como as diretrizes propostas no âmbito federal são incorporadas e executadas a gestão estadual das políticas para as mulheres.

Para analisar especificamente em qual medida a SPM conseguiu articular uma estratégia de intervenção intersetorial nas questões relativas ao enfrentamento à violência contra as mulheres serão apresentados: o CERNA, o equipamento que operacionaliza o atendimento às mulheres no Estado; os foros de planejamento e deliberação a respeito de políticas relacionadas às mulheres, assim como, algumas outras atividades desenvolvidas pela SPM relativas à questão. Tendo em vista o interesse deste trabalho em identificar ações que se relacionem à iniciativas de articulação intersetorial da política de enfrentamento à violência contra a mulher, é importante citar os projetos elencados no eixo “articulação e transversalidade”. São estes: a reestruturação do CEM-MG, a construção de um novo plano decenal de políticas para as mulheres de Minas Gerais (PEPM), o apoio aos movimentos feministas, o Observatório Estadual de Igualdade de Gênero e o Comitê da Transversalidade de Gênero. Estes projetos são esforços interssetoriais, entretanto, a temática do enfrentamento à violência contra mulher é apenas um dos temas transversais abordados deixando-a mais diluída no conjunto, razão pela deu-se prioridade aos projetos elencados no início deste parágrafo.

Este capítulo tem caráter empírico. Sua construção se baseou na análise documental, em entrevistas, assim como na inserção da autora como observadora-participante na unidade. Destaca-se que, além da análise de normas e relatórios internos que subsidiam a análise do trabalho da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres de Minas Gerais (SPM) no enfrentamento à violência contra mulher, a recuperação de registros pessoais de trabalhadores foi utilizada para complementar as informações, tendo em vista as lacunas observadas nos relatórios gerenciais. No caso do CEAHVIS destaca-se a análise dos registros das memórias de suas reuniões referentes aos anos de 2014 a 2018, arquivadas na rede de computadores da SEDPAC. Além do disso, vale destacar que a autora deste trabalho participou das reuniões do comitê que aconteceram a partir de abril de 2018 até setembro deste ano.

#### **4.1 Antecedentes e criação SPM**

Entre os anos de 2007 e 2014, a política para as mulheres no Governo do Estado de Minas Gerais foi gerida pela Coordenadoria Especial de Política para as Mulheres (CEPAM), a primeira unidade específica para gestão da política para as mulheres criada no âmbito do Poder Executivo de Minas Gerais. Esta unidade, por sua vez, era subordinada a Subsecretaria de Direitos Humanos (SUBDH) da Secretaria de Estado Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese). Tanto a SUBDH quanto a CEPAM foram extintas concomitantemente à criação da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC) e da Subsecretaria de Política para Mulheres do Estado de Minas Gerais (SPM-MG) em 2015<sup>17</sup> (GUIMARÃES, 2018). A SEDPAC é composta por cinco subsecretarias: Participação Social, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Juventude, Igualdade Racial e Mulheres.

A criação da SPM e sua subordinação à SEDPAC demarca uma reorientação da política para as mulheres, que deixa de ser concebida como uma política socioassistencial (expressa na sua anterior vinculação à SEDESE) e passa a compor o escopo de uma nova política de direitos humanos no estado de Minas Gerais. Segundo o programa de governo proposto para o período de 2015 a 2018, esta política se nortearia pelos princípios da não

---

<sup>17</sup> A Lei Estadual nº 21.69, de 26 de março de 2015. Esta norma modifica a organização básica e a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais por meio da alteração da Lei Delegada nº 179/11 e nº 180/11.

discriminação nas políticas públicas, da promoção da capacitação de gestores públicos, da garantia dos princípios da transversalidade, interseccionalidade e intersetorialidade na gestão dos direitos humanos em todas as secretarias de estado e demais entidades e da implementação e ampliação de políticas afirmativas.

A subordinação da SPM à SEDPAC também deixa evidente que o *locus* da discussão sobre gênero não seria somente a SPM. Isso fica evidente quando a pauta da transexualidade e, conseqüentemente das mulheres transexuais, é atribuída à Coordenadoria Especial de Diversidade Sexual (CODS). A estrutura organizacional da secretaria evidencia que a temática de gênero perpassa vários de seus órgãos, fato que reforça a importância de uma atuação transversal, interseccional e intersetorial pela SPM não só na articulação com as demais secretarias e órgãos de governo, mas também dentro da própria SEDPAC. Esta dispersão da temática implicou de fato no compartilhamento de algumas questões a serem resolvidas pelas unidades. A título de exemplo, tem-se que foi preciso a articulação da CODS e da SPM para resolução de um impasse entre moradores de um bairro em Belo Horizonte e as travestis e mulheres transexuais que trabalhavam nas ruas. Outro impasse cuja solução foi pensada conjuntamente foi relativo à situação das mulheres transexuais no âmbito do sistema prisional, onde se discutiu com as agentes penitenciárias o local adequado para recebê-las.

Merece menção o fato que a SPM organiza suas ações e respectivas memórias em cinco eixos, sendo estes: a) enfrentamento à violência contra mulher; b) autonomia e empoderamento; c) articulação e transversalidade; d) formações e capacitações e e) comunicação, divulgação e informação. Esta organização foi produto de um esforço realizado pela equipe da subsecretaria junto à Fundação João Pinheiro para construção de um planejamento estratégico para unidade. Os dois primeiros eixos ficam a cargo das superintendências que tratam dos respectivos assuntos enquanto os demais se dispersam entre estas. Isso pode ser observado nas atividades de ambas unidades. As duas realizam capacitações e formações, assim como contribuem para a comunicação, divulgação e informação das ações desenvolvidas e para os projetos elencados no eixo de articulação e a transversalidade.

## 4.2 Estrutura da SPM

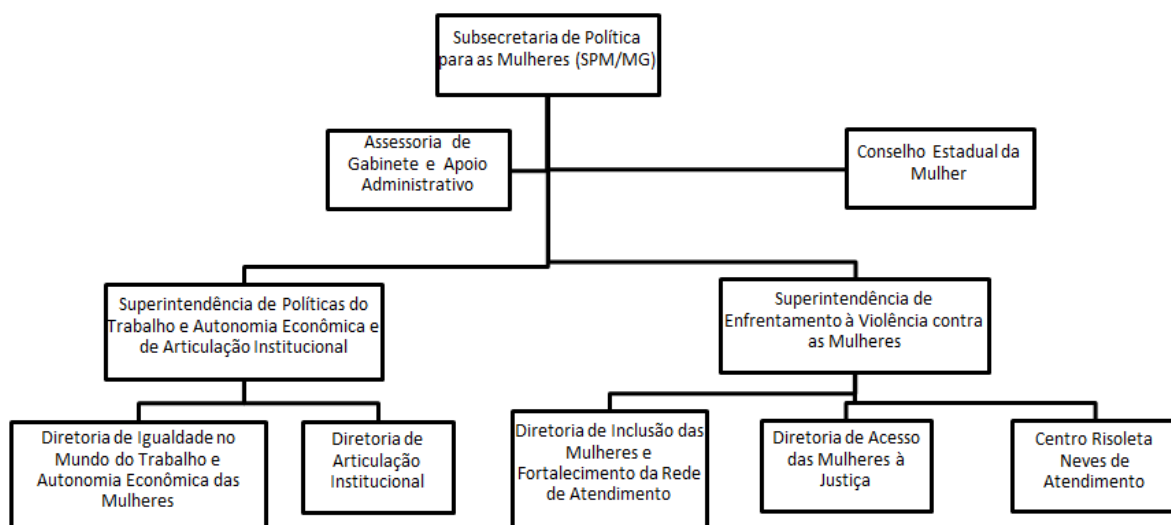
Desde sua criação, em 2015, até o momento em que se escreve este trabalho, em 2018, a SPM é composta de duas superintendências, sendo estas: Políticas de Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres e de Articulação Institucional (SUAT) e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (SUPEM). A organização da SPM nestas duas frentes se relaciona ao histórico do movimento feminista no Brasil e mais especificamente, em Minas Gerais, apresentados anteriormente. As reivindicações das mulheres se iniciaram em pautas relacionadas à inclusão cidadã: o direito à educação, o direito ao voto, o direito ao trabalho fora de casa e o direito à representação na justiça contra violência doméstica e familiar. As primeiras culminam na questão da autonomia econômica, a divisão sexual do trabalho e a busca pela igualdade no mundo do trabalho – tanto quanto o acesso quanto à remuneração. A última reivindicação, o direito à representação na justiça contra violência doméstica e familiar, por sua vez, pauta as questões do patriarcado e do machismo, expressos em um longo rol de opressões sofridas pelas mulheres, especialmente no espaço privado.

Além das duas superintendências e as diretorias a elas subordinadas, a SPM também conta em seu organograma com a Assessoria de Gabinete, com o Apoio Administrativo e com o Conselho Estadual da Mulher<sup>18</sup>. A estrutura desta subsecretaria pode ser observada na figura 2.

---

<sup>18</sup> O Conselho Estadual de Mulheres de Minas Gerais até 2015 estava inativo, sendo reativado em 2016 a partir do trabalho da equipe da SPM, que pode ser observado a partir do Decreto 46.961 (MINAS GERAIS 2016), que altera a composição do CEM-MG e dá outras providências.

**Figura 2 – Organograma Subsecretaria de Política para as Mulheres de Minas Gerais**



Fonte: MINAS GERAIS (2017). Elaboração própria.

A **SUAT** é responsável pelo enfrentamento das questões referentes às desigualdades de gênero no mundo do trabalho, a invisibilidade da mulher, a submissão funcional nas atividades produtivas e à informalidade e pela promoção da autonomia e do empoderamento das mulheres. Ela conta com duas diretorias: Diretoria de Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres e Diretoria de Articulação Institucional. A superintendência organiza suas intervenções primordialmente por meio de ações de capacitação sobre estas temáticas. Tem como propósitos: a diminuição da desigualdade entre homens e mulheres, a superação das dificuldades de acesso, permanência e ascensão das mulheres neste contexto, a conscientização de mulheres sobre relações de gênero, o reconhecimento da diversidade de trajetórias e diferenças das mulheres mineiras e a promoção da autonomia destas por meio do acesso das mesmas aos direitos previstos nas Leis (MINAS GERAIS, 2017a).

No período analisado, a SUAT também se encarregou da coordenação do **Comitê da Transversalidade de Gênero (CTIG)** criado em 2016. Este comitê é um espaço onde se reúnem periodicamente representantes das secretarias de estado de Minas Gerais buscando garantir a perspectiva de gênero no momento de formulação e execução das políticas públicas. São competências do CTIG:

- a) mapear programas e ações da Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) para análise do viés de gênero presente nos seus programas e ações;

- b) articular e promover a transversalidade de gênero das ações de gestão, considerando sua diversidade e a necessidade de efetivar uma ação intersetorial;
- c) subsidiar os processos de elaboração e efetivação de políticas transversais como foco nas mulheres, no âmbito de toda a gestão do governo do estado;
- d) contribuir no processo de elaboração, monitoramento e revisão dos Planos Estaduais de Políticas para Mulheres; e,
- e) criar e visibilizar um instrumento acessível de controle social de longa duração (MINAS GERAIS, 2017b).

Desde sua criação até 2018 observa-se que, neste espaço foram: a) construídas campanhas de comunicação sobre os direitos das mulheres; b) identificadas políticas públicas estaduais que atendem às mulheres como público alvo e recursos orçamentários destinados à programas e ações que contemplam as mulheres como seu público alvo, o chamado “Orçamento Mulher”; e, realizados esforços para elaborar um novo Plano Estadual de Política para as Mulheres<sup>19</sup>. Apesar de o CTIG estar, a primeira vista, relacionado com o objetivo deste trabalho, a partir do levantamento documental realizado nesta pesquisa constatou-se que a temática da violência contra as mulheres não foi discutida no âmbito deste comitê. Razão pela qual não se aprofundou a análise do mesmo no restante deste trabalho, estando limitada à apresentação feita nos parágrafos anteriores.

A **SUPEM**, por sua vez, é responsável pelo planejamento e execução das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, assim como pela articulação com demais setores governamentais em contribuir para esta temática. Esta unidade pesquisada constitui o tema desta monografia, sua atuação será explorada com mais detalhe na seção a seguir.

#### **4.3 O Enfrentamento à Violência contra Mulheres na SPM**

Como apontado anteriormente, as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres realizadas pela SPM estão concentradas na Superintendência de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (SUPEM). A SUPEM, assim com a SUAT, compõe o

---

<sup>19</sup> No final de 2014, na gestão do Governador Antônio Anastasia, foi feito o Primeiro Plano Estadual de Política para as Mulheres do Estado de Minas Gerais.

organograma da SPM desde 2015, quando a subsecretaria foi criada. Subordinada a ela existem duas diretorias (Diretoria de Inclusão das Mulheres e Fortalecimento da Rede de Atendimento e Diretoria de Acesso das Mulheres à Justiça<sup>20</sup>) e o Centro Risoleta Neves de Atendimento (CERNA).

A **Diretoria de Inclusão das Mulheres e de Fortalecimento da Rede de Atendimento** se ocupa das articulações com os municípios mineiros e organiza o suporte e apoio aos mesmos na constituição das redes de atendimento e enfrentamento à violência contra a mulher. É por meio desta unidade que a SPM orienta os municípios sobre a criação de conselhos da mulher, de organismos de políticas para as mulheres (OPMs) e de centros de referência para as mulheres, assim como fiscaliza as parcerias e doações feitas aos municípios com objetivo de instrumentalizar os equipamentos executores desta política. O acompanhamento e apoio às conferências locais sobre a temática da mulher também é de responsabilidade da equipe desta unidade. Assim como a unidade móvel do Fórum de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas, o 'ônibus lilás'.

A **Diretoria de Acesso das Mulheres à Justiça**, por sua vez, é responsável pelas ações de atenção às mulheres em relação com a justiça e o sistema prisional. Como desdobramento desta competência, a diretoria é responsável pelo acompanhamento das reuniões do Comitê Estadual de Gestão do Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência Sexual (CEAHVIS) e do Comitê Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Estado de Minas Gerais (COPEAMPE). Este é incumbido de planejar e executar ações direcionadas a estas mulheres, a diretoria também acompanha a matéria e dá os encaminhamentos possíveis às denúncias, encaminhadas pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), recebidas por meio do serviço “Ligue 180”.

O **CERNA** é o equipamento estadual que acolhe as mulheres em situação de violação de direitos. Realiza o atendimento e encaminhamento das vítimas proporcionando

---

<sup>20</sup> Cabe dizer que a autora desta monografia realizou o estágio obrigatório para conclusão do Curso Superior de Administração Pública da Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho nesta unidade, onde teve a possibilidade de realizar sua pesquisa de campo e atuar como observadora participante constituindo-se este como um importante o meio de investigação na elaboração deste trabalho.

acolhimento, orientação e acompanhamento às mulheres em situação de violência doméstica e/ou familiar (CERNA, 2018).

Com o objetivo de analisar a intersetorialidade nas ações de enfrentamento à violência contra as mulheres realizadas pela SPM a pesquisa observou as atividades gerais da superintendência, mas investigou com maior profundidade o equipamento responsável pelo atendimento às vítimas (o CERNA) e os espaços de concertação das ações de enfrentamento citados anteriormente (o CEAHVIS, a COPEAMPE e o Fórum Estadual do Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas). As informações coletadas estão organizadas nas subseções deste capítulo.

#### 4.3.1 O Centro Risoleta Neves de Atendimento - CERNA

Tendo em vista a importância deste serviço no âmbito do atendimento às mulheres no estado e o papel como porta de entrada para Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de Minas Gerais, o CERNA que desempenha um papel central na violência contra a mulher.

Ele foi criado no dia 16 de setembro de 2004 pelo Conselho Estadual de Mulheres de Minas Gerais. Na ocasião, o aumento de percepção quanto à violência doméstica e familiar contra a mulher e a ausência de uma lei específica para defendê-las motivara sua criação, como apontado no Capítulo 2. Sua criação antecede a Lei Maria da Penha, maior marco legal do enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil, promulgada no dia sete de agosto de 2006, assim como a criação da primeira unidade específica para gestão das políticas para as mulheres do estado, a CEPAM, criada em 2007.

Desde então, o Centro se constituiu como o equipamento de atendimento às mulheres em situação de violação de direitos no âmbito do poder executivo do estado de Minas Gerais. Apesar da perenidade do funcionamento deste equipamento várias mudanças marcaram seus 14 anos. Tais como as relacionadas à equipe, inicialmente formada por uma psicóloga e um advogado, é atualmente composta por psicólogas, assistentes sociais e uma coordenadora, além de um corpo técnico e administrativo. Apesar da unidade não contar com uma advogada no momento de redação deste trabalho, esta profissional é considerada desejável na visão da coordenadora do serviço (CERNA, 2015).

Hoje a unidade está localizada na Casa de Direitos Humanos (CDH)<sup>21</sup>. Em 2015 este equipamento funcionava no mesmo prédio da Delegacia Especializada no Atendimento de Mulheres (DEAM) de Belo Horizonte. A mudança para o endereço atual se deu em agosto de 2016 quando a DEAM mudou de endereço e o CERNA passou por um processo de reestruturação, capacitação da equipe e criação da metodologia de grupo de mulheres (MINAS GERAIS, 2015). Neste ano, também foram firmadas parcerias com a Universidade Federal de Minas Gerais com o projeto “PARA ELAS” e com a Faculdade de Ciências Médicas, que se tornaram uma opção para encaminhamentos e atendimentos aos filhos das mulheres assistidas pelo CERNA (MINAS GERAIS, 2018).

Quanto à metodologia de trabalho várias alterações foram verificadas. Desde sua criação em 2004, até publicação da Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência em 2006, pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência, o atendimento feito pelo CERNA era realizado com a mulher em situação de violência juntamente do seu núcleo familiar, inclusive com o agressor (CERNA, 2015). A publicação destas normas culminou em uma reestruturação da metodologia de atendimento que desde então é focada no atendimento da mulher (CERNA, 2015). Esta metodologia é revista periodicamente, assim como os fluxos de encaminhamento entre o CERNA e a rede de enfrentamento à violência contra a mulher e as atividades desenvolvidas no cotidiano, como o “Grupo de Mulheres” (CERNA, 2016).

Atualmente, o atendimento, realizado pelo CERNA, é psicossocial e focado na superação das situações de violência sofridas por elas e de seus reflexos. A busca pelo resgate da autoestima, autonomia e empoderamento das atendidas também é parte dos objetivos a serem alcançados por meio do acompanhamento destas e da realização de dinâmicas e encontros em grupo (Grupo de Mulheres) desenvolvido, por sua vez, uma metodologia própria (MINAS GERAIS, 2018).

Segundo a coordenadora do CERNA, Lúcia Apolinário, o **Grupo de Mulheres** funciona três vezes ao ano. Ele realiza dez encontros entre mulheres, já atendidas individualmente pelo CERNA ou não, que se inscrevem para participação. Tem como

---

<sup>21</sup> A CDH, por sua vez, ocupa o Edifício Lutétia, no hipercentro de Belo Horizonte e fora inaugurada no dia 21 de fevereiro de 2012, reunindo serviços e programas ligados à proteção dos direitos humanos no Estado de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2018)

objetivo o regaste da autoestima das mulheres, a troca de experiências e a informação como estratégia para aprimorar suas relações interpessoais e consigo mesmas. Estes encontros são conduzidos por uma psicóloga do equipamento que, juntamente com as estagiárias, escolhe cinco dos dez temas a serem tratados, sendo que os outros cinco são escolhidos pelas mulheres participantes. Alguns exemplos de temas são: direitos das mulheres, autoestima, perdas e relacionamentos interpessoais. A depender do tema, a psicóloga responsável convida uma especialista para contribuir para as discussões do grupo, como uma defensora pública, promotora ou sexóloga.

Além do atendimento propriamente dito, o CERNA também é um serviço de orientação jurídica e em momentos de crises no ambiente doméstico e/ou familiar. Atividades de prevenção, qualificação de profissionais para o atendimento deste público e articulação da rede de atendimento estadual também são responsabilidades desta unidade (MINAS GERAIS, 2018). Por este motivo, identifica-se este equipamento como talvez como mais expressivo em relação ao combate à violência contra a mulher, pois não se restringe ao momento logo após o ocorrido e sim a um acompanhamento.

A partir do documento “Relatório de Gestão 2015 a 2018” observa-se que essas mudanças implicaram em flutuações no número de mulheres que foram atendidas pela primeira vez no CERNA, por período. Estas flutuações podem ser observadas no quadro 1,. Observa-se que entre 2016 e 2017, período que se seguiu separação do espaço físico do CERNA e da DEAM, mesmo com a implantação e consolidação da nova metodologia de atendimento, o número de atendimentos diminuiu em decorrência da DEAM não permanecer como uma forma de acesso privilegiada ao serviço.

**Quadro 1: atendimentos realizados no CERNA por período - 2015 até primeiro semestre de 2018.**

| Descrição                                                                         | 2015  | 2016  | 2017  | 2018  |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-------|-------|-------|-------|
| Número de mulheres atendidas pela primeira vez                                    | 332   | 494   | 1.007 | 478   |
| Número de municípios de origem distintos das mulheres atendidas pela primeira vez | 32    | 43    | 42    | 23    |
| Número total de atendimentos realizados pela equipe técnica                       | 4.513 | 1.796 | 3.106 | 1.533 |

Fonte: MINAS GERAIS (2018). Elaboração própria.

No mesmo documento, é elencado o perfil das mulheres atendidas no equipamento a partir das categorias idade, raça, escolaridade, religião, estado civil, existência ou não de medida protetiva quando o agressor, ocupação/atividade remunerada desempenhada, número de retornos ao serviço e tipo de relacionamento com o agressor. O perfil das mulheres<sup>22</sup>, cujo primeiro atendimento foi realizado no CERNA entre julho de 2015 e julho de 2018 é:

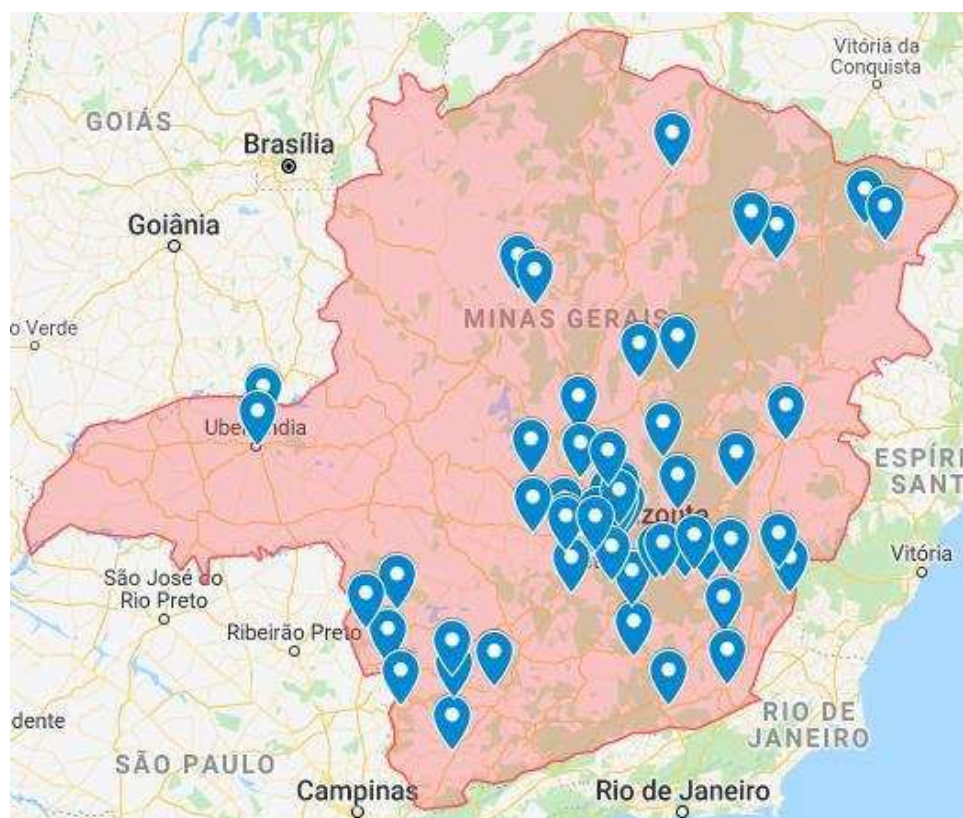
- Idade: 51% têm entre 26 e 45 anos;
- Cor: 44% das mulheres se identificam como parda;
- Escolaridade: 34% têm ensino médio completo;
- Religião: 37% são evangélicas;
- Estado civil: 40% são solteiras;
- Risco: 55% têm medida protetiva; e,
- Retorno ao serviço: 47% não retornaram ao serviço após o primeiro atendimento.

Em 2015, em resposta ao pleito da Marcha das Margaridas, foram distribuídas pela Presidenta Dilma Rousseff **Unidades Móveis de Enfrentamento à Violência contra Mulher**

<sup>22</sup> Os gráficos com os dados completos de cada uma das categorias aqui elencadas encontram-se no anexo 1.

sendo três delas para o Estado de Minas Gerais. Estas unidades móveis consistem em ônibus cujo interior é adaptado e estruturado para o atendimento de mulheres (têm equipamentos multimídia para apresentações, cadeiras, etc) e transporte de gestoras. Objetivam dar maior capilaridade ao atendimento às mulheres em situação de violência no estado. Uma destas unidades móveis se encontra sob a responsabilidade do CERNA, estando as demais sob a responsabilidade dos municípios de Ponte Nova e de Araçuaí<sup>23</sup>. Na figura 3, estão indicados os municípios nos quais a SPM realizou algum tipo de atividade com a unidade móvel.

**Figura 3: Municípios mineiros (59) nos quais a SPM esteve presente entre 2015 e 2018 por meio das viagens realizadas com a Unidade Móvel sob responsabilidade do CERNA.**



Fonte: SPM/SEDPAC.

A unidade que está cedida ao CERNA é utilizada em dois tipos de situações: o Fórum de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas, onde a demanda é identificada pelas integrantes do fórum; e a livre demanda de municípios que

---

<sup>23</sup> Para gestão e manutenção das unidades móveis Ponte Nova e Araçuaí constituíram consórcios com municípios próximos de modo a diluir os custos e maximizar o atendimento feito pelo ônibus.

identificam alta incidência de casos de violência contra mulher em área rural. Na ocasião destas viagens, é ofertado às moradoras locais o atendimento com as gestoras para orientação e encaminhamento, assim como são promovidas rodas de conversa sobre as questões relativas às mulheres. Estas viagens também são oportunidades de articulação das gestoras da SPM com gestores locais para incentivo e apoio na estruturação de ações específicas para as mulheres no município.

Merece destaque o fato que o CERNA compõe a Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de Minas Gerais, juntamente de outras organizações, entidades e unidades governamentais que tratam da temática. (MINAS GERAIS, 2018) A Rede, por sua vez, é coordenada por duas mulheres, sendo que uma delas é, também, a coordenadora do Centro Risoleta Neves de Atendimento, o que estreita a relação do equipamento com a Rede e, por conseguinte, o encaminhamento das mulheres a outros serviços de atendimento.

**A Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de Minas Gerais**, por sua vez, foi criada em 2006 como a concretização de um projeto da Subsecretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República realizado pela AGENDE (Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento). Seu objetivo geral é o estabelecimento de estratégias para o enfrentamento à violência contra as mulheres. Ele se desdobra em objetivos específicos como: 1) a luta pela aplicação e cumprimento integral e efetivo da Lei Maria da Penha; 2) a defesa da criação de Juizados Especiais de Violência contra Mulher; 3) a criação de instrumentos para organização e fortalecimento dos serviços especializados do atendimento à mulher; 4) a articulação e absorção de contribuições dos diversos parceiros que compõe a Rede; e 5) o monitoramento do uso de aparatos para contenção da violência contra mulher. Para isto, esta se compõe de instituições governamentais e de organizações da sociedade civil, a citar: CEM/MG, SPM/MG, CERNA, TJMG, MPMG, CAO-DH, DPMG, SESP (SEDS)<sup>24</sup>, PMMG, PCMG, Consórcio “Mulheres das Gerais”, Movimento Graal, UBM, CRP e outros. A lista completa encontra-se no anexo 2 (CONSÓRCIO MULHERES DAS GERAIS, 2018).

---

<sup>24</sup> A Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp) foi criada a partir de uma reforma administrativa da estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo, por meio da Lei 22.257, de 27 de julho de 2016. (MINAS GERAIS, 2013), Esta lei, referente à reforma administrativa de Minas Gerais dividiu a antiga Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) em duas secretarias de estado, a de segurança pública e de administração prisional (SEAP).

Para além da articulação com a SPM/SEDPAC e com as organizações que compõe a Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres de Minas Gerais, a coordenadora do CERNA também relata interações institucionalizadas com as Secretarias de Estado de Educação, Saúde, Desenvolvimento Agrário (SEDA), com o TJMG, MPMG e com a ONG “Para elas”. A título de exemplo, ela citou a parceria para capacitação de agentes vinculados à SEDA no atendimento de mulheres em situação de violência e das próprias servidoras e auxílio no trato de casos de mulheres trabalhadoras rurais que às vezes chegam com dúvidas e reivindicações que extrapolam as competências do CERNA.

As mulheres atendidas pelo CERNA têm demandas que extrapolam a possibilidade de atendimento do equipamento e são encaminhadas para outros serviços, como previsto no fluxo de encaminhamento pactuado no âmbito da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Segundo a coordenadora do equipamento, por vezes as mulheres são orientadas quanto o procedimento para formalização de queixas frente às DEAMs, a busca pelo atendimento de saúde no SUS, a solicitação de um defensor público, assim como há, quando necessário, a articulação com casas-abrigo localizadas em Minas Gerais para mulheres em perigo eminente e outras situações previstas no âmbito da Rede. Por vezes também acontece o caminho inverso destes serviços para o CERNA, haja vista o trabalho do CERNA de atendimento psicológico, orientação e acompanhamento destas mulheres, além do trabalho do Grupo de Mulheres, em que os objetivos são distintos dos demais serviços desenhados para o atendimento à mulher em situação de violência.

A respeito do relacionamento com o restante da SPM, a coordenadora do CERNA percebe um distanciamento. Segundo esta “a questão do enfrentamento é subjugada” em detrimento de outras pautas mais lúdicas e discursivas, que abordam o empoderamento da mulher de forma mais abrangente. Desta forma, a atenção aos casos de violência em si, à vivência operacional do enfrentamento se distancia e isso é percebido pelas falhas de comunicação quanto às atividades desenvolvidas pelas equipes, iniciativas que estão sendo aderidas, reuniões internas e etc. Esta situação também ficou clara nas reuniões realizadas para confecção do Plano Decenal de Política para Mulheres de Minas Gerais, que acontece em paralelo à esta pesquisa. Nas reuniões sobre o eixo relativo à violência contra as mulheres o número de pessoas envolvidas na discussão era relativamente menor em comparação aos dos demais eixos e tinha-se dificuldade de trazer as pessoas à discussão, possivelmente pela complexidade da questão.

#### 4.3.2 Comitê Estadual de Gestão do Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência Sexual - CEAHVIS

A análise do trabalho do Comitê Estadual de Gestão do Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência merece destaque neste trabalho por ser um foro dedicado especificamente às ações de atendimento às vítimas de violência sexual que são majoritariamente meninas e mulheres. Ele é coordenado SPM juntamente da Coordenadoria Especial de Políticas Pró-Criança e Adolescente (WAISELFISZ, 2015).

O CEAHVIS foi criado por meio pelo decreto nº 46.242 do dia 15 de maio de 2013. Ele reúne doze representantes de nove organizações distintas: SEDESE, SESP, SES, PMMG, PCMG (Instituto Médico Legal, Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente, Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e Academia de Polícia Civil), SEDPAC<sup>25</sup> (Subsecretaria de Políticas para Mulheres e Coordenadoria Especial de Políticas Pró-Criança e Adolescente) e duas organizações convidadas: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG) e Ministério Público de Minas Gerais (MPMG).

Segundo a normativa, o comitê se orienta pelos seguintes objetivos: prestação de assistência adequada e orientação para restauração dos direitos violados, promoção da coleta adequada de evidências, vestígios e provas que possam compor a cadeia de custódia e a prevenção da revitimização das vítimas de violência sexual. O decreto em questão também elenca as competências estabelecidas para o comitê, sendo estas:

- A promoção da aplicação e o desenvolvimento das ações que integram o atendimento humanizado<sup>26</sup>, resguardada a igualdade de direitos e oportunidades das vítimas de violência sexual;
- O estabelecimento de um cronograma de atividades com atribuições, responsabilidades e prazos definidos por deliberação do Comitê;
- A realização de reuniões mensais para acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações;

---

<sup>25</sup> Vale destacar que desde o início de 2015, a SEDPAC assume a coordenação das reuniões do comitê.

<sup>26</sup> O atendimento humanizado é compreendido nesse decreto, como sendo o atendimento feito “com cortesia e urbanidade, respeitando a capacidade e as limitações individuais dos usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, orientação sexual, identidade de gênero, cor, idade, religião, preferência política, posição social e quaisquer outras formas de discriminação” (MINAS GERAIS, 2013).

- A emissão e publicação semestral de relatório de acompanhamento com indicadores qualitativos e quantitativos das ações propostas, buscando atingir as metas e resultados definidos e identificando restrições e dificuldades para a execução e a eficácia na aplicação de melhores práticas na gestão do atendimento às vítimas de violência sexual;
- A emissão de orientações gerais para o funcionamento dos Centros de Referência de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual;
- A definição de normas gerais sobre a organização e a metodologia do atendimento humanizado das vítimas de violência sexual;
- A execução de outras atividades correlatas e a elaboração do regimento interno do comitê.

No decreto de sua criação, o CEAHVIS estava administrativamente subordinado à SEDESE, cabendo a esta secretaria a prestação do apoio administrativo para seu regular funcionamento. O Decreto nº 47.014 de 29 de junho de 2016<sup>27</sup> fez várias alterações no decreto de criação do Comitê<sup>28</sup>. Destaca-se a alteração no artigo 4º (parágrafo 1º e 2º) vinculando o CEAHVIS à SEDPAC, que assumiu a responsabilidade de apoiar administrativamente o comitê. Mais especificamente, o comitê fica a cargo da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres e da Coordenadoria Especial da Política Pró-Criança e Adolescente. O decreto 47.014/16 instituiu que a SEDPAC presidirá o CEAHVIS (§ 1º do artigo 8º) e especifica que as equipes das políticas de proteção aos direitos humanos das mulheres e da juventude são as responsáveis por prestar tal apoio técnico (§ 2º do artigo 8º). Tal orientação, juntamente à sua composição, evidencia a busca de uma gestão intersetorial demandada pela complexidade do serviço e induzida pela legislação nacional e estadual, especialmente no âmbito do SUS. São normativas importantes nesse sentido:

---

<sup>27</sup> O referido decreto traz ajustes no entendimento acerca do funcionamento do Comitê trazidos a tona após a troca da gestão do governo de Antônio Anastasia, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), para o governo do Fernando Pimentel, do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2015 (Memória de reunião de 06/03/2015).

<sup>28</sup> Também são exemplos de alterações na norma: no artigo 7º do Decreto 46.242/13, especifica-se que a PCMG deveria estabelecer as diretrizes gerais e específicas para atendimento, coleta de vestígios e busca de evidências; do artigo 8º do decreto 46.242/13 é eliminada a obrigatoriedade dos representantes dos órgãos que compõe o CEAHVIS serem efetivos e a obrigatoriedade da indicação dos representantes de cada órgão se dar por meio de ato do titular, passando a ser suficiente sua indicação de representação à SEDPAC; ao artigo 9º é acrescentado pelo decreto 47.014/16, a possibilidade de o comitê convidar outros órgãos, entidades públicas ou privadas, e organizações da sociedade civil para contribuírem com a discussão, execução e acompanhamento das ações implementadas.

- Decreto Nº 7.958, de 13 março de 2013 - estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do SUS
- Portaria nº 485, de 1º de abril de 2014 – redefine o funcionamento do serviço de atenção às pessoas em situação de violência sexual no âmbito do SUS.
- Portaria nº 2.415, de 7 de novembro de 2014 - inclui o Atendimento Multiprofissional para Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS.
- Portaria Interministerial nº 331, de 8 de março de 2016 - define as diretrizes para a implementação da lei nº 13.239/15, que por sua vez dispõe sobre a oferta e a realização, no SUS, de cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher.
- Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.012, de 9 de dezembro de 2014 - aprova a regulamentação do funcionamento do Serviço de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual, pelos estabelecimentos de saúde qualificados como referências no SUS em Minas Gerais.
- Lei nº 12.845/2013 - dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual,
- Lei nº 22.256/16 - institui a política de atendimento à mulher vítima de violência no estado de Minas Gerais, prevendo organização e humanização do atendimento, ampliação da rede, padronização da metodologia de atendimento, qualificação e estruturação dos serviços, divulgação de informações, etc.
- Lei MG nº 13.431, de 4 de abril de 2017 - que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990a).

Desde 2015, a pauta da formalização do “Protocolo de Humanização do Atendimento às Vítimas de Violência Sexual”, vem centralizando as discussões do comitê. O objetivo do protocolo é promover um conjunto articulado de ações governamentais, visando a implementação da Cadeia de Custódia em exames de DNA de vestígios coletados das vítimas. Para sua consecução e dos demais elencados no art. 3º do Decreto 46.242/13 da ALMG, o

CEAHVIS se reúne ordinariamente de forma periódica (mensal ou bimestralmente, com conveniência a ser julgada pelos representantes).

A análise dos registros das reuniões do CEAHVIS também remete à questão da intersetorialidade. Na primeira reunião da qual foi possível levantar registros, em dezembro de 2014, o secretário de estado da SEDESE a época, em sua fala, remeteu a criação do CEAHVIS a um compromisso assumido junto à Promotoria da Infância e Juventude de Minas Gerais<sup>29</sup> ainda no início dos anos 2000 de integrar e implementar as ações de atenção às vítimas de violência sexual no estado (Pasta CEAHVIS na rede da SEDPAC). Nesta ocasião, destaca-se também a fala da então subsecretária de direitos humanos que ressaltou a importância da transversalidade da temática dos direitos humanos de modo a reforçar a colaboração de todos os envolvidos para garantia destes direitos.(Memória de reunião 02-12-14).

Ao analisar as memórias de reunião e relatórios de gestão, obtidos por meio do levantamento de dados empreendido para análise deste foro, foi possível identificar a periodicidade, presença, discussões e deliberações que ocorreram nas reuniões do comitê assim como suas entregas e desafios. No Quadro 3, são identificadas as entregas referentes a cada ano de atividade do comitê.

---

<sup>29</sup> Este compromisso está expresso na Resolução Conjunta SES/SESP/SEDESE/PCMG/PMMG/MPMG/COSEMS, número 14, do dia 30 de dezembro de 2005. Neste documento, cria-se uma comissão técnica interinstitucional para integrar e implementar as ações de atenção às vítimas de violência sexual no estado.

**Quadro 2: Número de participações em reuniões por integrantes do CEAHVIS por ano e a participação no total de reuniões realizadas entre 2014 e 2018. (%)**

| Ano                                      | SEDPAC | SES | SESP | SEDESE | PMMG | MPMG | TJMG | Polícia Civil de Minas Gerais |       |      |      |          | Total de reuniões |
|------------------------------------------|--------|-----|------|--------|------|------|------|-------------------------------|-------|------|------|----------|-------------------|
|                                          |        |     |      |        |      |      |      | IML                           | DEPCA | PCMG | DEAM | Acadepol |                   |
| 2014                                     | -      | 1   | 1    | 1      | 0    | 1    | 1    | 1                             | 0     | 0    | 1    | 0        | 1                 |
| 2015                                     | 6      | 7   | 6    | 2      | 3    | 6    | 3    | 7                             | 3     | 5    | 4    | 0        | 7                 |
| 2016                                     | 13     | 11  | 10   | 2      | 8    | 10   | 1    | 10                            | 5     | 2    | 4    | 0        | 13                |
| 2017                                     | 15     | 15  | 7    | 8      | 4    | 13   | 5    | 10                            | 10    | 8    | 8    | 6        | 15                |
| 2018                                     | 8      | 8   | 3    | 5      | 1    | 7    | 2    | 6                             | 6     | 5    | 2    | 8        | 8                 |
| <b>Total</b>                             | 42     | 42  | 27   | 18     | 16   | 37   | 12   | 34                            | 24    | 20   | 19   | 14       | 44                |
| <b>Participação no total de reuniões</b> |        |     |      |        |      |      |      |                               |       |      |      |          |                   |
|                                          | 95%    | 95% | 61%  | 41%    | 36%  | 84%  | 27%  | 77%                           | 55%   | 45%  | 43%  | 32%      | 100%              |

Fonte: SEDPAC. Elaboração própria.

- Observações: A reunião do dia 06/03/15 consta como abstenção da SEDPAC, mas neste momento a SEDPAC ainda não havia sido criada. Destaca-se entretanto que o representante da SEDESE que compareceu tornou-se posteriormente o secretário da SEDPAC.
- A coluna “PCMG” é referente a presenças de integrantes da instituição que não identificaram a qual unidade pertenciam.

**Quadro 3: Entregas do CEAHVIS entre os anos de 2014 e 2018**

| Ano  | Descrição                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2014 | Realização da primeira reunião do CEAHVIS em dezembro.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| 2015 | Sete reuniões realizadas pelo comitê (sete ordinárias)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|      | Oitenta médicos legistas, de todas as regionais do estado, foram capacitados para implantação do protocolo de coleta de material biológico e de implantação da cadeia de custódia por meio de recurso proveniente de emenda parlamentar.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|      | IML também estruturou uma sala especial para atendimento das vítimas de violência sexual.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|      | O IML e o Instituto de Criminalística mantêm o primeiro banco de DNA de Minas Gerais.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|      | Constituição de um documento propositivo por parte de um grupo de promotores do MPMG sobre os gargalos do IML e do Instituto de Criminalística.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| 2016 | Treze reuniões realizadas pelo comitê (10 ordinárias, 1 extraordinária e 2 dos grupos de trabalho) sendo que havia dois grupos de trabalho: Simpósio Avanços no Enfrentamento à Violência Sexual e Formação dos Médicos Legistas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|      | No dia 28 e 29 de abril de 2016 aconteceu a capacitação dos Centros de Referência no Atendimento Humanizado às Pessoas em Situação de Violência Sexual, como capacitação piloto, em Pouso Alegre, referência da macrorregião sul, com público de 139 profissionais.                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|      | Realização da “Oficina de comunicação e mídia para profissionais que atuam na atenção às mulheres e meninas em situação de violência doméstica e sexual”, no dia 16 e 17 de maio, em parceria com o Instituto Patrícia Galvão.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|      | Realização do workshop “o enfrentamento à violência sexual e à cultura do estupro”, no dia 22 de junho de 2016. O público foram policiais militares, apresentando estatísticas e o protocolo, assim como medidas cabíveis a serem tomadas por eles.                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|      | No dia 8 de julho aconteceu o simpósio Avanços no Enfrentamento à Violência Sexual, Lei 13.239 e a Perícia Médico Legal na Procuraria de Justiça, para um público de 123 pessoas aproximadamente – com representação do MPMG, poder executivo, legislativo e judiciário e sociedade civil organizada. Na ocasião foi elaborada a “Carta de Minas Gerais pela ampliação do atendimento a pessoa em situação de violência sexual”. Esta carta foi posteriormente encaminhada para comissões da Câmara dos Deputados, conselhos, OAB e Ministério da Saúde. |
| 2017 | Dezesseis reuniões realizadas pelo comitê (10 ordinárias e seis dos grupos de trabalho). Nesta ocasião havia o GT do Seminário avanços e desafios no atendimento às vítimas de violência sexual (1 reunião), cirurgia plástica reparadora (1 reunião), termo de cooperação técnica PCMG/SES (4 reuniões).                                                                                                                                                                                                                                                |
|      | Seminário “Avanços e desafios no atendimento às vítimas de violência sexual” no dia 24 de maio de 2017 na Procuradoria-Geral de Justiça. Havia 130 pessoas presentes, representando os três poderes, sociedade civil organizada e MPMG.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|      | A Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belo Horizonte apresentou as propostas de emendas parlamentares para revisão do PPAG de 2016/2019. Sendo a primeira referente aos kits e a segunda à capacitação.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|      | Realização do Seminário sobre Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência Sexual, com recursos de convênio entre governo federal e a SEDPAC. Este ocorreu em novembro, dia 28 até dia 30, com público composto de profissionais de saúde e da rede de enfrentamento à violência contra mulher. O seminário foi transmitido ao vivo para todo estado, de modo a garantir a participação do interior.                                                                                                                                                   |
|      | No dia 26 e 27 de abril foi realizado o seminário “Depoimento Especial”, pelo MPMG, com vagas asseguradas aos representantes do CEAHVIS.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| 2018 | Oito reuniões realizadas pelo comitê (6 ordinárias, 1 extraordinária e 1 grupo de trabalho)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |

Fonte: Memórias de reunião do CEAHVIS (2014-2018) e Relatórios de Gestão (2016 e 2017).

A despeito das entregas realizadas pelo comitê nos anos analisados alguns desafios importantes ainda se interpõem à efetivação do direito da vítima à violência sexual a um atendimento humanizado. Primeiramente, pauta-se a criação de um *call center* “155”, como um serviço de orientação às vítimas de violência sexual. Outro ponto consiste na padronização dos códigos de registro no REDS (Registro de Eventos de Defesa Social) para identificação de crimes de violência sexual, principalmente contra crianças e adolescentes ainda é um objetivo a ser perseguido para que estes casos sejam identificados em sua totalidade.

O problema de registro também se coloca para o preenchimento da Notificação de Violência do Sistema Nacional de Atendimento Médico (SINAM), uma vez que, por vezes os códigos do CID (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, CID em inglês) inseridos referem-se às lesões e não às violências sexuais que as causaram. Isso dificulta a identificação dos casos de violência contra as mulheres atendidos pelo SUS, assim como a identificação dos casos em que são realizadas cirurgias reparadoras decorrentes da violência sexual. Propõe-se que seja formulada uma nota técnica para orientação dos profissionais para suprimir este problema.

A análise a cadastramento no banco de DNA do IML e Instituto de Criminalística de cerca de quatro mil materiais genéticos já coletados das vítimas de violência sexual também é uma pendência. Estes materiais não foram cadastrados devido à insuficiência de peritos para desenvolvimento desta atividade. Fato que garante uma invisibilidade aos agressores sexuais já que eles não constam banco de dados, impossibilitando sua identificação em caso de violação recorrente.

Um gargalo que permeia atualmente a temática do atendimento à vítima de violência sexual é o desconhecimento dos profissionais que atendem às vítimas de violência sexual em relação aos fluxos de Encaminhamento e a metodologia de atendimento para evitar revitimização, dentre outros. Devido à natural dispersão dos profissionais e dos serviços no território do estado, a realização de uma capacitação de fato abrangente se coloca como um desafio para o comitê.

A organização dos serviços de referência no interior também é de difícil regularização e padronização, uma vez que, os municípios detêm estruturas distintas disponíveis para o atendimento às vítimas de violência sexual e por vezes, também já possuem um protocolo

próprio para manuseio dos casos. Tem-se hoje em execução um processo de formulação e aprimoramento dos fluxos de atendimento às vítimas a partir do perfil (menor de 18 anos ou não) e horas decorridas da violação (mais ou menos de 72 horas), sendo que estes ainda encontram-se, de certa forma, indefinidos até mesmo para o município de Belo Horizonte, tomado como piloto.

No que tange aos serviços a serem observados pelo CEAHVIS, é válido mencionar que os hospitais particulares não são, hoje, incluídos na problemática, algo que deverá, possivelmente, ser repensado futuramente. Já os serviços no âmbito do SUS carecem de certificação frente o Ministério da Saúde, como um instituto que assegura a remuneração pela realização de procedimentos específicos, devido ao não atendimento de todos critérios elencados pelo ministério no que tange à cadeia de custódia dos materiais genéticos coletados.

Certa instabilidade na confecção, distribuição e coleta dos kits de coleta de material genético também é percebida no âmbito do comitê. A compra dos materiais do kit de coleta de vestígios é hoje responsabilidade da SES, sua confecção, distribuição para hospitais e posterior coleta, por sua vez, é responsabilidade do IML. A despeito disso ocorreram, recentemente, problemas no que se refere à especificação dos materiais que compõe o kit e seu transporte, evidenciando certa instabilidade do processo. Este processo é, entretanto, produto de uma articulação intersetorial entre estas instituições, a despeito da necessidade de empreender esforços para sua organização.

Por último, elenca-se a principal pendência colocada hoje pelo CEAHVIS: a assinatura do termo de cooperação entre a PCMG e a SES, como condicionante para implantação do registro de informações, coleta de vestígios e cadeia de custódia nos serviços de atenção às pessoas em situação de violência sexual em todo o estado.

Assim, uma vez expostas as entregas e desafios do CEAHVIS, segue a análise quanto a presença às suas reuniões pelos representantes previstos no decreto de criação. O quadro 2 apresentada o número de presenças em reuniões do CEAHVIS por órgão ou entidade que o compõe, assim como número total de reuniões realizadas por ano e no período de 2015 a 2018. Outra informação contida no quadro é a participação de cada integrante do comitê nas reuniões do período analisado. A análise da tabela demonstra a perenidade das reuniões desta instância o que se relaciona com a capacidade da SPM de manter o fôlego das discussões, também evidenciada nas entregas elencadas. Para além da coordenação realizada pela

SEDPAC, o envolvimento da saúde e da segurança pública fica destacado. Esta participação, por sua vez, muito tem a ver com a organização das portas de entrada do serviço e do atendimento à vítima de violência sexual. A SESP se encarrega da gestão da segurança pública e a coordenação dos seus atores. As polícias, militar e civil, detêm o pessoal que realiza o atendimento direto da vítima. A participação da Polícia Civil no comitê é destacada ao passo que esta instituição tem quatro “cadeiras” no comitê, por sua importância devido às delegacias se constituírem como uma das principais portas de entrada das vítimas, juntamente com os hospitais referência.

Destaca-se no planejamento e execução das atividades desenvolvidas pelo comitê uma dinâmica interessante no que tange ao financiamento. A saúde, que tem o maior orçamento em comparação aos demais órgãos, por vezes sinaliza a possibilidade de apoiar financeiramente ações que não se limitam ao atendimento de saúde, mas que se estendem a outras atividades do processo, atuando dentro de uma perspectiva mais integral do problema. Materiais gráficos, consumo, meio de transporte para atividades do CEAHVIS são alguns exemplos de despesas arcadas pela saúde para viabilizar os projetos do comitê. Algumas iniciativas neste sentido também foram feitas pela Polícia Civil que sinalizou uma disponibilidade de recursos para arcar com a confecção do kit de coleta de material genético e capacitação de agentes, mediante celebração de parceria. Entretanto, a celebração desta parceria já foi apontada como um entrave no âmbito do CEAHVIS. Estas iniciativas demarcam o compartilhamento de um senso de responsabilidade sobre a questão que extrapola organizações administrativas pré-existentes, sendo possível perceber uma sinergia e uma maior intensidade de articulação intersetorial neste espaço.

#### 4.3.3 Comitê de Política Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Estado – COPEAMPE

O Comitê de Política Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Estado – COPEAMPE é outro fórum do qual a Subsecretaria de Políticas para Mulheres participa por meio da Superintendência de Enfrentamento à Violência contra Mulher. Este comitê foi instituído pelo governador por meio do decreto 46.962, de primeiro de março de 2016. Sua criação se coloca como um produto de articulações e reuniões que vinham acontecendo desde 2012.

Entre os dias 31 de maio e 01 de junho DE 2012, aconteceu o 1º Encontro do Projeto Mulheres/DEPEN em Brasília. Este encontro teve com objetivo a elaboração da minuta da Política de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade, como uma iniciativa para melhoria das condições destas mulheres (Documentos internos Copeampe – SEAP). Em 2013 ocorreu o 1º Encontro Regional Sul/Sudeste em Belo Horizonte – Projeto Mulheres/DEPEN. Nesta ocasião, representantes das discussões relacionadas às mulheres presas e egressas dos estados se reuniram à equipe de coordenação do Projeto Mulheres/DEPEN com propósito construir políticas estaduais para estas mulheres. No mesmo ano, no dia 28 de agosto, aconteceu na CAMG a 1ª Reunião do Comitê do Estado de Minas Gerais cuja criação provinha de diretrizes do encontro anteriormente realizado. Este comitê deveria ser composto por profissionais envolvidos em várias áreas de atuação envolvidas no trato da temática.

No dia 3 e 4 de setembro de 2013 aconteceu o 2º Encontro Nacional do Projeto Mulheres/DEPEN, em Brasília. Este teve como objetivo a apresentação da minuta da Política de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade às Unidades Federativas tendo em vista a elaboração de políticas estaduais sobre o tema, assim como o mapeamento de demandas e geração de propostas. Foi constatado na oportunidade que todos os estados estavam constituindo comissões para tratar do tema e elaborar suas respectivas políticas de atenção a este público. Em 24 de setembro deste ano acontece a 2ª Reunião do Comitê do Estado de Minas Gerais, na CAMG, quando é apresentada a agenda de trabalho do DEPEN e a cria-se uma agenda de trabalho para o comitê mineiro. Ainda neste ano acontece a 3ª Reunião do Comitê do Estado de Minas Gerais, também na CAMG, quando é iniciada a construção do plano, seguindo diretrizes da DEPEN.

Durante o período acima, a coordenação desta pauta estava à cargo da SESP. Ela imitia as convocações para discussão do plano estadual a ser construído. Os convidados eram pessoas da própria SESP, Ouvidoria Geral do Estado, TJMG, MPMG, Defensoria Pública, SUAPI, diretores e diretoras das unidades prisionais e da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres – SEDESE.

Em 16 de janeiro de 2014 foi publicada a Portaria Interministerial nr. 210, na qual o Ministro de Estado da Justiça e a Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República instituem a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional impulsionando as

atividades do Comitê. No ano de 2014, são realizadas nove reuniões do COPEAMPE para construção do plano estadual, seguindo as diretrizes do DEPEN. Na ocasião discute-se também a necessidade de participação de representantes dos outros órgãos na construção do plano, assim como, questões referentes aos recursos financeiros para construção do mesmo. Daí resulta um movimento de redefinição dos membros do comitê, que culmina na publicação a Portaria Conjunta número 036/2014 da SUAPI e SESP (13/12/2014). Em 12 de dezembro deste ano, os membros do comitê são apresentados no âmbito da SESP e conhecem a minuta da política estadual redigida até então foi apresentada para avaliação e aprovação.

A minuta da **Política Estadual de Atenção Integral às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Estado de Minas Gerais** só é apresentada aos representantes da SEAP para sugestões e aprovação do texto final em 2015, sendo posteriormente aprovada. No mesmo ano, em agosto, acontece a 2ª Oficina Técnica para ajustes nas minutas das políticas estaduais de atenção às mulheres em situação de privação de liberdade e é estabelecido que em novembro tais minutas deveriam ser enviadas à coordenação do Projeto Mulheres/DEPEN com as alterações solicitadas. Neste ano, oficia-se ao governador uma solicitação para oficialização do COPEAMPE, na qual são apresentadas as atividades do comitê até então e o contexto no qual este se insere. É somente em 2016 que o comitê é instituído pelo decreto 46.962.

Ele foi criado com a finalidade de articular ações voltadas à proteção e garantia dos direitos das mulheres em privação de liberdade, brasileiras e estrangeiras, ou egressas do sistema prisional. Deve também formular, planejar, coordenar e avaliar a Política Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PEAMPE) e demais políticas públicas e ações governamentais afetas ao tema. Nessa ocasião o comitê passa a ser oficialmente composto por representantes da SEAP, SESP, SEE, SES, SEDPAC, SEDESE e SEDE, sendo que a SEAP se incumbe de presidi-lo. Fica estabelecido que seriam convidados representantes do TJMG, MPMG e DPMG para participação no comitê (texto do decreto, extraído do site da ALMG)

No que tange às diretrizes de atuação do COPEAMPE, são elencadas:

- I) a prevenção de violência;
- II) o fortalecimento da atuação conjunta e articulada de todas as esferas de governo na construção e implementação da PEAMPE;

- III) o incentivo à participação social para controle da PEAMPE;
- IV) a humanização das condições do cumprimento da pena;
- V) o fomento à adoção de normas e procedimentos adequados às suas especificidades;
- VI) o apoio à geração de informação sobre mulheres em privação de liberdade e suas especificidades;
- VII) o incentivo à formação e capacitação de profissionais vinculados à justiça criminal e ao sistema prisional para o trato das mulheres;
- VIII) o fomento à construção e adaptação de unidades prisionais exclusivas e regionalizadas para o público feminino, que observem o disposto na Resolução nº 9, de 18 de novembro de 2011, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP;
- IX) a identificação e o monitoramento da condição de presas provisórias, com a implementação de medidas que priorizem seu atendimento jurídico e tramitação processual; e
- X) o desenvolvimento de ações que visem à assistência às mulheres presas e egressas do sistema prisional, por meio da divulgação e orientação quanto ao acesso às políticas públicas.

Segundo o atual coordenador da COPEAMPE, a saída da antiga coordenadora implicou em certa paralisação da pauta que foi retomada com maior afincamento somente em 2018. Neste ano, foram realizadas até o momento de redação deste trabalho quatro reuniões, com presença de uma representante da SPM em todas estas. No momento em que este trabalho é escrito, tem-se uma versão preliminar do Plano Estadual sendo analisadas pelos titulares dos órgãos representados no COPEAMPE para submissão ao DEPEN para sugestões e validação. A impossibilidade de acesso aos documentos gerenciais em tempo hábil impediu uma análise aprofundada sob a perspectiva da intersetorialidade.

#### 4.3.4 Fórum Estadual do Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas

Em 2007, foi criado no âmbito federal o Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta (portaria nº 42) como uma resposta de uma demanda histórica da Marcha das Margaridas. Reúnem-se neste espaço, na esfera federal,

representantes da SPM/PR, ministérios parceiros e as principais organizações da sociedade civil que tratam da questão das mulheres rurais (BRASIL, 2013a).

As atividades do fórum se orientam pelas diretrizes constantes da portaria nº 85 de 2010. Uma destas atividades foi a o planejamento e execução da campanha nacional “Mulheres donas da própria vida – Viver sem violência, direito das mulheres do campo e da floresta”. Esta campanha tinha como objetivo prevenir e enfrentar a violência sofrida pelas mulheres rurais em todo país por meio da realização de oficinas culturais, atividades em escolas, elaboração em programas de rádio, anúncios publicitários e ações educativas no geral. Esta ação também responde à reivindicações da Marcha das Margaridas e à realidade de que, por vezes, o acesso dos serviços públicos é um dos principais problemas do campo, florestas e águas (BRASIL, 2013a).

É neste contexto do acesso dificultado das políticas públicas para as mulheres a estas áreas que em 2011 a União doa aos estados unidades móveis de enfrentamento à violência. Estas unidades devem então executar ações de prevenção, assistência, investigação e enquadramentos legais no meio rural (BRASIL, 2013b). Nesse sentido a norma prevê a criação de fóruns estaduais para articular os atores locais e regionais dos setores envolvidos com o enfrentamento à violência contra a mulher, à luz das diretrizes nacionais, e, de forma prática, planejar e coordenar as atividades das unidades móveis. Estes espaços deveriam ser compostos de representantes do governo e da sociedade civil e segundo a SPM/PR, desde 2013 estes fóruns vêm sendo criados (BRASIL, 2013c).

Em Minas Gerais, as iniciativas para criação do Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta<sup>30</sup> iniciaram-se em 2015, em consonância com o planejamento das atividades a serem desenvolvidas com as unidades móveis. Apesar de o fórum não ter sido decretado pelo Secretário de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais até o momento de redação deste trabalho, algumas atividades foram realizadas em seu âmbito, caracterizando um funcionamento ainda informal. Segundo o relato da coordenadora do CERNA, nas reuniões do fórum havia representantes de onze secretarias estaduais juntamente de representantes da sociedade civil

---

<sup>30</sup> Em algum momento das reuniões realizadas, incorporou-se a terminação “e das Águas” ao nome no fórum, de modo a explicitar observância às mulheres que vivem dos proventos dos rios do estado.

organizada. Esta também relatou que foram realizadas algumas atividades com a unidade móvel, planejadas no âmbito do fórum, citando viagens a cinco comunidades quilombolas que aconteceram em 2016: Açude, Chacrinha dos Pretos, Marinhos, Três Barras e Pontinha.

As entrevistas evidenciaram que a SPM vem utilizando o ônibus para fazer viagens provocadas pela livre demanda de municípios cuja zona rural venha apresentando alta incidência de violência contra mulher, o que extrapola o planejamento realizado nas reuniões do Fórum. Nesses casos a subsecretaria se articula com a prefeitura de modo a viabilizar a ida do ônibus até a cidade.

Pode-se dizer que o estímulo a essa ação independente da SPM em relação ao Fórum é consequência e causa da incapacidade do Fórum de manter o vigor de suas discussões. A indefinição quanto à periodicidade de suas reuniões e a ausência do decreto que oficializa o Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas colaboram para explicar este fato. Para além da questão normativa, o estado atualmente vivencia uma crise fiscal que implica em escassez de recursos financeiros para execução de ações. A incipiência desta iniciativa, possivelmente, constitui um fator dificultador para destinação de recursos para este fórum. A motivação dos representantes dos órgãos e organizações também pode estar afetada por esta percepção de contexto.

Observa-se que o esforço para coordenar o Fórum foi relegado ao segundo plano quando a SPM criou uma dinâmica própria para utilizar a unidade móvel dissociada do Fórum, ou seja, foi possível fazer o atendimento e a articulação com os municípios sem que isso perpassasse as reuniões e definições deste espaço. Tendo em vista o apresentado, percebe-se que o fórum ainda tem que avançar em sua organização e coordenação de modo se estabelecer como espaço de discussão e planejamento perene e estruturado. A busca por realizar a finalidade para o qual foi criado, tendo em vista as diretrizes nacionais e os benefícios auferidos da gestão intersetorial de uma política se coloca como um ponto a ser resgatado no âmbito da SPM, de modo que esta unidade possa desempenhar de forma mais satisfatória seu papel de coordenação.

#### 4.3.5 Outras Atividades

Este tópico tem como objetivo descrever ações desenvolvidas pela Superintendência de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no período de 2015 a 2018. Não há aqui a pretensão de esgotá-las, mas são descritas algumas destas ações de modo a possibilitar que

seja observada a forma de organização do trabalho da unidade e da sua intervenção na realidade. No “apêndice X” encontram-se os quadros que organizam por ano e interlocutor os eventos que materializaram as intervenções da SPM no que tange ao enfrentamento à violência contra a mulher.

O levantamento se deu a partir dos documentos contidos na rede de computadores da SPM que remetiam às atividades por ano de execução e da agenda de atividades da superintendente de enfrentamento à violência contra as mulheres, assim como de seu email profissional. Na rede, encontram-se atividades reunidas por ano em apresentações nomeadas “Memórias”. Estas memórias são por sua vez, organizadas por eixos de atuação da subsecretaria, sendo um destes o enfrentamento à violência contra a mulher. Após a realização do levantamento, foram esclarecidos aspectos relativos a algumas destas por meio de entrevista com as gestoras e posteriormente a totalidade das ações apuradas foram reunidas nos quadros que constam no anexo 3.

Tendo em vista o objetivo deste trabalho, as ações foram identificadas e organizadas pelos interlocutores que estiveram envolvidos, juntamente da SPM, em suas respectivas execuções. Assim, a análise das atividades desenvolvidas no período de 2015 e 2018 se dará a seguir por interlocutor.

Em 2015, o quadro de atividades demonstra uma iniciativa junto à Fundação João Pinheiro de desenvolver para SPM um planejamento estratégico de modo a organizar a atuação da subsecretaria. Como resultado deste esforço, tem-se a organização das ações por eixos de atuação e os projetos que comporiam cada um destes eixos. Apesar da ideia dos eixos e suas divisões em projetos, há uma prevalência no cotidiano da SPM de organização das iniciativas e ações aos moldes da estrutura organizacional, estando cada uma das superintendências focada na realização dos seus objetivos específicos. A estrutura formal do planejamento desenvolvido, entretanto, foi utilizada em todos os anos para a organização das memórias das ações desenvolvidas pela subsecretaria. Quanto a interação com a FJP, também é válido citar a iniciativa de planejamento conjunto de um curso no sistema de Educação a Distância da autarquia sobre gênero e políticas públicas. A participação no curso e nas oficinas de formação em gênero, políticas públicas e planejamento e no grupo de estudos “Estado, gênero e diversidade” se colocaram como iniciativas realizadas para capacitar a equipe nos primeiros anos que a SPM fora constituída.

Atualmente, em 2018, a FJP empreende um trabalho importante junto à SPM: a formulação do Plano Decenal Estadual de Políticas para Mulheres de Minas Gerais. Este plano vem com objetivo de atualizar o Plano Estadual de Política para as Mulheres existente, incorporando as demandas apuradas na conferência nacional e contribuições de gestores de diversos setores do governo e representantes da sociedade civil organizada. Até o momento de redação deste trabalho, o plano decenal não foi publicado, mas segundo o cronograma, isto deve acontecer antes do final de 2018.

No que tange ao CERNA, fica registrada a realização de Conferências Livres de Mulheres, como um espaço organizado pelo equipamento para debate, apresentação de anseios e reivindicações das mulheres frente o Estado como um todo. Segundo a coordenadora do serviço, a mudança de governo e de coordenação do CERNA implicou em uma reestruturação da perspectiva dos atendimentos realizados naquele espaço. Foi abandonada a visão inicial de atendimento em prol do bem-estar familiar e incorporou-se a orientação do atendimento focalizado no bem-estar da mulher. Estas e outras reestruturações internas do CERNA foram concluídas em 2016, segundo registros. (Relatório de Gestão – Subsecretaria de Política para as Mulheres).

Em 2015, são registradas as primeiras reuniões do “Grupo de Mulheres” do equipamento e esta iniciativa se manteve perene pelos três anos seguintes analisados. As agentes do CERNA também foram capacitadas para o atendimento nas unidades móveis e padronização dos procedimentos para uso do equipamento. Esta capacitação se deu pela ideia do CERNA como o operacionalizador do equipamento no contexto do enfrentamento à violência contra as mulheres nas áreas rurais.

A reestruturação e reativação da do Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais também foi produto da ação da SPM, cujas novas integrantes foram empossadas já em 2016 para o mandato bianual. A SPM também atuou nestes quatro anos dando apoio na estruturação de Conselhos Municipais do Direito da Mulher (CMDM). Estima-se que o total de CMDM em Minas Gerais tenha extrapolado a 100, visto que em 2013, a SPM/PR registrou a existência de 93 e desde então outros vêm sendo criados, a citar o de Passos e Nova Serrana (BRASIL, 2013d).

O ano de 2015 é o mais intenso no que se refere à interlocução com o governo federal. Esta se deu no sentido de articular a criação da Casa da Mulher Brasileira no estado, prorrogar

os prazos de execução dos convênios que haviam sido adjudicados da SEDESE à SPM, processar a doação das unidades móveis de enfrentamento à violência da união para o estado e alinhar as diretrizes a serem executadas por Minas Gerais referentes ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência para consolidação da Política Nacional. Além disso, também é válido citar que a SPM esteve presente no lançamento do Mapa da Violência daquele ano, cujo tema fora homicídio de mulheres no Brasil e desde então a unidade tem a publicação como referência para os dados de violência contra a mulher.

Os convênios que foram adjudicados da antiga CEPAM/SEDESE para SPM/SEDPAC a Mulher, cujos prazos foram prorrogados pela União, resultaram na entrega de carros e reaparelhamento das DEAMs, apoio aos movimentos feministas, realização de campanhas de enfrentamento à violência contra as mulheres, capacitação dos profissionais envolvidos no atendimento das mulheres vítimas de violência por meio de seminários e a na entrega de carros aos centros de referência da mulher.

Uma atividade que também se relaciona à interlocução com o governo federal e outros atores (Rede Estadual de Enfrentamento, Legislativo Mineiro, secretarias de estado parceiras e a Secretaria Municipal de Políticas Sociais de Belo Horizonte) é a organização da IV Conferência Estadual de Política para Mulheres daquele ano. Por este motivo foram realizadas nos municípios as conferências municipais para escolha das delegadas para representação na conferência estadual, que foi realizada no mesmo ano. Este evento antecede, naturalmente, a IV Conferência Nacional de Política para Mulheres, que foi realizada no ano seguinte. Na Conferência Nacional onde foi concedido o espaço à SPM-MG para apresentação do CERNA. Essa conferência se orientou pelas perspectivas de articular as estruturas e políticas existentes nos estados, definir as prioridades das mulheres no que tange às políticas públicas e elaborar ou aprimorar planos estaduais de políticas para mulheres (BRASIL, 2015a). No mesmo ano também aconteceu o II Encontro do Fórum Nacional de Gestoras de OPMs, do qual a SPM também participou.

A partir da pesquisa são percebidas algumas interações importantes com o Poder Legislativo do Estado. Foram realizadas quatro audiências públicas cujos temas foram o enfrentamento à violência sexual, como produto de uma articulação da FEVCAMG, CEDCA e governo, Mapa da Violência e propostas para o PPAG, Orçamento Mulher, demandas das Mulheres do Campo e violência obstétrica. Além disso, a Comissão Extraordinária de

Mulheres na Assembleia Legislativa foi retomada em 2017 e em 2018 ela se tornou permanente.

No que tange à articulação com a Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra Mulher de Minas Gerais tem-se registrado a realização de reuniões para definição dos protocolos e a participação da Rede na Câmara Técnica do Pacto de Enfrentamento à Violência contra Mulher, juntamente com representantes da SPM. Em parceria com a Rede também foi realizado o seminário “O Enfrentamento à Violência Sexual e o Ciberativismo”, em 2016. Neste ano, também foi criado o Observatório Estadual de Igualdade de Gênero.

A interlocução com as referências municipais de política para as mulheres foi muito significativa na totalidade das atividades e ações da SPM que foram apuradas. Esta interlocução se desdobra na realização de videoconferências por meio dos equipamentos da UAITEC (Universidade Aberta Integrada de Minas Gerais) e na ida da SPM aos municípios com a unidade móvel, ou não. Os 59 municípios nos quais a SPM esteve presente entre 2015 e 2018 estão ilustrados na figura 3. As videoconferências, por sua vez, desempenham um papel informacional quanto alguma questão relativa ao atendimento às mulheres em situação de violência, devido ao fato que o público-alvo é, em sua maioria, agentes da ponta, salvo exceção das gestoras das OPMs.

As viagens da SPM aos municípios se dão normalmente por duas dinâmicas: demanda espontânea do município devido à identificação de altos indicadores de violência ou identificação da demanda pelo Fórum de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas. Na primeira situação, a ida pode se dar com a unidade móvel ou não, a depender do objetivo da viagem. Caso este seja o atendimento às mulheres em área rural, a ida da unidade móvel é conveniente, caso trate-se de uma solicitação de capacitação de equipe de atendimento, por sua vez, não há necessidade de deslocamento do ônibus. A ponderação da conveniência do deslocamento do ônibus, por sua vez, é também afetada pela disponibilidade de recursos financeiros e de combustível para realização da viagem. Por vezes, estas viagens são viabilizadas por acordos entre o município e estado, onde o primeiro incumbe-se de arcar com os custos das diárias das gestoras e o segundo com os custos de combustível, neste contexto de crise fiscal. É válido mencionar que nestas viagens por vezes, as gestoras da SPM também se incumbem de promover a articulação da uma rede local de enfrentamento à violência contra mulher, criando espaços de diálogo entre equipamentos públicos (polícia civil, militar, assistência social e saúde, por exemplo),

capacitando as equipes e estimulando a formulação dos protocolos de atendimento e encaminhamento.

A SPM também desenvolveu ações em parcerias com outras secretarias de estado, dentre estas podem ser citadas iniciativas de formação de agentes de atendimento do CRAS e CREAS sobre a violência contra as mulheres, a formulação de campanhas de divulgação sobre temáticas diversas relativas às mulheres, o próprio Fórum de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas, CEAHVIS, COPEAMPE, atividades para as mulheres sem situação de privação de liberdade, workshops para capacitação de policiais militares e atendentes do Disque Denúncia Unificado, Comitê da Transversalidade de Gênero, palestras em escolas e ações em conjunto com outras unidades da SEDPAC, como a formação em direitos das mulheres para os servidores da secretaria, a articulação com a unidade responsável pela mediação de conflitos, igualdade racial e etc.

Por último, convém citar algumas ações nas quais a SPM se relaciona diretamente com a sociedade civil e suas organizações, como eventos sindicais e estudantis, distribuição de cartilhas e materiais informativos, projetos em parceria com o SERVAS, eventos da FEVCAMG, reuniões em associações e ocupações, debates, encontros e etc. A SPM também realizou encontros nomeados “SPM em pauta”, de modo a colocar o trabalho quem vem sendo realizado para ser avaliado e objeto de proposições da sociedade civil em geral.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se neste trabalho analisar o trabalho da SPM no que tange ao enfrentamento à violência contra as mulheres colocando-o sob a ótica da intersetorialidade. Para além do objetivo geral, foi trazido um panorama sobre os avanços na institucionalização de políticas públicas para mulheres que guardam relação com a agenda dos movimentos feministas internacionais ao longo de suas histórias.

A questão da violência contra as mulheres foi centralizada nesta análise por se constituir como a temática que materializa a assimetria de poder entre homens e mulheres assentada na sociedade brasileira e possivelmente por isso, obteve um maior nível de institucionalização em detrimento às demais pautas das mulheres. Ao mesmo passo, a violência contra as mulheres também tem sido, historicamente, o tema cujas estratégias intersetoriais vêm sendo adotadas com mais frequência, dada a concepção do envolvimento de vários setores da estrutura administrativa estatal. Isso se sustenta a partir da observação da dinâmica implícita em um caso de violência. Como abordado, a violência é determinada por múltiplos fatores, constituindo-se um fenômeno multicausal. Estas causas incluem fatores individuais, sociais históricos, institucionais, culturais e sociais. Estes, por sua vez, envolvem a educação, a comunicação pública e a sociedade civil, sua cultura, instituições e organização. Esta dinâmica implica no envolvimento e na responsabilização de diversos setores do Estado e atores da sociedade civil. Uma vez que a violência se materializa em uma ocorrência, o atendimento da vítima torna-se uma questão a ser pensada no âmbito da saúde e da segurança pública e, caso a mulher chegue à instância de representação, como é desejável, isto implica no envolvimento do Ministério Público e do Judiciário. O envolvimento do legislativo se dá ao constituir como um catalisador entre a sociedade civil, o judiciário e o poder executivo.

As convergências das pautas institucionalizadas pelo Estado com as pautas das mulheres se deram no tocante à garantia de direitos civis básicos (relativos à educação, propriedade privada e etc.), seguidos dos direitos políticos (direito ao voto e à candidatura) e posteriormente os direitos sociais, cuja garantia e observação continuam sendo um desafio colocado para o Estado e suas formas de organização de ação. Ressalva-se, entretanto, a garantia dos direitos das mulheres por vezes foi obstaculizada pela emergência de governos conservadores, períodos ditatoriais, de desmontes claros e supressões rasteiras representadas

pela observância unicamente retórica das pautas das mulheres, sem conceder a estas recursos ou autonomia necessárias para sua consolidação.

A heterogeneidade do movimento feminista e, por conseguinte das várias facetas a serem representadas frente ao Estado constituíram um desafio desde os anos 70, quando se organizava o “novo feminismo”, influenciado pela agenda internacional organizada para pauta das mulheres. Após os anos marcados pela luta contra ditadura, nos anos 80, quando estas interlocuções começam a ganhar força, a organização do movimento de mulheres em prol de suas demandas universais deixam de lado divergências internas, tem-se que as mulheres são incorporadas na CF 1988 em par de igualdade aos homens, tendo inclusive algumas especificidades do gênero feminino observadas. O texto constitucional passa então a produzir seus efeitos, de modo que os setores governamentais começam a incorporar a demanda das mulheres. Isso culmina no desenho de algumas políticas para este público específico ou que prevê um tratamento diferenciado que considera suas especificidades e/ou os efeitos distintos daquela política no que tange aos gêneros. Apesar dos grandes avanços representados pela constituição cidadã, sabe-se que o movimento feminista já antes tinha tido sucesso em algumas reivindicações frente o Estado, como por exemplo, as delegacias de mulheres, constituição de conselhos, e etc.

De forma a resumir o grande avanço representado pela criação da Secretaria Especial de Mulheres, ligada diretamente à Presidência da República e com status ministerial, cita-se a realização das conferências nacionais e a formulação dos planos nacionais de direitos das mulheres. Ambos os instrumentos foram permeados por uma dinâmica que observou a representatividade, a participação social, de forte caráter democrático. A formulação da Política de Enfrentamento à Violência e o seu Pacto, por sua vez, assim como o eixo referente ao enfrentamento à violência contra a mulher presente nas conferências e nos planos, constituem como instrumentos de interesse especial deste trabalho por constituírem-se como as fontes das diretrizes orientadoras da ação da Subsecretaria de Políticas para Mulheres no que tange à sua atuação sobre a temática.

No que se refere especificamente a Subsecretaria de Políticas para Mulher de Minas Gerais e sua relação com a unidade federal, tem-se que para além de se orientar pelas diretrizes organizadas pela última, seus objetivos e princípios também se assemelham. Ambas elencam em sua missão os princípios de uma atuação intersetorial, que garanta a transversalidade de gênero nas políticas do Estado e se atente à interseccionalidade – temas de

interesse para este trabalho. A unidade mineira por sua vez, tem sua estrutura organizacional definida pelas duas principais frentes do movimento feminista: a promoção da autonomia econômica das mulheres e o enfrentamento à violência contra elas. Mostrando seu comprometimento da subsecretaria com o histórico do movimento de mulheres.

A pergunta que se coloca ao se redigir este trabalho é se a SPM de Minas Gerais conseguiu coordenar estratégias de articulação intersetoriais para o enfrentamento à violência contra mulheres, e caso tenha o feito, em que medida isso se deu. Para respondê-la, a bibliografia levantada sobre a relação do estado com as demandas das mulheres assim como sobre intersectorialidade foi analisada juntamente aos documentos levantados frente à unidade as entrevistas e as observações feitas pela autora. Durante a realização desta pesquisa, entretanto, desenhou-se que a coordenação deste tipo de estratégia é um processo, de modo que é possível dizer que a SPM está conseguindo coordená-la, mas ainda não conseguiu. De modo que uma questão que se coloca é se os avanços observados se deram mais pela institucionalização da política ou pelo esforço individual das mulheres que estão à frente da unidade.

Quanto as articulações com municípios mineiros no período analisado, de 2015 a 2018, observa-se que foi por meio destas articulações que foram organizadas as viagens das gestoras da SPM aos municípios para capacitação de agentes e atendimento de mulheres e sensibilização da sociedade civil, assim como o suporte oferecido para constituição de equipamentos de atendimento às mulheres, como centros de referência, conselhos, e OPMs e organização das conferências locais de políticas para mulheres, preparatórias para as fases supralocais. Estas ações se relacionam diretamente às diretrizes da Política e do Pacto de Enfrentamento à Violência contra Mulher e com as preposições dos eixos relativos à violência das CNPM e PNPM. A SPM se constituiu como um espaço de catalisação de demandas sociais para sua incorporação, no entanto, esse papel foi prejudicado junto aos municípios dada a limitação de recursos destinados à unidade.

No que tange ao Fórum de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas, observa-se que esta é iniciativa que tem algumas características de estratégia de intervenção intersectorial. Reúnem-se neste espaço representantes de diversos setores da Administração Pública estadual para resolução da questão da violência contra as mulheres cuja localização prejudica o acesso a canais de atendimento e denúncia das violências sofridas devido à baixa capilaridade destas redes. Entretanto, esta iniciativa foi

refratária no estado de Minas Gerais, um reflexo, para além da ausência de normatização, de uma pretensão de atuar em várias frentes, possivelmente sem pessoal ou capacidade institucional para coordená-las. Foram poucas reuniões realizadas e o Fórum não foi decretado pelo secretário executivo da SEDPAC. Estes, juntamente com todas as dificuldades implícitas em um processo de coordenação, explicam o motivo pelo qual somente cinco municípios foram visitados pela unidade móvel pelo Fórum evidenciando os avanços restritos da experiência de gestão intersetorial nesse caso. Esta iniciativa carece de institucionalização, o que é sublinhado pelo fato de o seu decreto não ter sido ainda publicado. Para além da questão legal-burocrática, a despeito do êxito de algumas ações planejadas e executadas no âmbito deste fórum, este precisa ter o fôlego de suas discussões e reuniões retomadas. Esta é uma iniciativa nova cuja coordenação da SPM para sua execução é fundamental, devendo ser orientada pelas diretrizes nacionais formuladas pela SPM-PR. O papel de coordenação a ser desempenhado pela SPM é ressaltado, ao passo que pensar estratégias com capilaridade geográfica no Estado demanda a soma de forças e potencialidades de outros setores governamentais.

Outras duas iniciativas no âmbito da SPM referente ao enfrentamento à violência contra as mulheres foram exploradas no capítulo dedicado à unidade: o COPEAMPE e o CEAHVIS. Ambas reúnem em um espaço representações de diversos setores da Administração Pública estadual. A primeira para a consecução de uma política para atenção às mulheres em situação de privação de liberdade e egressas do sistema prisional e outra para o planejamento, execução, monitoramento e avaliação de ações relativas ao atendimento às vítimas de violência sexual.

O COPEAMPE tem certo engajamento das representações previstas na formulação da política, entretanto, o fato do texto da política ainda estar em formulação limita a avaliação do quanto este espaço estaria pondo em prática uma estratégia de articulação intersetorial. Poucas ações foram desempenhadas em seu âmbito, a citar visitas às unidades prisionais para “eventos” nos quais eram apuradas as demandas das mulheres e tratava-se de alguma temática relativa à questão da mulher. Este fórum por ora, se coloca como um espaço onde se formula e planeja ações de forma conjunta, ao passo que dele não emanam tarefas a serem executadas, até então. Na medida em que alguns pressupostos da intersetorialidade são considerados, como o compartilhamento de objetivos e metas de forma efetiva e não retórica e alteração a no modo de trabalho dos setores envolvidos, tem-se que um processo que vem sendo

observado na formulação da PEAMPE, impede que o COPEAMPE se consolide como um espaço de articulação intersetorial. Certa captura das atribuições e ações previstas no plano pela secretaria de administração prisional pode mitigar a possibilidade desta política de ser executada, monitorada e avaliada de maneira intersetorial.

Já o CEAHVIS é um espaço mais consolidado de planejamento, execução, monitoramento e avaliação no qual são percebidos aspectos que permitem relacioná-lo a uma estratégia de articulação intersetorial. Além da participação de diversos setores governamentais, por vezes a sociedade civil também é chamada à opinar a participar, por meio dos seminários organizados por estes. A execução de algumas ações também foram produtos do planejamento realizado neste espaço, médicos foram capacitados, reformulou-se o protocolo de atendimento às vítimas de violência sexual, criou-se um “kit para coleta de vestígios” cujo processo de montagem foi consolidado no âmbito do comitê, dentre outras ações que foram viabilizadas por este espaço.

Por vezes, observa-se no CEAHVIS a divisão de funções para constituir algo novo acontece. A disponibilidade de recursos por um setor, à disponibilidade de espaço de outro e disponibilidade de pessoal de mais um culminam no planejamento por todos os representantes de uma ação possível. A dinâmica da comunicação também é facilitada, de modo que as reuniões mensais são momentos de repasses e de discussões de situações problemáticas que se desenrolam nos aparelhos envolvidos nos atendimentos destas vítimas. Tendo em mente que agir de forma intersetorial é mais que se fazer junto o que se fazia separado, tem-se que a qualidade do atendimento foi maximizada uma vez que se eliminou a necessidade de comparecimento ao IML para realização da coleta, procedimento o qual pode hoje acontecer nos hospitais referência. Caso não houvesse o espaço do CEAHVIS provavelmente a Polícia Civil continuaria a ter as delegacias como única porta de entrada para estas vítimas e o procedimento de coleta se daria unicamente no IML.

Para além das implicações visivelmente práticas, o CEAHVIS também é um fórum para apresentação e compartilhamento de informações, haja vista que a segurança pública, trata e organiza seus dados e os apresentando as informações para os integrantes de modo a ajudar no diagnóstico sobre quem são as vítimas deste tipo de crime, quantos anos elas têm, entre outros aspectos. Este tipo de iniciativa também já foi executado pela saúde, que também compartilhou e apresentou as informações dos seus sistemas de informação, o que pode, futuramente, desenvolver-se para a constituição de um sistema de informação próprio da

violência sexual. Assim, tem-se o CEAHVIS como a atuação mais exitosa de articulação intersetorial coordenada pela SPM, na visão da autora.

O CERNA também se coloca como um equipamento que coordena relativamente bem uma estratégia de articulação intersetorial. Compondo a Rede de Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, juntamente com outros órgãos governamentais e entidades não governamentais, ele participa de reuniões periódicas com estas instituições de modo a monitorar o fluxo de encaminhamento da rede, discutir casos e firmar parcerias com outros setores governamentais para expansão e apuração de sua atuação. O Cerna também participou da constituição do consócio público “Mulher das Gerais”, que viabiliza o atendimento mais adequado de mulheres por meio dos equipamentos da rede de atendimento. Neste sentido, o desafio que está colocado para a Rede é superar-se como um espaço de discussão de casos para se tornar uma instância na qual a intersetorialidade é percebida por meio da integração das políticas no aspecto mais preventivo.

O estudo evidencia que, embora formalmente contido na estrutura da SPM, o CERNA atua de forma pouco articulada com esta, usando de sua autonomia para constituir parcerias e participar de espaços os quais a própria SPM não participa. Este distanciamento, por vezes, pode representar uma cisão da política de enfrentamento à violência contra a mulher executada pela SPM em duas frentes: a primeira no atendimento realizado pelo CERNA e a outra na promoção da maior dispersão geográfica e capilaridade da política impulsionada pela atuação da SUPEM.

Neste sentido, conclui-se que o papel da SPM no enfrentamento à violência contra as mulheres seria disseminar um novo paradigma de governança para a questão, coordenando uma estratégia de articulação intersetorial, esta mudança deveria se dar no âmbito do planejamento, por meio da sensibilização e mudança da cultura organizacional dos gestores e por meio da produção de condições para que as mudanças concebidas neste âmbito fossem incorporadas pelos agentes públicos que a operacionalizam, por meio de formação continuada. Resgatando algumas contribuições apresentadas no capítulo sobre intersetorialidade, é importante para a efetivação desta estratégia, que esta seja validada e legitimada pelo líder de governo, uma vez que a secretária por si só não teria função executora (o que é percebido no caso da SPM pelo orçamento sempre limitado), mas sim de coordenar, mediar e negociar, funções relacionadas ao poder e à autoridade conferida pelo líder à unidade.

Reconhece-se neste trabalho a amplitude das transformações que devem ser promovidas no âmbito das estruturas que organizam a ação estatal para que estas se orientem por uma lógica construtivista intersetorial. Esta proposta tem implícita uma revogação de poder e de status onde se deixa a autoridade e a autonomia de lado para construir algo novo conjuntamente, o que é sempre um aspecto complexo.

É possível observar que, tendo em mente o contínuo de intersectorialidade proposto por Veiga e Bronzo (2014), cada uma das frentes de ação, iniciativas e fóruns coordenados pela SPM-MG está em um nível de articulação distinto e, portanto, se posicionariam de forma diversa neste contínuo. Ademais, como era de se esperar devido à observação de avanços e desafios perenes à institucionalização de políticas para mulheres, tem-se que esta política encontra-se em uma posição intermediária nesta classificação. Entende-se neste trabalho que houve a criação de dinâmicas e processos nos espaços intersectoriais coordenados pela SPM, ademais, visto as entregas dos comitês e do Fórum, assim como a realização de atividades em conjunto com outras secretarias que extrapolam a delimitação das competências puras de cada uma destas. Entretanto, a organização destas ações ainda se centraliza por uma lógica de repartição de funções em cada setor, o que complementado pela ausência da cultura de monitoramento, avaliação e repactuação, a despeito da existência de espaços para tal, aproxima o trabalho da SPM ao extremo mais primário da intersectorialidade.

Entretanto, a despeito do desafio que é a implementação desta estratégia de intervenção, a oportunidade ímpar de se constituir serviços que observem a lógica da integralidade, como de fato os problemas se apresentam no mundo, é o argumento que se coloca para estimular o empreendimento deste tipo de estratégia.

Atualmente, o próximo desafio do movimento feminista já está posto. A eleição de um candidato alinhado a uma visão familista e machista representa um risco de reorientação das políticas para mulheres no âmbito federal, hoje em um limbo, alinhadas à esta visão. Esta realidade muito se relaciona à famosa afirmação de Simone de Beauvoir: “Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilantes durante toda a sua vida”. A emergência de uma crise política retroalimentada por uma crise econômica que afetou o país nos últimos anos, culminou na emergência de uma onda conservadora fortalecida, com seu representante eleito. Este cenário pode levar o Estado a adotar políticas para mulheres descoladas da agenda feminista. A ausência de proposições

relativas ao fortalecimento da democracia-participativa ou até mesmo da manutenção do Estado Democrático de Direito sinalizam que o movimento feminista mais uma vez terá de se unir para fazer oposição ao desmonte dos avanços até então auferidos.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CNJ DE NOTÍCIAS (Brasil). **CNJ Serviço: o que são crimes hediondos?** 2018. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/86048-cnj-servico-o-que-sao-crimes-hediondos>>. Acesso em: 10 set. 2018.

AGÊNCIA MINAS (Minas Gerais). **Governo lança aplicativo Alerta MG que auxilia mulheres em situação de risco.** 2018. Disponível em: <<http://www.soubh.com.br/noticias/gerais/aplicativo-mulheres-seguras/>>. Acesso em: 10 set. 2018.

ALVAREZ, Sonia. "Em que Estado está o feminismo latino-americano? Uma leitura crítica das políticas públicas com 'perspectiva de gênero'". In: FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia; NOBRE, Miriam (Orgs.). **Gênero nas políticas públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista.** São Paulo: SOF, 2000. p. 9-25. (Coleção Cadernos Sempreviva).

ANÁLISE ECONÔMICA CONSULTORIA (Brasil). **Proxy.** Análise Econômica Consultoria, 2017. Disponível em: <[http://www.analiseeconomica.com.br/dicionario/index.php/Proxy\\_\(estat%C3%ADstica\)](http://www.analiseeconomica.com.br/dicionario/index.php/Proxy_(estat%C3%ADstica))>. Acesso em: 24 out. 2018.

ASSIS, S.G.; MARRIEL, N.S.M. Reflexões sobre violência e suas manifestações na escola. In: **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010. 270

BANDEIRA, Lourdes. **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas.** Brasília: CEPAL; SPM, 2005.

\_\_\_\_\_, Lourdes. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. **Soc. estado.**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 401-438, ago. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922009000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922009000200004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 set. 2018.

\_\_\_\_\_, Lourdes; MELO, Hildete Pereira. **Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil.** Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2010/titulo-e-memorias>>. Acesso em: 15 set. 2018.

BENTO, Berenice Alves Melo. Transexualidade. In: FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth; MENEGHEL, Stela N. **Dicionário Feminino da Infâmia: Acolhimento e Diagnóstico de Mulheres em Situação de Violência.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. 422 p.

BORGES, Cláudia Andréa Mayorga. Machismo. In: FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth; MENEGHEL, Stela N. **Dicionário Feminino da Infância: Acolhimento e Diagnóstico de Mulheres em Situação de Violência**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. 422 p.

BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA DATASENADO. **Panorama da Violência contra as Mulheres no Brasil: Indicadores nacionais e estaduais**. 2. ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Datasenado, 2018. Disponível em: <[https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2018/08/OMV\\_PanoramaVCM2\\_2018.pdf](https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2018/08/OMV_PanoramaVCM2_2018.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.204, de 9 de março de 2015. **Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos**. Brasília, DF, mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962. **Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada**. Brasília, DF, ago. 1962.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, DF, 1990a.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências**. Brasília, DF, 1990.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. **MDH divulga balanço do Ligue 180**. 2018. Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/agosto/mdh-divulga-balanco-do-ligue-180>>. Acesso em: 28 out. 2018.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Conselhos Estaduais e Municipais das Mulheres - Minas Gerais**. 2013d. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta e Fóruns Estaduais**. 2013a. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Fóruns Estaduais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta**. 2013c. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **II Plano Nacional de Política para Mulheres**. 2008. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Instâncias de Gestão do Pacto**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/pacto-nacional/instancias-de-pactuacao>>. Acesso em: 10 set. 2018.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Lançada Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres de Minas Gerais**. 2015a. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher**: Balanço Anual de 2016. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas Para As Mulheres, 2018. Disponível em: <[https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2018/04/SPM\\_Ligue180\\_BalancoAnual2016.pdf](https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2018/04/SPM_Ligue180_BalancoAnual2016.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2018.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. 2011a. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Plano Nacional de Política para Mulheres**. 2013. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. 2011. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Unidades Móveis para o Atendimento às Mulheres do Campo e da Floresta Vítimas de Violência**. 2013b. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. . **Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher**: Balanço Anual de 2016. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas Para As Mulheres, 2018. Disponível em: <[https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2018/04/SPM\\_Ligue180\\_BalancoAnual2016.pdf](https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2018/04/SPM_Ligue180_BalancoAnual2016.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2018.

BRONZO, Carla; VEIGA, Laura. Interdisciplinaridade e políticas de superação da pobreza. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 92, 2007.

BRONZO, Carla. Intersetorialidade, autonomia e território em programas municipais de enfrentamento da pobreza: experiências de Belo Horizonte e São Paulo. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v. 35, n. 1, p.119-159, jul. 2010.

CERNA (Belo Horizonte). **Centro Risoleta Neves de Atendimento - Sobre**. 2018. Disponível em: <<http://centrorisoleta.wixsite.com/cerna/sobre>>. Acesso em: 10 out. 2018. com professores. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010. 270 p.

\_\_\_\_\_. **Manualização do Atendimento – CERNA**. 2015. Disponível na rede de computadores da unidade.

\_\_\_\_\_. **CERNA – Casa DH 2016**. 2016. Disponível na rede de computadores da unidade.

CONSÓRCIO MULHERES DAS GERAIS (Minas Gerais). **Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher**. 2018. Disponível em: <<http://mulheresdasgerais.com.br/mulheres2013/institucional/servicos/>>. Acesso em: 10 out. 2018. de 2018.

DUARTE, Constância Lima; CARMO, Dinorah; LUZ, Jalmelice. **Mulheres de Minas: Lutas e Conquistas**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial - Mg, 2008. 416 p.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, abr. 2004. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2004000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 13 set. 2018.

FARIA, Carlos A. P. Os desafios da intersectorialidade na produção das políticas sociais. In: MOURÃO, Marcelo A.; PASSOS, Alexia D. B.; FARIA, Carlos. A. P. (Org.). **O Programa BH Cidadania: teoria e prática da intersectorialidade**. BH: PBH; SMPS, 2011. p. 45-53).

FERREIRA, M. C. Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero. **Temas em psicologia da SBP**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 119-126, 2004. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2004000200004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2004000200004)>. Acesso em 30 out. 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Brasil). **11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018. Disponível em: <[http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO\\_11\\_2017.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO_11_2017.pdf)>. Acesso em: 27 out. 2018.

GODINHO, Tatau. A ação feminista diante do Estado: as mulheres e a elaboração de políticas públicas. In: FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia; NOBRE, Miriam (Orgs.). **Gênero nas políticas públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista**. São Paulo: SOF, 2000. p. 9-25. (Coleção Cadernos Sempreviva).

GUIMARÃES, Elian. **Movimento histórico lança abaixo-assinado pelo fim da violência contra mulheres**. 2018. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/11/10/interna\\_gerais,1004576/movimento-historico-lanca-abaixo-assinado-pelo-fim-do-feminicidio.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/11/10/interna_gerais,1004576/movimento-historico-lanca-abaixo-assinado-pelo-fim-do-feminicidio.shtml)>. Acesso em: 10 nov. 2018. <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v18n1/v18n1a05.pdf>>. Acesso em 02 de julho

GUIMARÃES, Luisa Silva. **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES EM MINAS GERAIS: uma análise sobre a formação de agenda e influência dos atores sociais (2007 - 2016)**. 2017. 151 f. Monografia (Especialização) - Curso de Administração Pública, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <<http://monografias.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/2309/1/Pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas%20para%20as%20mulheres%20em%20Minas%20Gerais.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMIA APLICADA (Brasil) (Org.). **O Brasil em 4 décadas**. Brasília: Ipea, 2010. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1500.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1500.pdf)>. Acesso em: 16 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Atlas da Violência**: 2018. Rio de Janeiro: Ipea, 2018. Disponível em: <[https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2018/06/IPEA\\_FBSP\\_AtlasdaViolencia2018Relatorio.pdf](https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2018/06/IPEA_FBSP_AtlasdaViolencia2018Relatorio.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2018.

. **Avanços e desafios da transversalidade nas políticas públicas federais voltadas para minorias**. In: **Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**, vol 3. p. 779-795. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro\\_BrasilDesenvEN\\_Vol03.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_BrasilDesenvEN_Vol03.pdf). Acesso em 2 nov 2018.

JUNQUEIRA, Luciano A. P. Descentralização e Intersetorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 32, n. 2, p. 11-22. abr. 1998. Bimestral. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/7696/6269>. Acesso em: 24 out. 2018.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade**, [s.l.], v. 13, n. 1, p.25-36, abr. 2004. FapUNIFESP (SciELO).

MARCONDES, Mariana Mazzini; DINIZ, Ana Paula Rodrigues; FARAH, Marta Ferreira Santos. Transversalidade de Gênero: uma análise sobre os significados mobilizados na estruturação da política para mulheres no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, Df, v. 69, n. 2, p.36-62, jun. 2018. Trimestral. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/2297>. Acesso em: 10 set. 2018.

MARCONDES, Mariana Mazzini; SANDIM, Tatiana Lemos; DINIZ, Ana Paula Rodrigues. Transversalidade e Intersetorialidade: mapeamento do debate conceitual no cenário brasileiro. **Administração Pública e Gestão Social**, [s.l.], p.22-33, 31 dez. 2017. *Administracao Publica e Gestao Social*. <http://dx.doi.org/10.21118/apgs.v10i1.1527>.

MARSHALL, TH. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar; 1976.

MATOS, Marlise. Gênero. In: FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth; MENEGHEL, Stela N. **Dicionário Feminino da Infância: Acolhimento e Diagnóstico de Mulheres em Situação de Violência**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. 422 p.

MINAS GERAIS (Estado). Decreto nº 46.242, de 15 de maio de 2013. **Dispõe sobre o atendimento humanizado às vítimas de violência sexual e cria o comitê estadual de gestão do atendimento humanizado às vítimas de violência sexual - CEAHVIS**. Diário do Executivo, MG, 16 maio 2013. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=46242&comp=&ano=2013>. Acesso em: 20 out. 2018.

. Decreto nº 46.961, de 1 de março de 2016. **Altera o Decreto nº 22.971, de 24 de agosto de 1983, que cria o Conselho Estadual da Mulher, e o Decreto nº 43.613, de 25 de setembro de 2003, que dispõe sobre a composição de Conselhos de Políticas Públicas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências**. Belo Horizonte, MG, 3 mar. 2016. Disponível em:

<<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=46961&ano=2016&tipo=DEC>>. Acesso em: 20 out. 2018.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA. .

Apresentação. 2013. Disponível em:

<<http://www.seguranca.mg.gov.br/sobre/institucional/apresentacao>>. Acesso em: 8 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 46.962, de 1 de março de 2016. **Cria o Comitê de Política Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Estado – COPEAMPE-MG**. Belo Horizonte, MG, 2 mar. 2016.

Disponível em:

<<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=46962&comp=&ano=2016>>. Acesso em: 20 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 21.293, de 26 de março de 2015. **Altera a Lei Delegada nº 179, de 1º de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização básica e a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo do Estado, e a Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências**. Belo Horizonte, MG, 27 mar. 2015. Disponível em:

<<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=21693&comp=&ano=2015>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 22.256, de 26 de julho de 2016. **Institui a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado**. Belo Horizonte, MG, 27 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=22256&comp=&ano=2016>>. Acesso em: 20 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016. **Estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado e dá outras providências**. Belo Horizonte, MG, jul. 2016b.

\_\_\_\_\_. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. . **Debate Público: Trabalhando em rede no enfrentamento à violência contra a mulher**. 2018. Disponível em:

<[https://www.almg.gov.br/acompanhe/eventos/hotsites/2013/debate\\_violencia\\_mulher/rede\\_instituicoes](https://www.almg.gov.br/acompanhe/eventos/hotsites/2013/debate_violencia_mulher/rede_instituicoes)>. Acesso em: 10 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 46.242, de 15 de março de 2013. **Dispõe sobre o atendimento humanizado às vítimas de violência sexual e cria o Comitê Estadual de Gestão do Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência Sexual - CEAHVIS**. Belo Horizonte, MG, mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Subsecretaria de Política para Mulheres (SPM) – SEDPAC.

**ORGANOGRAMA\_\_SPM\_2017 NOVO**. 2017. Documento interno contido na rede de computadores da unidade.

\_\_\_\_\_. Subsecretaria de Política para Mulheres (SPM) – SEDPAC. **Relatório 2016 em construção 6 de março de 2017**. 2017a. Documento interno contido na rede de computadores da unidade.

\_\_\_\_\_. Subsecretaria de Política para Mulheres (SPM) – SEDPAC.  
**PPT\_REUNIÃO\_CEM**. 2017b. Documento interno contido na rede de computadores da unidade.

\_\_\_\_\_. Subsecretaria de Política para Mulheres (SPM) – SEDPAC. **Relatório de gestão 2015 a 2018**. 2018. Documento interno contido na rede de computadores da unidade.

NADAL, Paula. **Por que 8 de março é o Dia Internacional da Mulher?**. 2018. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/301/por-que-8-de-marco-e-o-dia-internacional-da-mulher>>. Acesso em: 10 set. 2018.

ONU MULHERES (Brasil). **4ª Conferência de Políticas para as Mulheres termina e exige manutenção das conquistas de gênero**. 2016. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/4a-conferencia-de-politicas-para-as-mulheres-termina-e-exige-manutencao-das-conquistas-de-genero/>>. Acesso em: 10 set. 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. 119 p.

PINTO, Céli Regina Jardim. As ONGs e a Política no Brasil: Presença de Novos Atores. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 49, nº 3, 2006, p. 651-613. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v49n3/a08v49n3.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2014.

SOUBH (Belo Horizonte). **Governo lança aplicativo Alerta MG que auxilia mulheres em situação de risco**: O Alerta MG vai permitir que mulheres alertem sobre perigos. Disponível em: <<http://www.soubh.com.br/noticias/gerais/aplicativo-mulheres-seguras/>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

STAMATTO, M. I. S. **Um olhar na história: a mulher na escola** (Brasil: 1549 - 1910). II Congresso Brasileiro de História da Educação, Natal, 2002.

STELKO-PEREIRA, A.C.; WILLIAMS, L.C.A. Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. **Temas em Psicologia**, vol. 18, n. 1, p. 45-55, 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v18n1/v18n1a05.pdf>>. Acesso em 02 de julho de 2018

UFMG. **UFMG assina protocolo de intenções que cria o Observatório de Igualdade de Gênero em MG**. 2016. Disponível em: <<https://www2.ufmg.br/proex/Noticias/Noticias/Observatorio-de-Igualdade-de-Genero>>. Acesso em: 10 set. 2018.

VEIGA, Laura da; BRONZO, Carla. Estratégias intersetoriais de gestão em contextos vulneráveis: reflexões a partir da experiência de Belo Horizonte. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, Não use números Romanos ou letras, use somente números Árabicos., 2012, Cartagena. Anais. . Cartagena: Clad, 2012. p. 1 - 31.

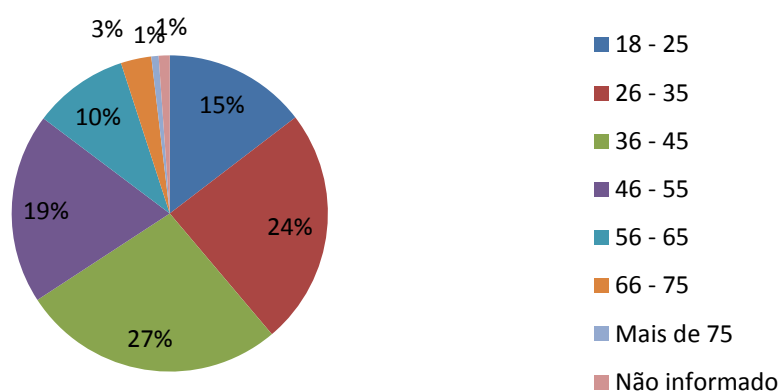
VEIGA, Laura da; BRONZO, Carla. Estratégias intersetoriais de gestão municipal de serviços de proteção social: a experiência de Belo Horizonte. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 3, p.595-620, jun. 2014. FapUNIFESP (SciELO).

WASELFISZ, Julio Jacobo. Flasco Brasil. **Mapa da Violência** 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: Flasco Brasil, 2015. Disponível em: <[https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)>. Acesso em: 27 out. 2018.

## ANEXOS

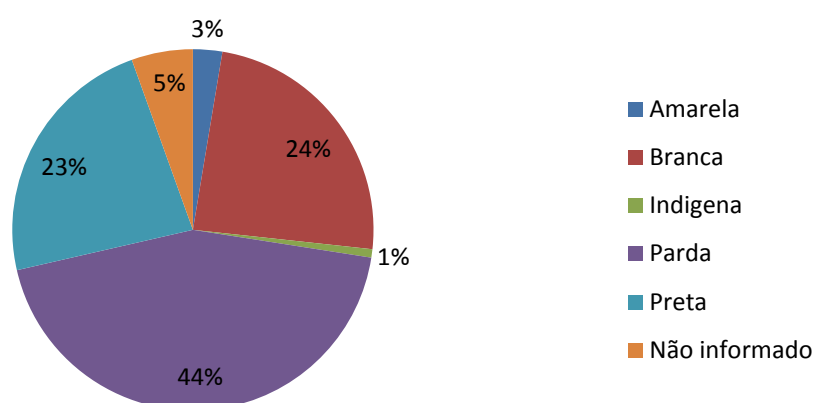
### Anexo A - Gráficos relativos às informações declaradas pelas mulheres que foram atendidas pelo CERNA pela primeira vez entre julho de 2015 e julho de 2018.

Idade das mulheres atendidas pela primeira vez no CERNA entre julho de 2015 e julho de 2018.



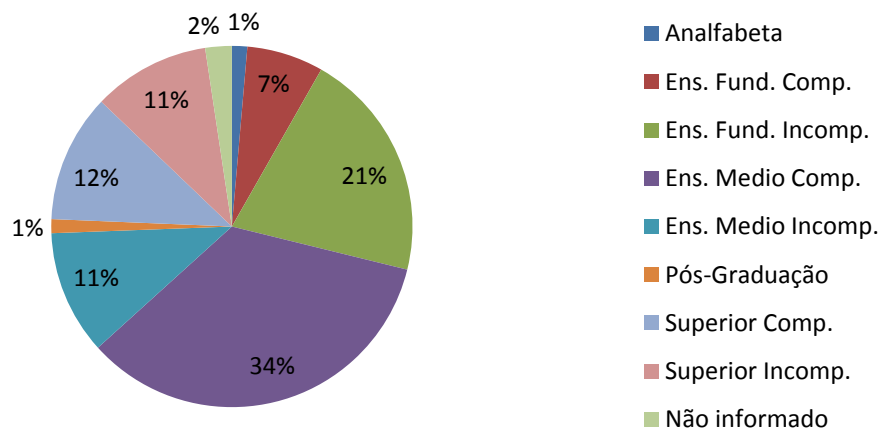
Fonte: CERNA.

Raça das mulheres atendidas pela primeira vez no CERNA pela primeira vez entre julho de 2015 e julho de 2018.



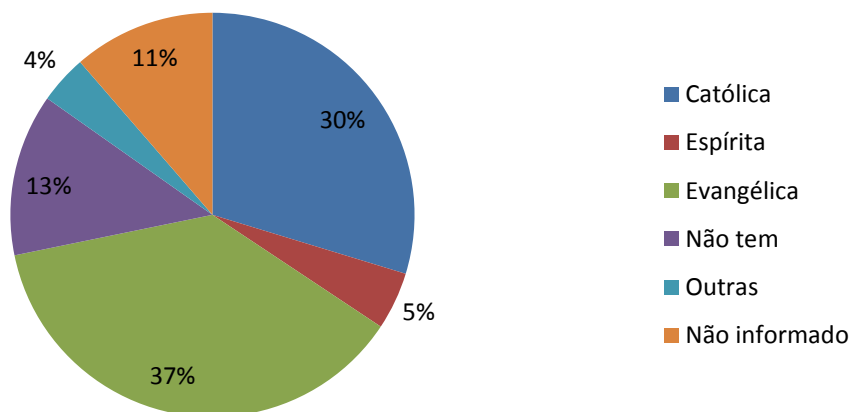
Fonte: CERNA.

Escolaridade das mulheres atendidas pela primeira vez no CERNA entre julho de 2015 e julho de 2018.



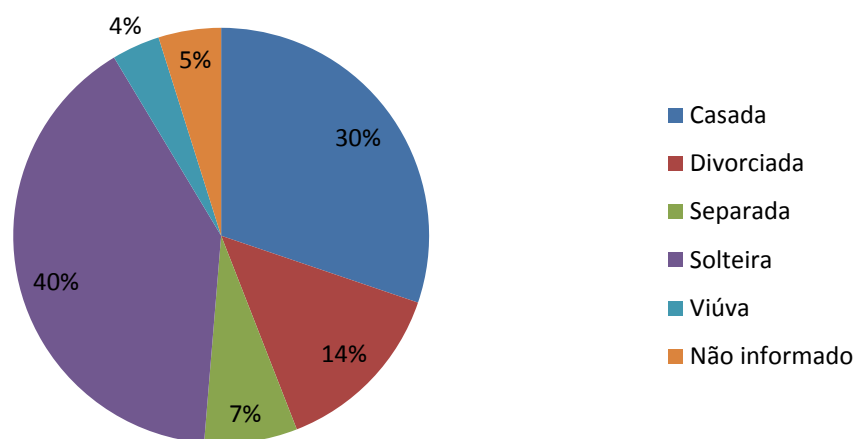
Fonte: CERNA.

Religião das mulheres atendidas pela primeira vez no CERNA entre julho de 2015 e julho de 2018.



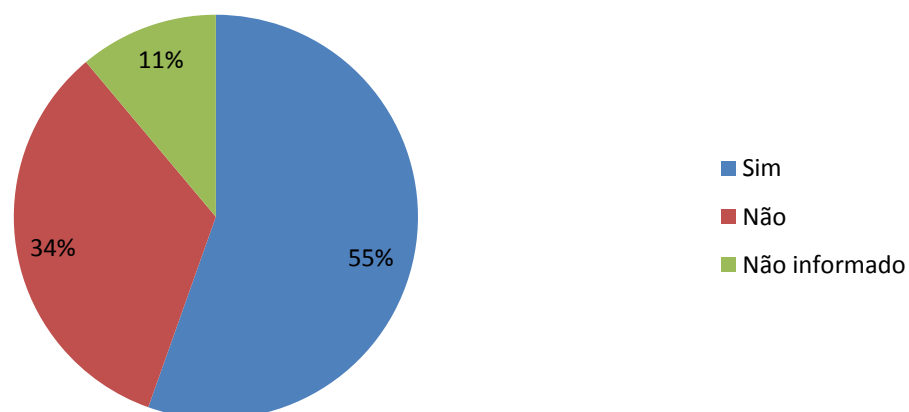
Fonte: CERNA.

Estado civil das mulheres atendidas pela primeira vez no CERNA entre julho de 2015 e julho de 2018.



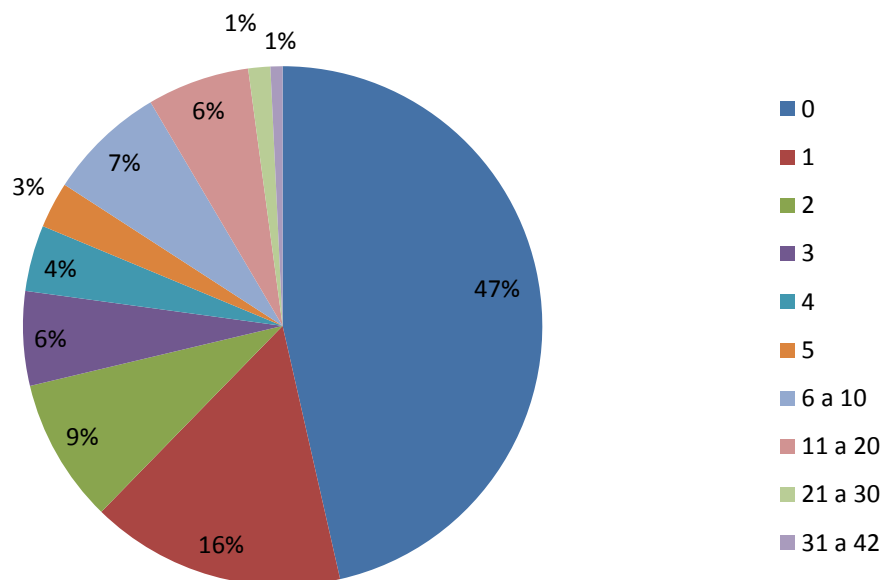
Fonte: CERNA.

Posse de medida protetiva das mulheres atendidas pela primeira vez no CERNA entre julho de 2015 e julho de 2018.



Fonte: CERNA.

Número de retornos ao serviço após o primeiro atendimento das mulheres atendidas pela primeira vez no CERNA entre julho de 2015 e julho de 2018.



Fonte: CERNA.

**Anexo B - Lista completa dos órgãos e entidades integrantes da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher por ordem alfabética.**

1. Benvinda – Centro de Apoio à Mulher;
2. Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário – CAO-DH;
3. Centro Risoleta Neves de Atendimento de Minas Gerais – CERNA;
4. Conselho Estadual da Mulher – CEM/MG;
5. Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM/BH;
6. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM;
7. Conselho Regional de Psicologia – CRP;
8. Consórcio de Promoção à Cidadania “Mulheres das Gerais”;
9. Coordenadoria de Políticas para as Mulheres de Lagoa Santa;
10. Coordenadoria de Políticas para as Mulheres de Nova Lima;
11. Coordenadoria de Políticas para Mulheres de Contagem;
12. Coordenadoria dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte – COMDIM;
13. Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPMG;
14. Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Belo Horizonte – DEAM;
15. Fórum de Mulheres do Mercosul do Brasil;
16. Grupo de Estudo de Gênero, Sexualidade e Sexo em Educação da UFMG – GSS;
17. Instituto Albam;
18. Mandato da Deputada Estadual Marília Campos;
19. Mandato da Deputada Federal Jô Moraes;
20. Mandato da Vereadora Elaine Matozinhos;
21. Movimento Graal do Brasil/Minas Gerais;
22. Movimento Popular da Mulher – MPM;
23. Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência – NUDEM;
24. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual – NUGDS/SMED-BH;
25. Patrulha de Violência Doméstica – PVD;
26. Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG;
27. Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG;
28. Promotoria de Justiça Especializada no Combate à Violência – MPMG;
29. Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais – SESP/MG;

30. Secretaria Municipal de Ação Social/Proteção Social Especial de Itabira;
31. Secretaria Municipal de Assistência Social/Proteção Social Especial de Betim;
32. Secretaria Municipal de Assistência Social/Proteção Social Especial de Ribeirão das Neves;
33. Subsecretaria de Política para as Mulheres – SPM/MG;
34. Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG/COMSIV;
35. União Brasileira de Mulheres – UBM/MG.

Apoio: Sindicato dos Professores de Minas Gerais – SINPRO/MG.

**Anexo C – Atividades desenvolvidas anualmente no período de 2015 a 2018 no que se refere ao enfrentamento à violência contra mulher.**

**Quadro 4: Atividades desenvolvidas em 2015 pela SPM no que se refere ao enfrentamento à violência contra mulher.**

| Descrição da atividade                                                                                                                                                        | Interlocutor                                                                                                                                      |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Planejamento do curso EAD em “Gênero e Políticas Públicas”                                                                                                                    | Autarquia estadual (Fundação João Pinheiro)                                                                                                       |
| Oficina para desenvolvimento de planejamento estratégico da SPM.                                                                                                              | Autarquia estadual (Fundação João Pinheiro)                                                                                                       |
| Participação em Oficinas de Formação em Gênero, Políticas Públicas e Planejamento e no Grupo de Estudos Estado, Gênero e Diversidade da Fundação João Pinheiro                | Autarquia estadual (Fundação João Pinheiro)                                                                                                       |
| Conferência Livre do CERNA.                                                                                                                                                   | CERNA e sociedade civil.                                                                                                                          |
| Reunião do Grupo de Mulheres , II Nudem, UFMG, Ciências Médicas (casa dos conselhos)                                                                                          | CERNA, Nudem, UFMG, Ciências Médicas                                                                                                              |
| Reativação e reestruturação do Conselho Estadual da Mulher (CEMMG)                                                                                                            | Conselho Estadual da Mulher.                                                                                                                      |
| Palestra e apoio na criação no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em Varginha.                                                                                         | Conselho Municipal de Mulheres                                                                                                                    |
| Seminário "Atendimento em rede e autonomia econômica das mulheres vítimas de violência" para conselhos e OPMs.                                                                | Conselhos Municipais de Mulheres e Organismos Governamentais de Políticas para Mulheres (OPM).                                                    |
| Formulação do projeto das unidades móveis de atendimento às mulheres.                                                                                                         | Fórum de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas.                                                        |
| Palestras e articulações nos Fóruns Regionais.                                                                                                                                | Fóruns Regionais.                                                                                                                                 |
| Articulação em Brasília para construção da Casa da Mulher Brasileira em Belo Horizonte                                                                                        | Governo Federal                                                                                                                                   |
| Inauguração de duas unidades móveis de enfrentamento à violência contra as mulheres.                                                                                          | Governo Federal                                                                                                                                   |
| Reunião com gestoras do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a mulher (Brasília)                                                                                | Governo Federal                                                                                                                                   |
| Convênio n. 115: entrega de carro para 21 DEAMs.                                                                                                                              | Governo Federal e Secretaria de Estado (SESP).                                                                                                    |
| Lançamento do Mapa da Violência sobre homicídio de Mulheres no Brasil em Brasília                                                                                             | Governo Federal, OPAS/OMS, ONU Mulheres e Flacso.                                                                                                 |
| Participação da comissão organizadora da IV Conferência Estadual de Política para Mulheres                                                                                    | Governo Federal, Rede Estadual de Enfrentamento, Legislativo, Secretarias de Estado, Secretaria Municipal de Políticas Sociais de Belo Horizonte. |
| Convênio n. 137: Reaparelhamento das DEAMs, apoio aos movimentos feministas, campanhas de enfrentamento à violência contra as mulheres, capacitação de profissionais da Rede. | Governo Federal, Secretaria de Estado (SESP) e Rede Estadual de Enfrentamento.                                                                    |
| Audiência pública FEVCAMV, SEDCA e Governo: proposta para enfrentamento da violência sexual                                                                                   | Legislativo                                                                                                                                       |
| Audiência Pública na ALMG sobre mapa da violência e PPAG                                                                                                                      | Legislativo                                                                                                                                       |
| Audiência Pública sobre Orçamento Mulher                                                                                                                                      | Legislativo                                                                                                                                       |

**Quadro 4: Atividades desenvolvidas em 2015 pela SPM no que se refere ao enfrentamento à violência contra mulher.**

| Descrição da atividade                                                                                                                                          | Interlocutor                                      |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|
| Audiência Pública sobre demandas das Mulheres do Campo                                                                                                          | Legislativo                                       |
| Visita da UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas)                                                                                                          | ONU Mulheres                                      |
| Reunião do Protocolo de Atendimento da Rede de Enfrentamento à Violência contra Mulher com comandante Cícero e Tenente Adriana                                  | Rede de Estadual de Enfrentamento                 |
| Reunião Protocolo de Atendimento da Rede de Enfrentamento à Violência contra Mulher (Consórcio Gerais)                                                          | Rede de Estadual de Enfrentamento                 |
| Participação na Câmara Técnica do Pacto de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher: repactuação e acompanhamento da implantação da Casa da Mulher Brasileira. | Rede Estadual de Enfrentamento e Governo Federal. |
| Participação nas reuniões da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres                                                                               | Rede Estadual de Enfrentamento.                   |
| Videoconferência sobre a IV Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres                                                                                  | Referências municipais de política para mulheres. |
| Conferência Barbacena                                                                                                                                           | Referências municipais de política para mulheres. |
| Conferência Cataguases                                                                                                                                          | Referências municipais de política para mulheres. |
| Conferência Contagem                                                                                                                                            | Referências municipais de política para mulheres. |
| Conferência Guaxupé                                                                                                                                             | Referências municipais de política para mulheres. |
| Conferência Ibitaré, Sarzedo, Mário Campos e Brumadinho                                                                                                         | Referências municipais de política para mulheres. |
| Conferência Itabira                                                                                                                                             | Referências municipais de política para mulheres. |
| Conferência Juiz de Fora                                                                                                                                        | Referências municipais de política para mulheres. |
| Conferência Lafaiete                                                                                                                                            | Referências municipais de política para mulheres. |
| Conferência Leopoldina                                                                                                                                          | Referências municipais de política para mulheres. |
| Conferência Livre Mulheres: Caparaó                                                                                                                             | Referências municipais de política para mulheres. |
| Conferência em Ribeirão das Neves                                                                                                                               | Referências municipais de política para mulheres. |
| Conferência Pará de Minas                                                                                                                                       | Referências municipais de política para mulheres. |
| Conferência Poços de Caldas                                                                                                                                     | Referências municipais de política para mulheres. |
| Conferência Ponte Nova                                                                                                                                          | Referências municipais de política para mulheres. |
| Conferência Pouso Alegre                                                                                                                                        | Referências municipais de política para mulheres. |

**Quadro 4: Atividades desenvolvidas em 2015 pela SPM no que se refere ao enfrentamento à violência contra mulher.**

| Descrição da atividade                                                                                                                                                                                   | Interlocutor                                      |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|
| Conferência Sabará                                                                                                                                                                                       | Referências municipais de política para mulheres. |
| Conferência Santana do Paraíso                                                                                                                                                                           | Referências municipais de política para mulheres. |
| Conferência Varginha                                                                                                                                                                                     | Referências municipais de política para mulheres. |
| Conferência Vespasiano                                                                                                                                                                                   | Referências municipais de política para mulheres. |
| Palestra direitos da mulher e violência doméstica (Betim)                                                                                                                                                | Referências municipais de política para mulheres. |
| Palestra Pouso Alegre e Machado                                                                                                                                                                          | Referências municipais de política para mulheres. |
| Reunião em Ponte Nova e Araçuaí                                                                                                                                                                          | Referências municipais de política para mulheres. |
| Viagem a Governador Valadares                                                                                                                                                                            | Referências municipais de política para mulheres. |
| Viagem a Varginha e Araguari                                                                                                                                                                             | Referências municipais de política para mulheres. |
| Videoconferências de Políticas para as Mulheres: Estimular e orientar os municípios para a construção das Conferências Municipais e Intermunicipais                                                      | Referências municipais de política para mulheres. |
| Seminário: “OPMs – Organismos de Políticas para Mulheres em MG: Gestão pública e participação social” para capacitação de agentes para criação de conselhos e OPMs em consonância com o governo federal. | Referências municipais de política para mulheres. |
| Representação e condução de Seminário durante o 6º Fórum de Mulheres do Vale do Jequitinhonha                                                                                                            | Referências municipais de política para mulheres. |
| Aulão de formação sobre a Violência Contra as Mulheres, para CRAS e CREAS: Formar e capacitar equipe de agentes                                                                                          | Secretaria de Estado (SEDESE).                    |
| Formulação da Campanha "16 dias de ativismo".                                                                                                                                                            | Secretarias de Estado                             |
| Reunião do Comitê Estadual de Gestão do Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência Sexual - CEAHVIS                                                                                                  | Secretarias de Estado e MPMG.                     |
| Mesa Redonda com mulheres em privação de liberdade para construção da PEAMPE.                                                                                                                            | Secretarias de Estado.                            |
| Conferência Livre de Mulheres na PIEP: Elaboração e execução do Projeto da Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.                                                    | Secretarias de Estado.                            |
| Formulação e execução da campanha "Outubro Rosa Unificado"                                                                                                                                               | Secretarias de Estado.                            |
| Aulão de formação para CRAS e CREAS sobre violência contra a mulher                                                                                                                                      | SEDESE                                            |
| Condução do Curso de Direitos Humanos sobre luta e direitos das mulheres promovido pela SEDPAC para                                                                                                      | SEDPAC.                                           |

**Quadro 4: Atividades desenvolvidas em 2015 pela SPM no que se refere ao enfrentamento à violência contra mulher.**

| Descrição da atividade                                                                                                                     | Interlocutor     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|
| capacitar e formar sua equipe.                                                                                                             |                  |
| “Siga Bem Caminhoneiro”: participação da SPM para conscientização dos caminhoneiros quanto o enfrentamento à violência contra as mulheres. | Sociedade civil. |

Fonte: SPM/SEDPAC.

**Quadro 5: Atividades desenvolvidas em 2016 pela SPM no que se refere ao enfrentamento à violência contra mulher.**

| Descrição da atividade                                                                                                                                             | Interlocutor                                                                                        |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Reunião sobre curso EAD sobre gênero e políticas públicas.                                                                                                         | Autarquia estadual (Fundação João Pinheiro)                                                         |
| Reunião sobre capacitação da rede junto a pesquisadores.                                                                                                           | Autarquia estadual (Fundação João Pinheiro)                                                         |
| Capacitação de agentes e médicos legistas para humanização do atendimento as mulheres vítimas de violência sexual.                                                 | CEAHVIS.                                                                                            |
| Simpósio: os novos avanços da perícia criminal no enfrentamento à violência sexual e a lei 13239/15.                                                               | CEAHVIS.                                                                                            |
| Participação no Simpósio "Os novos avanços da Perícia Criminal no enfrentamento a violência sexual e a Lei 13.239/2015" no contexto do CEAHVIS.                    | CEAHVIS.                                                                                            |
| Publicação de novo Decreto novo do CEAHVIS, com inclusão da prevenção ao assédio sexual na pauta                                                                   | CEAHVIS.                                                                                            |
| Capacitação com o IML e Secretaria de Saúde, para formação dos 87 serviços de saúde do Estado.                                                                     | CEAHVIS.                                                                                            |
| Capacitação dos agentes para execução do projeto da unidade móvel.                                                                                                 | CERNA.                                                                                              |
| Reunião sobre a Unidade Móvel de Atendimento.                                                                                                                      | CERNA.                                                                                              |
| Reunião do Grupo de Mulheres do CERNA.                                                                                                                             | CERNA.                                                                                              |
| Implementação de metodologia de utilização das unidades móveis: Padronizar procedimentos de atendimento das Unidades Móveis.                                       | CERNA.                                                                                              |
| Estruturação do CEMMG: Reorganizar e estrutura internado Conselho.                                                                                                 | Conselho Estadual da Mulher.                                                                        |
| Apoio e fomento na criação do Conselho de Municipal dos Direitos da Mulher em Itaúna.                                                                              | Conselho Municipal de Mulheres                                                                      |
| Capacitação das equipes das Unidades Móveis para atividades do Fórum Estadual de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas. | Fórum Estadual de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas. |
| Reunião do Fórum Estadual de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas.                                                     | Fórum Estadual de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas. |
| Viagem à comunidade Cachoeira dos Forros para articulação de ações para mulheres.                                                                                  | Fórum Estadual de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas. |

**Quadro 5: Atividades desenvolvidas em 2016 pela SPM no que se refere ao enfrentamento à violência contra mulher.**

| Descrição da atividade                                                                                                                                               | Interlocutor                                                                                        |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Viagem à comunidade quilombola Açude para articulação de ações para mulheres.                                                                                        | Fórum Estadual de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas. |
| Viagem à comunidade quilombola de Chacrinha dos Pretos em Belo Vale para articulação de ações para mulheres.                                                         | Fórum Estadual de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas. |
| Viagem à comunidade quilombola de Marinhos em Brumadinho para articulação de ações para mulheres.                                                                    | Fórum Estadual de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas. |
| Viagem a Conceição do Mato Dentro (comunidade quilombola de Três Barras) para articulação de ações para mulheres.                                                    | Fórum Estadual de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas. |
| Viagem ao município de Paraopeba (comunidade quilombola de Pontinha) para articulação de ações para mulheres.                                                        | Fórum Estadual de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas. |
| Convênio n. 115: Entrega dos veículos para os Centros de Referência e Apoio à Mulher (CREAMs).                                                                       | Governo Federal.                                                                                    |
| IV Conferência Nacional de Política para as Mulheres                                                                                                                 | Governo Federal.                                                                                    |
| Participação no II Encontro do Fórum Nacional de Gestoras de OPMs.                                                                                                   | Governo Federal.                                                                                    |
| Discussão sobre as Diretrizes Nacionais Feminicídio com TJMG.                                                                                                        | Judiciário.                                                                                         |
| Apuração das denúncias do Disque 180 com MPMG.                                                                                                                       | MPMG.                                                                                               |
| Reunião com a Rede de Enfrentamento e Governo sobre Consórcio Mulheres das Gerais.                                                                                   | Rede de Estadual de Enfrentamento.                                                                  |
| Reestruturação da Câmara Técnica de gestão do Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher em Minas.                                                  | Rede Estadual de Enfrentamento e Governo Federal.                                                   |
| Seminário sobre planejamento de políticas para mulheres para gestoras municipais e sociedade civil.                                                                  | Rede Estadual de Enfrentamento e referências municipais de política para mulheres.                  |
| Seminário "O Enfrentamento à Violência Sexual e o Ciberativismo".                                                                                                    | Rede Estadual de Enfrentamento, referências municipais de política para mulheres e sociedade civil. |
| Construção do protocolo de atendimento da Rede.                                                                                                                      | Rede Estadual de Enfrentamento.                                                                     |
| Capacitação da rede de atendimento e de profissionais dos OPMs sobre acolhimento e diagnóstico de mulheres vítimas de violência a partir do "Dicionário da Infâmia". | Referências municipais de política para mulheres.                                                   |
| Video conferência de formação e capacitação sobre atendimento à mulher vítima de violência para os 17 territórios de Governo.                                        | Referências municipais de política para mulheres.                                                   |
| Reunião com Pará de Minas para articulação de ações para mulheres.                                                                                                   | Referências municipais de política para mulheres.                                                   |
| Reunião com Viçosa para articulação de ações para mulheres.                                                                                                          | Referências municipais de política para mulheres.                                                   |
| Reunião Curvelo para articulação de ações para mulheres.                                                                                                             | Referências municipais de política para mulheres.                                                   |

**Quadro 5: Atividades desenvolvidas em 2016 pela SPM no que se refere ao enfrentamento à violência contra mulher.**

| Descrição da atividade                                                                                                          | Interlocutor                                      |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|
| Reunião com Contagem para articulação de políticas para mulheres.                                                               | Referências municipais de política para mulheres. |
| Reunião com Sabará para articulação de ações para mulheres.                                                                     | Referências municipais de política para mulheres. |
| Seminário "Mulheres no poder" em Virgem da Lapa                                                                                 | Referências municipais de política para mulheres. |
| Videoconferência "Enfrentamento à violência sexual uma atuação em rede".                                                        | Referências municipais de política para mulheres. |
| Videoconferência sobre articulações com a ONU Mulheres                                                                          | Referências municipais de política para mulheres. |
| Videoconferência "Os 10 anos da Lei Maria da Penha"                                                                             | Referências municipais de política para mulheres. |
| Videoconferência para Delegadas Eleitas para Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.                                | Referências municipais de política para mulheres. |
| Videoconferência para técnicas e gestoras dos CRAS, CREAS e CREAMs.                                                             | Referências municipais de política para mulheres. |
| Videoconferência para técnicas e gestoras municipais de Minas Gerais sobre a "Instalação de OPMs e Conselhos Municipais"        | Referências municipais de política para mulheres. |
| Videoconferência "Planejando para a construção da igualdade".                                                                   | Referências municipais de política para mulheres. |
| Palestra em Ouro Preto sobre criação do Conselho e assédio em universidades.                                                    | Referências municipais de política para mulheres. |
| Seminário de Enfrentamento à Violência contra Mulher em Mariana                                                                 | Referências municipais de política para mulheres. |
| Viagem Araçuaí para articulação de ações para mulheres.                                                                         | Referências municipais de política para mulheres. |
| Viagem Barra Longa e Ponte Nova para articulação de ações para mulheres.                                                        | Referências municipais de política para mulheres. |
| Viagem Manhauçu para fomento a criação de conselho.                                                                             | Referências municipais de política para mulheres. |
| Viagem para Passos para articulação de ações para mulheres.                                                                     | Referências municipais de política para mulheres. |
| Viagem para Santo Antônio do Gramma para articulação de ações para mulheres.                                                    | Referências municipais de política para mulheres. |
| Participação no evento "Múltiplos Olhares sobre as Violências Contra as Mulheres" realizado pela Guarda Municipal de Contagem". | Referências municipais de política para mulheres. |
| Seminário "Enfrentamento à Violência Contra a Mulher" em Mariana.                                                               | Referências municipais de política para mulheres. |
| Roda de conversa e presença do ônibus lilás no Festival de Cultura Popular do Vale do Jequitinhonha.                            | Referências municipais de política para mulheres. |
| Videoconferência para capacitação de CRAS e CREAS no atendimento à mulher em situação de violência.                             | Secretaria de Estado (SEDESE).                    |
| Reunião com PCMG sobre capacitação para atendimento de casos da violência contra mulher.                                        | Secretaria de Estado (SESP).                      |
| Videoconferência para capacitação das DEAMs no atendimento à mulher em situação de violência.                                   | Secretaria de Estado (SESP).                      |

**Quadro 5: Atividades desenvolvidas em 2016 pela SPM no que se refere ao enfrentamento à violência contra mulher.**

| Descrição da atividade                                                                                                                                                                   | Interlocutor                                                                   |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|
| Workshop: o enfrentamento à violência sexual e a cultura do estupro com PMMG.                                                                                                            | Secretaria de Estado (SESP).                                                   |
| Reunião com Dra. Andrea Polícia Civil para articulação de ações para mulheres.                                                                                                           | Secretaria de Estado (SESP).                                                   |
| Promoção do Workshop "O enfrentamento à violência sexual e a cultura do estupro": workshop realizado em parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais                                   | Secretaria de Estado (SESP).                                                   |
| Palestra na Escola Municipal Amílcar Martins sobre estereótipo de gênero, masculinidades e violência contra mulher.                                                                      | Secretaria de Estado (SEE),                                                    |
| Palestra sobre violência contra a mulher em escola estadual de Betim.                                                                                                                    | Secretaria de Estado (SEE),                                                    |
| Campanha com FMF sobre a proteção de direitos.                                                                                                                                           | Secretaria de Estado (SEESP).                                                  |
| Videoconferência com Ponte Nova - núcleo intersetorial de prevenção de acidentes e violência e promoção da cultura de paz.                                                               | Secretaria de Estado (SES) e referências municipais de política para mulheres. |
| Videoconferência com o tema "Enfrentamento à violência sexual e a atuação em rede" para qualificação do atendimento - agentes da assistência social e segurança pública.                 | Secretarias de Estado e referências municipais de política para mulheres.      |
| Lançamento do Observatório Estadual de Igualdade de Gênero.                                                                                                                              | Secretarias de Estado e universidades.                                         |
| Projeto 2º Chance (pré-ENEM) – Presídio Feminino José Abranches Gonçalves.                                                                                                               | Secretarias de Estado, sociedade civil e autarquia estadual (FJP).             |
| Capacitação aos atendentes do Ligue 180 (DDU), junto à SEDESE.                                                                                                                           | Secretarias de Estado.                                                         |
| Diálogo com as delegacias especializadas no atendimento a mulher - DEAMS                                                                                                                 | Secretarias de Estado.                                                         |
| Roda de conversa "Tolerância 0 à violência sexual" na CAMG.                                                                                                                              | Secretarias de Estado.                                                         |
| Formulação e execução da campanha "16 dias de ativismo".                                                                                                                                 | Secretarias de Estado.                                                         |
| Roda de conversa sobre os 10 anos da Lei Maria de Penha.                                                                                                                                 | Secretarias de Estado.                                                         |
| Roda de Conversa: Tolerância zero à contra a violência sexual                                                                                                                            | Secretarias de Estado.                                                         |
| Rodas de conversa sobre atendimento à mulher em situação de violência e 10 anos da Lei Maria da Penha.                                                                                   | Secretarias de Estado.                                                         |
| Criação do Fórum de Enfrentamento à violência contra as mulheres do Campo, da Floresta e das Águas - articulação de setores para prevenir e combater violência contra mulheres do campo. | Secretarias de Estado.                                                         |
| Participação no planejamento e execução do Plano Socioeducativo da SEDPAC.                                                                                                               | Secretarias de Estado.                                                         |
| Lançamento do Comitê Estadual da Transversalidade.                                                                                                                                       | Secretarias de Estado.                                                         |
| Exposição na CAMG na campanha "Mulher gosta de rosas?"                                                                                                                                   | Secretarias de Estado.                                                         |
| Planejamento e execução da campanha "Carnaval sem assédio".                                                                                                                              | Secretarias de Estado.                                                         |
| Seminário "A Construção do Observatório Estadual de Igualdade de Gênero – Algumas Experiências na América                                                                                | SEDPAC, universidades e sociedade civil.                                       |

**Quadro 5: Atividades desenvolvidas em 2016 pela SPM no que se refere ao enfrentamento à violência contra mulher.**

| Descrição da atividade                                                                             | Interlocutor     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|
| Latina e no Caribe”                                                                                |                  |
| Palestra sobre Lei Maria da Penha no Centro Zanni.                                                 | SEDPAC.          |
| Reunião com sindicato de trabalhadores rurais de Ibirité para discussão das questões das mulheres. | Sociedade civil. |
| Panfletagem sobre a Rede Estadual de Enfrentamento.                                                | Sociedade civil. |
| Atividade sobre a Lei Maria da Penha no bairro Taquaril em Belo Horizonte.                         | Sociedade civil. |
| Projeto "Abraça Minas" em parceria com SERVAS.                                                     | Sociedade civil. |
| Cessão do Uso do Imóvel ao Projeto Casa Tina Martins                                               | Sociedade civil. |

Fonte: SPM/SEDPAC.

**Quadro 6: Atividades desenvolvidas em 2017 pela SPM no que se refere ao enfrentamento à violência contra mulher.**

| Descrição da atividade                                                                                         | Interlocutor                                                                                        |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Visita ao IML para compreensão do fluxo de atendimento às vítimas de violência sexual.                         | CEAHVIS.                                                                                            |
| Reunião do CEM na Casa de Direitos Humanos.                                                                    | Conselho Estadual da Mulher.                                                                        |
| Plenária do Conselho Estadual da Mulher.                                                                       | Conselho Estadual da Mulher.                                                                        |
| Reunião do Fórum Estadual de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas. | Fórum Estadual de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas. |
| Encontro de gestoras de políticas públicas para mulheres em Brasília.                                          | Governo Federal                                                                                     |
| Simpósio colaborativo: morte materna e responsabilidade social (Ministério da Fazenda)                         | Governo Federal.                                                                                    |
| Palestra sobre "Enfretamento ao machismo institucional" na Defensoria Pública.                                 | Judiciário                                                                                          |
| Construção da Rede de Atenção às mulheres adolescentes usuárias de drogas e seus bebês.                        | Judiciário.                                                                                         |
| Participação do GT reestruturação do socioeducativo do TJMG.                                                   | Judiciário.                                                                                         |
| Reunião do GT Socioeducativo.                                                                                  | Legislativo e judiciário.                                                                           |
| GT Medidas socioeducativas (ALMG)                                                                              | Legislativo e judiciário.                                                                           |
| Reunião ALMG: "Mulheres empoderadas"                                                                           | Legislativo.                                                                                        |
| Retomada da Comissão Extraordinária das Mulheres na ALMG.                                                      | Legislativo.                                                                                        |
| Lançamento do projeto "Meninas e meninos convivendo com respeito" em Belo Horizonte                            | Programa Rede pela Paz, a COMDIM/BH, NUDEM - Defensoria Pública                                     |
| Participação na Câmara Técnica do Pacto de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.                          | Rede de enfrentamento.                                                                              |
| Reunião do Observatório Estadual de Gênero de Minas Gerais.                                                    | Rede Estadual de Enfrentamento e universidades.                                                     |

**Quadro 6: Atividades desenvolvidas em 2017 pela SPM no que se refere ao enfrentamento à violência contra mulher.**

| <b>Descrição da atividade</b>                                                                   | <b>Interlocutor</b>                                                               |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| Reunião Rede e grupo LGBT                                                                       | Rede Estadual de Enfrentamento, SEDPAC e sociedade civil.                         |
| Reunião sobre o Protocolo no âmbito do Consórcio Mulheres das Gerais.                           | Rede Estadual de Enfrentamento.                                                   |
| Reunião com representantes do município de Pirapora para articulação de ações para mulheres.    | Referências municipais de política para mulheres e secretaria de estado (SEDESE). |
| Viagem para São Sebastião do Paraíso para articulação de ações para mulheres.                   | Referências municipais de política para mulheres.                                 |
| Visita da rede a Conceição do Mato Dentro com unidade móvel.                                    | Referências municipais de política para mulheres.                                 |
| Viagem a Araçuaí para o Fórum das Mulheres do Jequitinhonha.                                    | Referências municipais de política para mulheres.                                 |
| Visita da rede a Barbacena para articulação de ações para mulheres.                             | Referências municipais de política para mulheres.                                 |
| Videoconferência "Planejando 2017 para construção de igualdade".                                | Referências municipais de política para mulheres.                                 |
| Reunião com Vereadora Suzane de Santa Luzia para articulação de ações para mulheres.            | Referências municipais de política para mulheres.                                 |
| Visita da rede a Brumadinho para articulação de ações para mulheres.                            | Referências municipais de política para mulheres.                                 |
| Viagem a Pouso Alegre para articulação de ações para mulheres.                                  | Referências municipais de política para mulheres.                                 |
| Viagem Ponte Nova para articulação de ações para mulheres.                                      | Referências municipais de política para mulheres.                                 |
| Viagem a Passos para articulação de ações para mulheres.                                        | Referências municipais de política para mulheres.                                 |
| Viagem a Itauna para articulação de ações para mulheres.                                        | Referências municipais de política para mulheres.                                 |
| Viagem a Funilândia para articulação de ações para mulheres.                                    | Referências municipais de política para mulheres.                                 |
| Viagem São Joaquim de Bicas para articulação de ações para mulheres.                            | Referências municipais de política para mulheres.                                 |
| Reunião de articulação com Prefeitura Nova Serrana para desenvolvimento de ações para mulheres. | Referências municipais de política para mulheres.                                 |
| Viagem da unidade móvel a Leopoldina                                                            | Referências municipais de política para mulheres.                                 |
| Viagem da unidade móvel ao município de Jequitinhonha.                                          | Referências municipais de política para mulheres.                                 |
| Viagem da unidade móvel a Governador Valadares.                                                 | Referências municipais de política para mulheres.                                 |
| Viagem da unidade móvel a Uberlândia.                                                           | Referências municipais de política para mulheres.                                 |
| Viagem da unidade móvel a Janaúba.                                                              | Referências municipais de política para mulheres.                                 |
| Plenária da Mulher na Secretaria Municipal de Saúde.                                            | Referências municipais de política para mulheres.                                 |
| Mosaico "Luta das Mulheres" na Câmara Municipal de BH.                                          | Referências municipais de política para mulheres.                                 |

**Quadro 6: Atividades desenvolvidas em 2017 pela SPM no que se refere ao enfrentamento à violência contra mulher.**

| <b>Descrição da atividade</b>                                                  | <b>Interlocutor</b>                                             |
|--------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|
| Seminário na Secretaria Municipal de Educação sobre direitos das mulheres.     | Referências municipais de política para mulheres.               |
| Mulher rural sobre agroecologia em Oratórios.                                  | Referências municipais de política para mulheres.               |
| Reunião com Santa Luzia para preparar ida do ônibus.                           | Referências municipais de política para mulheres.               |
| Seminário em Governador Valadares sobre direitos da mulher.                    | Referências municipais de política para mulheres.               |
| Palestra mulheres e homens contra a violência de gênero (evento da SECCRI).    | Secretaria de estado (SECCRI).                                  |
| Reunião técnica sobre vigilâncias de violência (auditório ministério da saúde) | Secretaria de estado (SES) e Rede de Estadual de Enfrentamento. |
| Conferência Estadual de Saúde das Mulheres com ênfase na violência doméstica.  | Secretaria de Estado (SES).                                     |
| Articulação com o Fórum Reginal em Almenara.                                   | Secretaria de Estado.                                           |
| Palestras e articulações nos Fóruns Regionais em Mucuri e Nanuque.             | Secretarias de estado.                                          |
| Reunião sobre situação das presidiárias na Casa de Direitos Humanos.           | Secretarias de estado.                                          |
| Reunião do Comitê de Transversalidade.                                         | Secretarias de estado.                                          |
| Reunião sobre trabalho no sistema prisional feminino.                          | Secretarias de estado.                                          |
| Reunião sobre cursos no sistema prisional.                                     | Secretarias de estado.                                          |
| Visita ao presídio de Caxambu.                                                 | Secretarias de estado.                                          |
| Visita ao presídio de Barbacena.                                               | Secretarias de estado.                                          |
| Viagem a Uberaba para visita de unidade prisional.                             | Secretarias de estado.                                          |
| Reunião para articulação de ações para mulheres imigrantes (Zanmi).            | SEDPAC.                                                         |
| Lançamento do Programa Re-integra na CAMG.                                     | SEDPAC.                                                         |
| Discussão da questão dos migrante e refugiadas na biblioteca Luos de Bessa.    | SEDPAC.                                                         |
| Roda de conversa sobre tráfico sexual feminino.                                | SEDPAC.                                                         |
| SPM em pauta: avanços e desafios da política para as Mulheres (CRJ).           | Sociedade civil                                                 |
| Evento da FEVCAMG projeto "Crescer sem Violência"                              | Sociedade civil.                                                |
| Participação na Plenária de Mulheres da CUT.                                   | Sociedade civil.                                                |
| Participação no Seminário de Prostitutas no CRJ.                               | Sociedade civil.                                                |
| Reunião com refugiadas na Associação Des Amis.                                 | Sociedade civil.                                                |
| Reunião com desabrigadas da ocupação Isisdora.                                 | Sociedade civil.                                                |
| Reunião no Centro Zanmi sobre refugiadas.                                      | Sociedade civil.                                                |
| Participação no 16 Prêmio pelo Fim da Violência contra Mulher (OAB)            | Sociedade civil.                                                |
| Debate "Mulheres que ocupam" no prédio de Arquitetura da UFMG.                 | Sociedade civil.                                                |
| I Encontro da Mulher Militar.                                                  | Sociedade civil.                                                |

**Quadro 6: Atividades desenvolvidas em 2017 pela SPM no que se refere ao enfrentamento à violência contra mulher.**

| <b>Descrição da atividade</b>                                                                    | <b>Interlocutor</b> |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| Debate sobre desigualdade de gênero no BDMG.                                                     | Sociedade civil.    |
| Conferência Livre da saúde da mulher e humanização do parto no auditório do Ministério da Saúde. | Sociedade civil.    |
| Conferência Livre sobre Saúde Sexual e Reprodutiva no Conselho Regional de Psicologia.           | Sociedade civil.    |
| Evento AVON sobre violência contra mulher.                                                       | Sociedade civil.    |
| Palestra Graal: "De menina a mulher"                                                             | Sociedade civil.    |
| Aula inaugural do projeto "Cozinha Inteligente" do Servas.                                       | Sociedade civil.    |

Fonte: SPM/SEDPAC.

**Quadro 7: Atividades desenvolvidas em 2018 pela SPM no que se refere ao enfrentamento à violência contra mulher.**

| <b>Descrição da atividade</b>                                                                                   | <b>Interlocutor</b>                                                  |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------|
| Capacitação com Fiocruz para evento "Dicionário da Infâmia".                                                    | Autarquia estadual (Fiocruz).                                        |
| Mesa redonda sobre assédio moral no serviço público na Funed.                                                   | Autarquia estadual (Fundaçã Ezequiel Dias)                           |
| Lançamento do livro "Mulheres do Campo".                                                                        | Autarquia estadual (Fundação João Pinheiro) e secretarias de estado. |
| Reunião de preparação dos cursos EAD sobre gênero e políticas públicas.                                         | Autarquia estadual (Fundação João Pinheiro).                         |
| Ônibus com CERNA para atendimento na praça ALMG.                                                                | CERNA.                                                               |
| Entrega de 13 veículos aos Centros de Referência da Mulher por meio de verbas de convênio federal.              | Governo Federal e referências municipais da política para mulheres.  |
| Doação de equipamentos aos centros de referência por meio de verbas de convênio federal.                        | Governo Federal e referências municipais da política para mulheres.  |
| Reunião sobre programa "Mulheres Mil".                                                                          | Governo Federal.                                                     |
| Evento em parceria com a Fiocruz sobre direitos das mulheres por dinâmicas com o livro "Dicionário da Infâmia". | Governo Federal.                                                     |
| Atividade com mulheres da Fetaemg na ALMG.                                                                      | Legislativo e sociedade civil.                                       |
| Mesa na ALMG sobre Violência Obsetétrica                                                                        | Legislativo.                                                         |
| Reunião na ALMG da Comissão Extraordinária das Mulheres "Mais mulher no poder".                                 | Legislativo.                                                         |
| Reunião na ALMG preparatória para 8 de Março e participação na reunião da Comissão Extraordinária de Mulheres   | Legislativo.                                                         |
| Reunião sobre projeto "Lei vai a Escola".                                                                       | Rede Estadual de Enfrentamento e Conselho da Mulher.                 |
| Reunião com chefe de polícia e Rede Estadual de Enfrentamento.                                                  | Rede Estadual de Enfrentamento.                                      |
| Reunião Rede Estadual de Enfrentameto contra as Mulheres.                                                       | Rede Estadual de Enfrentamento.                                      |
| Reunião da Rede Estadual de Enfrentamento.                                                                      | Rede Estadual de Enfrentamento.                                      |

**Quadro 7: Atividades desenvolvidas em 2018 pela SPM no que se refere ao enfrentamento à violência contra mulher.**

| <b>Descrição da atividade</b>                                                              | <b>Interlocutor</b>                                                 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|
| Evento "Contagem sem Violência".                                                           | Referências municipais da política para mulheres.                   |
| Festival Encontro de Mulheres em Felício dos Santos.                                       | Referências municipais da política para mulheres.                   |
| Seminário sobre violência contra as mulheres em Betim.                                     | Referências municipais da política para mulheres.                   |
| Seminário em Buritizeiro sobre Violência contra a mulher com Movimento Graal.              | Referências municipais de política para mulheres e sociedade civil. |
| Roda de conversa de mulheres em Felisburgo no Festivale.                                   | Referências municipais de política para mulheres e sociedade civil. |
| Encontro de Mulheres em São Sebastião do Paraíso.                                          | Referências municipais de política para mulheres.                   |
| Viagem a Acaiaca para artulação de ações para mulheres.                                    | Referências municipais de política para mulheres.                   |
| Viagem a Juiz de Fora para artulação de ações para mulheres.                               | Referências municipais de política para mulheres.                   |
| Viagem a Juiz de Fora para preparar ida da unidade móvel.                                  | Referências municipais de política para mulheres.                   |
| Viagem a Passos para capacitação de gestoras do centro de referência.                      | Referências municipais de política para mulheres.                   |
| Viagem a Passos para prêmio de cidadã honorária à superintendente Isabel Lisboa.           | Referências municipais de política para mulheres.                   |
| Viagem a Passos e São Sebastião para artulação de ações para mulheres.                     | Referências municipais de política para mulheres.                   |
| Viagem Alfenas para artulação de ações para mulheres.                                      | Referências municipais de política para mulheres.                   |
| Viagem pelo Fórum a Diamantina.                                                            | Referências municipais de política para mulheres.                   |
| Viagem a Governador Valadares para articulação de ações para mulheres.                     | Referências municipais de política para mulheres.                   |
| Viagem a Nova Serrana para articulação de ações para mulheres.                             | Referências municipais de política para mulheres.                   |
| Reunião com representantes do município de Sabará para articulação de ações para mulheres. | Referências municipais de política para mulheres.                   |
| Reunião com Conselho da Mulher de Governador Valadares.                                    | Referências municipais de política para mulheres.                   |
| Reunião da rede de enfrentamento em Sabará.                                                | Referências municipais de política para mulheres.                   |
| Videoconferência Plano Decenal de Políticas para Mulheres e 8 de março.                    | Referências municipais de política para mulheres.                   |
| Viagem para Nova Serrana para articulações.                                                | Referências municipais de política para mulheres.                   |
| Reunião com Leon de Alfenas para articulação.                                              | Referências municipais de política para mulheres.                   |
| Capacitação do CRM de Passos e Rede Municipal sobre violências contra a mulher.            | Referências municipais de política para mulheres.                   |
| Videoconferência com MPMG e PCMG sobre DEAM para seus operadores.                          | Referências municipais de política para mulheres.                   |

**Quadro 7: Atividades desenvolvidas em 2018 pela SPM no que se refere ao enfrentamento à violência contra mulher.**

| <b>Descrição da atividade</b>                                                                                                                          | <b>Interlocutor</b>                                                               |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| Visita à Casa da Mulher (Centro de Referência para Mulher) em Juiz de Fora.                                                                            | Referências municipais de política para mulheres.                                 |
| Palestra sobre violência contra a mulher para escola fundamental de Passos.                                                                            | Referências municipais de política para mulheres.                                 |
| Palestra na UFJF em Governador Valadares para o Conselho Municipal de Direito das Mulheres e Rede de Enfrentamento sobre violência contra as mulheres. | Referências municipais de política para mulheres.                                 |
| Reunião com representante de Pompéu para estratégia da ida do ônibus lilás à cidade e zona rural.                                                      | Referências municipais de política para mulheres.                                 |
| Festivale: reunião preparatória para oficina com mulheres e ônibus lilás.                                                                              | Referências municipais de política para mulheres.                                 |
| Abertura do Centro de Referência para Mulher de Alfenas com roda de conversa com Rede de Enfrentamento.                                                | Referências municipais de política para mulheres.                                 |
| Reunião com Centro de Referência para Mulher de Pirapora para planejar capacitação                                                                     | Referências municipais de política para mulheres.                                 |
| Videoconferência 8 de março e novo plano estadual de política para mulheres.                                                                           | Referências municipais de políticas para mulheres.                                |
| Reunião da Comissão de Capacitação MGS: Sedese e SPM.                                                                                                  | Secretaria de estado (SEDESE).                                                    |
| Seminário da Assistência Social sobre violência contra as mulheres.                                                                                    | Secretaria de estado (SEDESE).                                                    |
| Aula para policiais militares em Bom Despacho.                                                                                                         | Secretaria de estado (SESP) e referências de política para mulheres no município. |
| Capacitação no aplicativo "Alera MG" da PCMG                                                                                                           | Secretaria de estado (SESP).                                                      |
| Reunião com secretário de segurança para articulação de ações para mulheres.                                                                           | Secretaria de estado (SESP).                                                      |
| Concurso de vídeos sobre direitos das mulheres para alunos das escolas estaduais.                                                                      | Secretaria de estado (SEE).                                                       |
| Palestra sobre violência contra a mulher com PCMG em Governador Valadares.                                                                             | Secretaria de Estado e referências municipais de política para as mulheres.       |
| Reunião com a SEGOV.                                                                                                                                   | Secretaria de Estado.                                                             |
| Reunião com a SESP sobre violência sexual.                                                                                                             | Secretaria de Estado.                                                             |
| Posse da Major Cleide como Coordenadora da Divisão da PVD da PCMG.                                                                                     | Secretaria de Estado.                                                             |
| Capacitação dos policiais militares do DDU.                                                                                                            | Secretaria de Estado.                                                             |
| Mesa sobre notificação compulsória e violência contra a mulher com a SES em Teófilo Otoni na universidade federal.                                     | Secretaria de Estado.                                                             |
| Segundo Seminário de Prevenção contra a Violência Doméstica com capacitação da PVD da PMMG em violência contra as mulheres.                            | Secretaria de Estado.                                                             |
| Lançamento da campanha para o 8 de março.                                                                                                              | Secretarias de estado.                                                            |
| Reunião do Comitê de Transversalidade.                                                                                                                 | Secretarias de estado.                                                            |
| Reunião para construção da PEAMPE.                                                                                                                     | Secretarias de estado.                                                            |
| Reunião para construção do Plano Decenal de Política para Mulheres.                                                                                    | Secretarias de estado.                                                            |

**Quadro 7: Atividades desenvolvidas em 2018 pela SPM no que se refere ao enfrentamento à violência contra mulher.**

| <b>Descrição da atividade</b>                                                                                          | <b>Interlocutor</b>                                                 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|
| Reunião sobre vídeo sobre violência contra as mulheres da PCMG.                                                        | Secretarias de Estado.                                              |
| Divulgação do concurso de vídeos com educação.                                                                         | Secretarias de Estado.                                              |
| Atividade do 8 de Março na Praça da Liberdade.                                                                         | Secretarias de Estado.                                              |
| Aniversário da Fundação Caio Martins (FUCAM) com presença do ônibus lilás.                                             | Secretarias de Estado.                                              |
| Reunião com Mediação de Conflitos e comunidade Santa Branca.                                                           | SEDPAC e sociedade civil.                                           |
| Reunião sobre ala rosa com coordenadoria LGBT.                                                                         | SEDPAC.                                                             |
| Reunião sobre visibilidade trans (LGBT).                                                                               | SEDPAC.                                                             |
| Plenária na CAMG sobre assédio moral promovido pelo RH.                                                                | SEDPAC.                                                             |
| Palestra sobre direito dos LGBT no Centro de Referência da Juventude.                                                  | SEDPAC.                                                             |
| Mesa do assédio moral no Plenarinho da CAMG e a intervenção governamental - promovido pelo RH.                         | SEDPAC.                                                             |
| Encontro dos Centros de Referência de Direitos Humanos na Casa de Direitos Humanos com serviços oferecidos pela SEDPAC | SEDPAC.                                                             |
| SPM em pauta: aborto na Casa de Direitos Humanos.                                                                      | Sociedade civil e CERNA.                                            |
| Palestra em Seminário do CMDM em Governador Valadares (parceria OAB).                                                  | Sociedade civil e referências municipais da política para mulheres. |
| Debate Contagem UNA sobre violência psicológica.                                                                       | Sociedade civil.                                                    |
| Palestra professora Stella no Simpro.                                                                                  | Sociedade civil.                                                    |
| Evento do Viver Mulher - fala sobre igualdade de gênero.                                                               | Sociedade civil.                                                    |
| Participação no Seminário Viver Mulher.                                                                                | Sociedade civil.                                                    |
| Abertura do Congresso de Mulheres da UNE (EME) em Juiz de Fora no Teatro Central.                                      | Sociedade civil.                                                    |
| Reunião com coletivo feminista na CAMG sobre assédio moral e sexual.                                                   | Sociedade civil.                                                    |

Fonte: SPM/SEDPAC.